



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVI - Nº 39

SEXTA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 1991

BRASÍLIA _ DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 24^a SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE MAIO DE 1991

1.1 — ABERTURA
1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO CHICO VIGILANTE — Demissão da Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello

DEPUTADO LOURIVAL FREITAS — Falecimento de trabalhadores rurais acidentados na Perimetral Norte, no Amapá

DEPUTADO AGOSTINHO VALENTE — Exoneração da Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

DEPUTADO ORLANDO PACHECO — Redução da carga tributária para permitir um efetivo aumento da arrecadação, eliminando os efeitos danosos existentes atualmente.

DEPUTADA CIDINHA CAMPOS — Denunciando o Presidente da República e o Ministro do Trabalho e Previdência Social na ocorrência de crime de responsabilidade

DEPUTADO ADROALDO STRECK — Substituição da Ministra Zélia Cardoso de Mello, pelo Embaixador Marcílio Marques Moreira, no Ministério da Economia

DEPUTADA MARIA LUIZA FONTENELE — Exoneração da Ministra Zélia Cardoso de Mello.

DEPUTADO MORONI TORGAN — Divulgação de lista de pessoas

autuadas e indiciadas por tráfico de drogas.

DEPUTADO JOSÉ DUTRA — Ajustamento da Zona Franca de Manaus à nova realidade brasileira.

DEPUTADA IRMA PASSONI — Exoneração da Ministra Zélia Cardoso de Mello

DEPUTADO KOYU IHA — Exoneração da Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello Prorrogação de mandatos de vereadores e prefeitos.

DEPUTADO EDUARDO JORGE — Solidariedade ao movimento grevista dos trabalhadores da Saúde de São Paulo.

DEPUTADO MENDONÇA NETO — Afastamento da Ministra Zélia Cardoso de Mello do Ministério da Economia

DEPUTADA SOCORRO GOMES — Instalação da CPI na Câmara dos Deputados, destinada à apuração da violência e da impunidade na zona rural. Organização sindical dos trabalhadores vista em proposta do Governo Collor

DEPUTADO PEDRO TONELLI — Violência na zona rural.

DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NOÔ — Substituição da Ministra Zélia Cardoso de Mello, pelo Embaixador Marcílio Marques Moreira, na pasta da Economia.

DEPUTADO RIVALDO MEDEIROS — Exoneração da Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

DEPUTADO RENATO VIANA — Exoneração da Ministra Zélia Cardoso de Mello Decisão do STF concedendo liminar que suspende os efeitos da Lei nº 8.177, que altera regras no cálculo das prestações dos mutuários do SFH.

DEPUTADO LUIZ GIRÃO — Retomada do fomento à caprinocultura no Ceará

DEPUTADO MAURÍCIO CAMPOS — Viagem de instrução do navio escola "Brasil"

DEPUTADO CARLOS ALBERTO CAMPISTA — Exclusão dos deficientes físicos no Plano de Custeio de Benefícios da Previdência Social.

DEPUTADO CÉSAR MAIA — Artigo de S. Ex^a a respeito do Manifesto do Programa 2000, aprovado pelos socialistas espanhóis em novembro de 1990.

DEPUTADO PAULO DUARTE — Sugestão quanto à realização de homenagem em sessão plenária da Câmara dos Deputados

DEPUTADO WALTER NORI — Críticas ao projeto de lei, enviado pelo Poder Executivo, dispendo sobre o Plano de Benefícios da Previdência.

DEPUTADO NELSON MARQUÉZELLI — Viagem de S. Ex^a, integrando comitiva do Ministro da Agricultura aos Estados Unidos da América, para tratar de problemas das exportações de produtos agropecuários brasileiros, especialmente laranja e sucos.

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2 200 exemplares.

DEPUTADO AVELINO COSTA — Reformulação dos programas de televisão.

DEPUTADO GERMANO RIGOTTO — Continuação das obras das BR — 470 e 285

DEPUTADO CARLOS LUPPI — Exoneração da Ministra Zélia Cardoso de Mello

DEPUTADO JOÃO FAGUNDES — Repulsa as críticas pejorativas às Forças Armadas, veiculadas em órgãos da imprensa

DEPUTADO DEJANDIR DALPAS-QUALE — Realização, em Foz do Iguaçu, da III Convenção Nacional da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil.

DEPUTADO RICARDO IZAR — Manifestação de aplauso a entidade "O amanhã de nossos filhos"

DEPUTADO NEUTO DE CONTTO — Trabalhos do fórum da representação catarinense no Congresso Nacional.

DEPUTADO JOÃO MENDES — Dados sobre as fraudes anunciadas contra a Previdência Social.

SENADOR CARLOS DE CARLI — Situação precária e de abandono da população de Humaitá-AM.

DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN — Retomada das obras de duplicação e conservação das rodovias Fernão Dias e Dutra, principalmente nos trechos do Estado de São Paulo.

DEPUTADO PEDRO IRUJO — Aspectos principais do Programa de Competitividade Industrial — PCI.

DEPUTADO ARY KARA JOSE — Exoneração da Ministra Zélia Cardoso de Mello

DEPUTADO MARINO CLINGER — 4º aniversário da Funerária Municipal de Volta Redonda — RJ

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO — Significado da saída da Ministra da Economia.

DEPUTADA SERGIO CURY — Decisão do STF concernente a reformulação dos cálculos da prestação dos mutuários do SFH.

DEPUTADA CÉLIA MENDES — A questão regional no Projeto de Reconstrução Nacional. Revalorização da Sudam

DEPUTADO SERGIO NAYA — Ação das multinacionais no mercado do leite. Realização do I Encontro sobre a crise do setor produtivo de leite da região leste da Zona da Mata-MG

DEPUTADO ATILA LINS — Substituição da Ministra Zélia Cardoso de Mello pelo Embaixador Marcião Marques Moreira

DEPUTADO MAURO MIRANDA — Abordagem tímida do setor de transporte urbano no Projeto de Reconstrução Nacional

DEPUTADO LUIZ GUSHIKEN — Carta aberta ao Presidente da República do Diretor da Redação da "Folha de S. Paulo". Otávio Frias Filho

DEPUTADO MENDES RIBEIRO, pela ordem — Observância do art. 31 do Regimento Comum.

1.2.2 — Comunicações de Liderança

DEPUTADOS HAROLDO LIMA, ALOIZIO MERCADANTE, CARRION JUNIOR, JOSE LOURLINÇO, SENADOR NEY MARANHÃO E DEPUTADO HUMBERTO SOUTO — Substituição da Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, pelo Embaixador Marcião Marques Moreira

DEPUTADO CARRION JORGE, pela ordem — Reparos ao discurso do Sr. Humberto Souto.

DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE, pela ordem — Reparos ao discurso do Sr. Humberto Souto

DEPUTADO ROBERTO FREIRE — Configuração política atual do Governo Collor

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1990 (nº 5 802/90, na Casa de origem), que aplica às organizações sindicais de trabalhadores rurais as disposições do art. 8º e incisos, da Constituição Federal. **Mantido e voto.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1990 (nº 4.791/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a não incidência do Imposto de Renda sobre lucros ou dividendos distribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, doados a instituições sem fins lucrativos. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 128, de 1990 (nº 5 973/90, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1991 (nº 6 134/91, na Casa de origem), que define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 48, de 1990, que dispõe sobre a comercialização e industrialização do trigo, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei nº 20, de 1990-CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quinquênio 1991/1995 e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 55, de 1990, que modifica

a Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 1991, que dispõe sobre o reajustamento de aluguel na locação predial urbana. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4 086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Conversão nº 63, de 1990, que dispõe sobre a garantia de salário efetivo e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3 099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina compe-

tências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989 (nº 3 683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe

sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 42, de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1990 (nº 4 675/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a complementação de aposentadoria de ferroviários e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

1.3.1 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se na 3^a-feira próxima, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

— Convocação de sessão extraordinária do Senado Federal a realizar-se hoje, às 19 horas.

1.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 24^a Sessão Conjunta, em 9 de maio de 1991

1^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Alexandre Costa

ÀS 15 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Almi. Gabriel — Aluízio Bezerra — Amazonino Mende — Beni Veras — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Darcy Ribeiro — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Elcio Alvares — Epitácio Cafeteira — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Hydekel Freitas — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardc — José Fogaca — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Júlio Campos — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Lourival Baptista — Lucídio Portela — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Marcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Onofre Quinan — Oziel Carneiro — Raimundo Lira — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Valmir Campelo — Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS.

Roraima

Alceste Almeida — PTB; Avenir Rosa — PDC; Francisco Rodrigues — PTB; João Fagundes — PMDB; Júlio Cabral — PTB; Marcelo Luz — PDS; Rubem Bento — Bloco; Teresa Jucá — PDS.

Amapá

Aroldo Góes — PDT; Eraldo Trindade — Bloco; Fátima Pelaes — Bloco; Gilvam Borges — Bloco; Lourival Freitas — PT; Murilo Pinheiro — Bloco; Sérgio Barcellos — Bloco; Valdenor Guedes — PTB.

Pará

Alacid Nunes — Bloco; Carlos Kayath — PTB; Domingos Juvenil — PMDB; Eiel Rodrigues — PMDB; Gerson Peres — PDS; Giovanni Queiroz — PDT; Hermínio Calvinho — PMDB; Hilário Coimbra — PTB; José Diogo — PDS; Mário Chermont — PTB; Mario Martins — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Paulo Rocha — PT; Paulo Titan — PMDB; Socorro Gomes — PC do B; Valdir Ganzer — PT.

Amazonas

Átila Lins — Bloco; Beth Azize — PDT; Eduardo Braga — PDC; Euler Ribeiro — PMDB; José Dutra — PMDB; Pauderney Avelino — PDC; Ricardo Moraes — PT.

Rondônia

Carlos Camurça — PTR; Edison Fidelis — PTB; Jubes Rabelo — PTB; Maurício Caixto — PTB; Nobel Moura — PTB; Pascoal Novaes — PTR; Reditário Cassol — PTR.

Acre

Adelaide Neri — PMDB; Célia Mendes — PDS; João Maia — PMDB; João Tota — PDS; Mauri Sérgio — PMDB; Ronivon Santiago — PMDB; Zila Bezerra — PMDB.

Tocantins

Derval de Paiva — PMDB; Edmundo Galvão — PSDB; Freire Júnior — Bloco; Haga-hus Araújo — PMDB; Leomar Quintanilha — PDC; Osvaldo Reis — PDC; Paulo Mourão — PDC.

Maranhão

Cesar Bandeira — Bloco; Costa Ferreira — Bloco; Daniel Silva — Bloco; Eduardo

Matias — PDC; Francisco Coelho — PDC; Haroldo Sabóia — PDT; Jayme Santana — PSDB; João Rodolfo — PDS; José Burnett — Bloco; José Carlos Sabóia — PSB; José Reinaldo — Bloco; Nan Souza — Bloco; Paulo Marinho — Bloco; Pedro Novais — PDC; Ricardo Murad — Bloco; Roseana Sarney — Bloco;

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio dos Santos — Bloco; Ariosto Holanda — PSB; Carlos Virgílio — PDS; Edson Silva — PDT; Egnani Viana — PSDB; Etevaldo Nogueira — Bloco; Gonzaga Mota — PMDB; Jackson Pereira — PSDB; José Linhares — PSDB; Luiz Girão — PDT; Luiz Pontes — PSDB; Marco Penaforte — PSDB; Maria Luiza Fontenele — PSB; Moroni Torgan — PSDB; Orlando Bezerra — Bloco; Pinheiro Landim — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Vicente Fialho — Bloco.

Piauí

B. Sá — PDS; Caldas Rodrigues — Bloco; Ciro Nogueira — Bloco; Felipe Mendes — PDS; Jesus Tajra — Bloco; João Henrique — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Murilo Rezende — PMDB; Paes Landim — Bloco; Paulo Silva — PSDB.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves — PMDB; Fernando Freire — Bloco; Flávio Rocha — Bloco; Iberê Ferreira — Bloco; João Faustino — PSDB; Laíre Rosado — PMDB; Ney Lopes — Bloco.

Paraíba

Adauto Pereira — Bloco; Edivaldo Motta — PMDB; Efraim Moraes — Bloco; Evaldo Gonçalves — Bloco; Francisco Evangelista — PDT; Ivan Burity — Bloco; Ivandro Cunha Lima — PMDB; José Luiz Clerot — PMDB; José Maranhão — PMDB; Rivaldo Medeiros — Bloco; Vital do Rêgo — PDT.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro — PSB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Gilson Machado — Bloco; Gustavo Krause — Bloco; Inocêncio Oliveira — Bloco; José Carlos Vasconcellos — Bloco; José Mendonça Bezerra — Bloco; José Moura — Bloco; José Múcio Monteiro — Bloco; Luiz Piauhylino — PSB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Maviael Cavalcanti — Bloco; Miguel Arraes — PSB; Nilson Gibson — PMDB; Pedro Correa — Bloco; Renildo Calheiros — PC do B; Ricardo Fiúza — Bloco; Roberto Franca — PSB; Roberto Freire — PCB; Roberto Magalhães — Bloco; Salatiel Carvalho — Bloco; Tony Gel — Bloco; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Antônio Holanda — Bloco; Cleto Falcão — Bloco; José Thomaz Nono — PMDB; Mendonça Neto — PDT; Olavo Calheiros — S/P; Roberto Torres — PTB; Vitório Malta — Bloco.

Sergipe

Benedito de Figueiredo — Bloco; Cleonâncio Fonseca — Bloco; Djenal Gonçalves — PDS; Everaldo de Oliveira — Bloco; Jerônimo Reis — Bloco; José Teles — PDS; Messias Góis — Bloco; Pedro Valadares — Bloco.

Bahia

Alcides Modesto — PT; Ângelo Magalhães — Bloco; Aroldo Cedraz — Bloco; Benito Gama — Bloco; Beraldo Boaventura — PDT; Clóvis Assis — PDT; Eraldo Timoco — Bloco; Félix Mendonça — PTB; Geddel Vieira Lima — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jubes Ribeiro — PSDB; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — Bloco; Jaques Wagner — PT; João Almeida — PMDB; João Alves — Bloco; João Carlos Bacelar — PMDB; Jonival Lucas — PDC; Jorge Khoury — Bloco; José Carlos Aleluia — Bloco; José Falcão — Bloco; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PSDB; Leur Lomanto — Bloco; Luís Eduardo — Bloco; Luiz Moreira — PTB; Luiz Viana Neto — PMDB; Manoel Castro — Bloco; Marcos Medrado — Bloco; Nestor Duarte — PMDB; Pedro Irujo — Bloco; Prisco Viana — PMDB; Ribeiro Tavares — PL; Sebastião Ferreira — PMDB; Sérgio Brito — PDC; Sérgio Gaudenzi — PDT; Uldurico Pinto — PSB; Waldir Pires — PDT.

Minas Gerais

Aécio Neves — PSDB; Agostinho Valente — PT; Aloisio Vasconcelos — PMDB; Aníbal Teixeira — PTB; Aracely de Paula — Bloco; Armando Costa — PMDB; Avelino Costa — PL; Célio de Castro — PSB; Christovam Chiaradia — Bloco; Edmar Moreira — Bloco; Elias Murad — PSDB; Felipe Neri — PMDB; Fernando Diniz — PMDB; Genésio Bernardino — PMDB; Humberto Souto — Bloco; Ibrahim Abi-Ackel — PDS; Irani Barbosa — PL; Israel Pineiro — PRS; João Paulo — PT; João Rosa — PMDB; José Aldo — PRS; José Geraldo PMDB; José Santana de Vasconcellos — Bloco; José Ulisses de Oliveira — PRS; Lael Varella — Bloco; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Tadeu Leite — PMDB; Maurício Campos — PL; Nilmário Miranda — PT; Odelmo Leão — Bloco; Osmani Pereira — PSDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PSDB; Paulo Delgado — PT; Paulo Heslander — PTB; Pedro Tassis — PMDB; Raul Belém — Bloco; Romel Anísio — Bloco; Ronaldo Perim — PMDB; Samir Tannus — PDC; Sandra Starling — PT; Saulo Coelho — PSDB; Sérgio Naya — PMDB; Tilden Santiago — PT; Vittorio Medioli — PSDB; Wagner do Nascimento — PTB; Wilson Cunha — PTB; Zaire Rezende — PMDB.

Espírito Santo

Aloizio Santos — PMDB; Etevalda Grassi de Menezes — PMDB; João Baptista Motta — PSDB; Jones Santos Neves — PL; Jório de Barros — PMDB; Nilton Baiano —

PMDB; Paulo Hartung — PSDB; Rita Camata — PMDB; Roberto Valadão — PMDB; Rose de Freitas — PSDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral — PTB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arolde de Oliveira — Bloco; Artur da Távola — PSDB; Benedicta da Silva — PT; Carlos Alberto Campista — PDT; Carlos Lupi — PDT; Carlos Santana — PT; César Maia — PDT; Cidinha Campos — PDT; Edésio Frias — PDT; Eduardo Maccarenhas — PDT; Fábio Raunhardt — PTB; Francisco Dornelles — Bloco; Francisco Silva — PDC; Jair Bolsonaro — PDC; Jamil Hadad — PSB; Jandira Feghali — PC do B; João Mendes — PTB; José Egydio — Bloco; José Vicente Brizola — PDT; Junot Abi-Ramia — PDT; Laerte Bastos — PDT; Laprovita Vieira — PMDB; Márcia Cibilis Viana — PDT; Miro Teixeira — PDT; Nelson Bonner — PL; Paulo de Almeida — PTB; Paulo Portugal — PDT; Paulo Ramos — PDT; Regina Gordilho — PDT; Roberto Campos — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — Bloco; Sandra Cavalcanti — Bloco; Sérgio Arouca — PCB; Sérgio Cury — PDT; Sidney de Miguel — PDT; Simão Sessim — Bloco; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT; Wanda Reis — PMDB.

São Paulo

Alberto Goldman — PMDB; Alberto Haddad — Bloco; Aldo Rebelo — PC do B; Aloizio Mercadante — PT; André Benassi — PSDB; Antônio Carlos Mendes Thame — PSDB; Arnaldo Faria de Sá — Bloco; Ary Kara José — PMDB; Beto Mansur — PDT; Cardoso Alves — PTB; Cunha Bueno — PDS; Edevaldo Alves da Silva — PDS; Eduardo Jorge — PT; Euclides Mello — Bloco; Fabio Morelles — PDS; Fausto Rocha — Bloco; Florestan Fernandes — PT; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Heitor Franco — PDS; Hélio Bicudo — PT; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; João Mellão Neto — PL; Jorge Tadeu Mudalen — PMDB; José Cicote — PT; José Dirceu — PT; José Genoíno — PT; Jurandy Paixão — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Luiz Gushiken — PT; Magalhães Teixeira — PSDB; Maluly Netto — Bloco; Manoel Moreira — PMDB; Marcelino Romano Machado — PDS; Marcelo Barbieri — PMDB; Maurici Mariano — Bloco; Mendes Botelho — PTB; Nelson Marquezelli — PTB; Ricardo Izar — PL; Roberto Rollemberg — PMDB; Robson Tuma — PL; Solon Borges dos Reis — PTB; Tadashi Kuriki — PTB; Tidei de Lima — PMDB; Tuga Angerami — PSDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valdão Gomes — Bloco; Valdemar Costa — PL; Walter Nory — PMDB.

Mato Grosso

Augustinho Freitas — PTB; João Teixeira — Bloco; Jonas Pinheiro — Bloco; José Augusto Curvo — PL; Oscar Travassos — PDS; Wellington Fagundes — PL; Wilmar Peres — Bloco.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Benedito Domingos — PTR; Chico Vigilante — PT; Eurides Brito — PTR; Maria Laura — PT; Osório Adriano — Bloco; Sigmaringa Seixas — PSDB.

Goiás

Antônio de Jesus — PMDB; Antonio Faleiros — PMDB; João Natal — PMDB; Lúcia Vânia — PMDB; Luiz Soyer — PMDB; Maria Valadão — PDS; Mauro Miranda — PMDB; Osório Santa Cruz — PDC; Paulo Mandarino — PDC; Pedro Abrão — PMDB; Roberto Balestra — PDC; Ronaldo Caiado — PSB; Virmondes Cruvinel — PMDB; Zé Gomes da Rocha — Bloco.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo — Bloco; Flávio Derzi — Bloco; George Takimoto — Bloco; José Elias — PTB; Marlu Guimarães — PTB; Nelson Trad — PTB; Valter Pereira — PMDB; Waldir Guerra — Bloco.

Paraná

Antônio Barbara — Bloco; Antonio Ueno — Bloco; Basílio Villani — Bloco; Carlos Roberto Massa — Bloco; Carlos Scarpelini — PMDB; Delcino Tavares — PMDB; Ede-sio Passos — PT; Edi Siliprandi — PDT; Élio Dalla-Vecchia — PDT; Flávio Arns — PSDB; Ivânia Guerra — Bloco; Joni Varisco — PMDB; Luciano Pizzatto — Bloco; Luiz Carlos Hauly — PMDB; Matheus Jensen — PTB; Max Rosenmann — Bloco; Munhoz da Rocha — PSDB; Onáreves Moura — PTB; Otto Cunha — Bloco; Paulo Bernardo — PT; Pedro Tonelli — PT; Reinhold Stephanes — Bloco; Renato Johnsson — Bloco; Romero Filho — PMDB; Rubens Bueno — PSDB; Said Ferreira — PMDB; Werner Wanderer — Bloco; Wilson Moreira — PSDB;

Santa Catarina

Ângela Amin — PDS; César Souza — Bloco; Dejandir Dalpasquale — PMDB; Décio Knop — PDT; Eduardo Moreira — PMDB; Hugo Biehl — PDS; Jarvis Gaidzinski — PL; Nelson Moro — Bloco; Neuto de Conto — PMDB; Orlando Pacheco — Bloco; Paulo Duarte — Bloco; Renato Vianna — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Vasco Furlan — PDS.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto — PT; Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Amaury Müller — PDT; Antônio Britto — PMDB; Arno Magarinos — Bloco; Carlos Azambuja — PDS; Carlos Cardinal — PDT; Carrion Júnior — PDT; Celso Bernardi — PDS; Eden Pedroso — PDT; Fernando Carrion — PDS; Fetter Júnior — PDS; Germano Rigotto — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Ivo Maiardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDS; Jorge Uequed — PSDB; José Fortunati — PT; Luís Roberto Ponte — PMDB; Men-

des Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Nelson Proença — PMDB; Odacir Klein — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Paim — PT; Raul Pont — PT; Telmo Kirst — PDS; Victor Faccioni — PDS; Wilson Muller — PDT.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)

— A lista de presença acusa o comparecimento de 61 Srs Senadores e 458 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF)
Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desde o dia em que tomamos posse vimos chamando a atenção desta Casa para a crise em que o País estava mergulhado. E, neste instante, sem sombra de dúvida, o Brasil está mergulhando na mais profunda crise de sua História. Numa democracia consolidada, num País de economia estável, poderia ser perfeitamente lógica a substituição de uma equipe ministerial como a da Profª Zélia Cardoso de Mello. Mas não numa democracia nascente, sob o domínio de um Presidente autoritário, que disse, no dia em que nomeava a Ministra, que o Ministro da Economia era ele próprio, o Sr. Fernando Collor de Mello. Portanto, hoje, quem deveria estar renunciando não era a Ministra Zélia Cardoso de Mello, mas exatamente o Presidente Fernando Collor de Mello.

E a questão não é apenas a demissão da Ministra, mas a demissão de todos os componentes da equipe que assumiu há quatorze meses. O mais grave em tudo isso, no País do salário congelado, no país dos milhões de desempregados, é que, neste instante, sentimos que a chamada elite que o Presidente tanto combatia é quem assume o Poder, efetivamente a pior elite da História deste País, a dos banqueiros. Sim. É a elite financeira que está assumindo os destinos da economia brasileira.

O pior, Sr. Presidente, é que, antes, eles tinham o FMI como intermediário, por exemplo. Agora, não. O FMI passa a agir diretamente; tem um delegado comandando diretamente a economia brasileira.

E o desemprego, a violência e a inflação que crescem a cada dia? Enfim, para onde vamos caminhar com o País atravessando situação de tal gravidade? Só resta uma saída: o Congresso Nacional tomar sob sua responsabilidade os destinos desta Nação.

Ontem, foi muito sintomática uma entrevista publicada pela Folha de S. Paulo, na qual o gen. Newton Cerqueira falou da insatisfação nos quartéis. O general disse que os militares poderão ir às ruas. O mais grave é que S. Exª afirma que os militares poderão repetir o que fizeram aqui no Distrito Federal — assisti de perto ao confronto armado e ao tiroteio naquele dia, nesta Capital, entre as polícias militar e civil.

É necessário, portanto, que o Congresso esteja preocupado com a situação em que nos encontramos. Não podemos permitir de maneira alguma que, a pretexto do arrocho salarial, a pretexto da desorganização da economia, os militares venham a invadir a cena política do País. A reponsabilidade está sobre nossos ombros.

Cabe ao Congresso Nacional dar o rumo correto à economia brasileira, já que a Nação não confia mais no Sr. Presidente da República, Fernando Collor de Mello. Quatorze meses depois de tomar posse, a Nação não confia mais no Presidente. É, pois, necessário que o Congresso Nacional tome sob sua responsabilidade os destinos do Brasil, para que não fiquemos atolados no mais absurdo caos de toda a nossa História.

Minhas palavras na tarde de hoje, Sr. Presidente, são no sentido de concluir todos os integrantes desta Casa — de esquerda, de centro, de direita — enfim, todos os representantes do povo que aqui estão — para tentarmos superar essa grave crise vivida pela Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)
— Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lourival Freitas.

O SR. LOURIVAL FREITAS (PT — AP)
Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é com muito pesar, tristeza e indignação que registro a ocorrência de um acidente que há sete dias, precisamente no dia 5 de maio, ceifou a vida de oito valorosos trabalhadores rurais no meu estado, o Amapá. Esses trabalhadores, que viviam ao longo da Rodovia Perimetral Norte, periodicamente, cmo muito esforço e sacrifício, levavam a sua produção até a Capital Macapá para ali comercializá-la e manter o sustento de sua família.

Na Perimetral Norte, Sr. Presidente, assim como em todo o interior do Estado do Amapá, as pequenas colônias de trabalhadores rurais vivem à mercê da sua própria sorte.

É bom que se diga que a produção daquela localidade não conta com um centavo de incentivo fiscal do Governo Federal. É bom que se diga que os trabalhadores rurais, particularmente os da Perimetral Norte, não contam com um centavo de ajuda do Governo Federal, nem tampouco do Governo Estadual. A estrada há muito está abandonada. Os trabalhadores que morreram naquele acidente iam para Macapá num caminhão que periodicamente transporta produtos agrícolas junto com trabalhadores, num total desrespeito à vida do ser humano.

Portanto, Sr. Presidente, é com tristeza que faço este registro, solicitando aos Governos Federal e do meu estado maior atenção para com aqueles trabalhadores que com muito sacrifício conseguem produzir e comercializar o que plantam sem nenhum incentivo, já que somente os grandes produtores têm acesso aos programas de subsídios.

Com muito pesar e tristeza, portanto, registro o falecimento, na Perimetral Norte, daqueles oito trabalhadores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agostinho Valente.

O SR. AGOSTINHO VALENTE (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a notícia de que a Ministra Zélia Cardoso de Mello renunciou ao comando do Ministério da Economia refletiu na classe trabalhadora.

Como bem lembrou o companheiro, Deputado Chico Vigilante, há muito tempo a Ministra estava desautorizada a falar sobre a economia do País, porque o Presidente da República avocava a si o comando, ou o pretendido comando, da economia do Brasil e — por que não dizer? — das dificuldades por que passa este País, já por demais conhecidas desde o Governo José Sarney, desde a anarquia econômica do tempo dos militares e, agora, desta piada que é o Governo Fernando Collor de Mello. Quando se vai falar em economia?

Ontem mesmo o Deputado Haroldo Lima mostrava aqui como a nossa Nação está de joelhos perante os Estados Unidos. Quando o Brasil, numa negociação entre a Embraer e o Governo cubano, tentou vender aviões para Cuba foi impedido pelos Estados Unidos. Quem, afinal, manda na economia do País?

É claro que a Ministra — hoje cedo estava-me alertando o nobre Deputado José Dirceu — caiu mais pelos seus méritos. Quando S. Ex^a, resolveu fazer política para continuar no Ministério, caiu. Não podia ser de outra forma. Para enfrentar o grupo alagoano que contorna a roxidão administrativa do Sr. Fernando Collor de Mello, a pessoa de Zélia Cardoso de Mello era pouco para resistir às violências dos PC da vida e de tantos outros que vão cada vez mais conduzindo a um hermetismo, que não sabemos onde chegará.

Não faltou boa vontade deste Parlamento, até um pouco de complacência, tanto da bancada do Governo Federal quanto, até mesmo, para surpresa nossa, de alguns deputados economistas da Oposição, com o que poderia ser a política econômica do Governo Collor. Mas mais cedo ou mais tarde a fantasia iria ser rasgada e nós em lugar do jóquei, teríamos um cavalo montando o próprio jóquei. É o que está aí: o Sr. Marcílio Marques Moreira vindo de e — Washington quem puder ler melhor que leia — diretamente do Banco Mundial, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, para imprimir mais violência ao entreguismo da nossa economia, ao descalabro dessas privatizações feitas de forma barroca e sem nenhum sentido, criticado até mesmo pelos melhores empresários do Brasil.

Nunca é demais lembrar que o Sr. Antônio Ermírio de Moraes arranca os cabelos quando se fala em privatizar a Usiminas, a Acesita e tantas outras empresas que o capital internacional está a namorar sem respeitar nossas leis, sem respeitar o parlamento e sem respeitar a natureza da política econômica do nosso País.

Por tudo isso, vamos fazer nossa parte: vamos concretar a Nação para uma greve geral nos dias 22 e 23 com sentido mais de feitiço popular do que propriamente de greve, até porque sabemos, pelas lições de Sociologia, que não se faz greve geral impunemente. Vamos fazer dois feriados populares. A Central Única dos Trabalhadores deve concretar quaisquer companheiros de outra central e todos aqueles que tiverem espírito cívico para que o levantem em prol desta Nação, a fim de não deixarmos que o Governo continue a cometer mais infantilismos. Vamos parar dois dias não por salários, que vão estar embutidos na paralisação; não por querer que o comércio não funcione ou que a indústria também não ligue suas máquinas, mas para mostrar o nosso repúdio à Nação que está sendo mal administrada, mal conduzida e relegada ao fundo de um continente. Todo o mundo vê isso, parlamentares e povo, só o Sr. Presidente Fernando Collor coloca vendas sobre os olhos para não querer ver que seu Governo está levando o País à bancarrota, da qual não sabemos como vamos sair.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Orlando Pacheco.

O SR. ORLANDO PACHECO (Bloco — SC Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, meu discurso trata de impostos e tributos. João, jardineiro, 38 anos, cinco filhos, renda mensal que quatro salários mínimos, quando vai à padaria comprar um quilo de farinha de trigo está pagando 18% de ICMS, 2,65% de PIS e Finsocial, cerca de 47% de Imposto de Renda sobre o lucro, além de outros adicionais, representando algo próximo a 30% do preço de venda. Para João, 38 anos, cinco filhos, renda mensal de quatro salários mínimos, e para qualquer outro contribuinte brasileiro. Em nosso País existem 54 diferentes tributos que, na sua maioria, pesam igualmente sobre todos, independentemente de renda, classe social, idade, número de filhos ou qualquer outro critério, embora a essência do nosso povo seja uma extensa e heterogênea escala de formas econômicas e sociais. Trata-se do modo mais perverso, arcaico, injusto e desigual de tributação.

O princípio constitucional da capacidade contributiva, que determina que os impostos devam ser graduados segundo o patrimônio, os rendimentos e a atividade econômica do contribuinte é letra morta. Enquanto isso, os níveis de investimento, produção, demanda, emprego, renda e até arrecadação são inversamente proporcionais à elevação da carga tributária incidente sobre as empresas. Aqui e no resto do mundo.

Nos países desenvolvidos, um terço da arrecadação provém das empresas e dois terços dos indivíduos. No Brasil, curiosamente, ocorre o inverso. Fatalmente, o que acontece é que aquilo que as empresas pagam de tributo é incorporado aos custos e repassado aos preços. Um círculo vicioso que não resulta

em prosperidade, mas na tal cultura inflacionária.

Em uma análise rápida da nossa História recente, é possível concluir que os períodos de maior crescimento econômico do País foram marcados por menos ônus tributário. Até 1983, por exemplo, o veículo era tributado em 12%, alcançando 30% na década de 70 e atingindo os 45% de hoje. Enquanto isso, a indústria automobilística vendeu, em 1979, 1.014.925 automóveis no mercado interno e, em 1990, somente 707 mil veículos. E estamos falando apenas de impostos sobre o valor de revenda que, aliás, nos países desenvolvidos, no caso dos veículos, é de 13,2%.

ICMS, IPI, PIS e Finsocial oneram abusivamente o preço final de venda dos produtos. Por outro lado, a incidência de impostos na aquisição de máquinas e equipamentos destinados à expansão da capacidade produtiva não estimula novos investimentos. A simples abertura econômica não é suficiente para proporcionar o aumento da produtividade. É necessário adequar a nossa estrutura tributária a dos países competitivos.

Os empresários brasileiros continuam perplexos e desconfiados em relação ao discurso de intenções modernizantes do Governo, porque sabem que não haverá estabilização econômica e quando da inflação sem desenvolvimento industrial.

Não basta afirmar que a receita tributária é baixa e, com base nisso, criar novos impostos ou elevar alíquotas. É preciso, antes, racionalizar os custos públicos e promover mudanças na estrutura tributária. Afinal, tributos excessivos, ao contrário do que se pensa ou pretende, não aumentam a arrecadação, mas inibem novos investimentos e conturbam a ordem econômica do País porque elevam preços e alimentam a inflação.

Alertado por razões tão evidentes, o Governo deve se empenhar em reduzir a carga tributária para permitir um efetivo aumento da arrecadação, eliminando os efeitos danosos que existem hoje. Aqueles efeitos que fazem com que João, jardineiro, 38 anos, cinco filhos, renda mensal de quatro salários mínimos, pague proporcionalmente mais pelo mesmo quilo de farinha de trigo do que um outro cidadão brasileiro de renda e patrimônio maiores. É o que questiona o Sr. Antônio Marmo Trevisan, no jornal Folha de S. Paulo, do dia 2-5-91.

Sr Presidente, Srs. Deputados, o que realmente fatura nesta sociedade de consumo são sempre os meios, nunca o começo e o fim. O consumidor, que é sempre o fim, é quem arca com todas as consequências, tributações, ônus, material deteriorado de péssima qualidade! E mais, Sr. Presidente, além da carga tributária que o cidadão brasileiro tem com os meios, ainda existem os impostos de uso, isto é: Imposto Predial, Imposto Territorial e Imposto Foreiro, imposto pago pelo uso de terreno de marinha. São 54 tipos de tributos. É o caso da carta que recebi do Sr. Orlando Braga, da cidade de Itajaí-SC, em que diz:

"O assunto que me leva a dirigir-me a V Ex^a, é relacionado com o Imposto de Marinha, uma taxa que, até 1987, vinha sendo paga pelos foreiros e ocupantes de "terreno de Marinha", por insignificante quantia. Foi na gestão do Sr. Ministro Mailson da Nóbrega que foi lançada a circular que modificou a redação e o valor do imposto, gerando um descontentamento ao nível de Brasil.

No meu caso, particularmente, consta da escritura do meu terreno a qualidade de foreiro, não de ocupante, e por esse motivo o foreiro não estava sujeito a ser penalizado por um valor expressivamente maior, tanto mais pela razão que pago o Imposto Predial, o Imposto Territorial, mais a taxa de Marinha, havendo, no meu entender, claramente, tributação, a despeito da "redação", que assim não reconhece. O terreno é um só. Não comprehendo como querem dividi-lo tecnicamente para justificar a cobrança da taxa de Marinha.

A Prefeitura de Itajaí elevou o Imposto Predial de quatro mil, em 1989, para Cr\$ 48.000,00, que representa mais de 1.000%, causando pânico na população de Itajaí, especialmente para a classe aposentada. É o meu caso", diz o Sr. Orlando Braga.

O povo não deveria aceitar tais desmandos das autoridades, que repousam sobre o devorador apetite do ganho e do lucro.

O Estado é, muitas vezes, um mau explorador, por não saber estabelecer leis sociais sábias, justas e harmônicas, o que tem gerado descontentamento generalizado às populações já tão massacradas pelo baixo índice salarial e o crescente e assustador problema inflacionário.

Na verdade, o povo não é uma grei para ser esmagada, dar e obedecer, por uma minoria insensível e sem nenhuma consideração às comunidades carentes que vivem de baixos salários, especialmente os aposentados, pensionistas etc., a despeito das garantias constitucionais.

Faltam-nos instituições que cultivem a "justiça" social.

"Envio-lhe alguns documentos a respeito, mas gostaria de conhecer o seu ponto de vista sobre o assunto, bem como se poderia encaminhar um documento através de V. Ex^a, de sua autoridade como Deputado Federal, para a Sr^a Ministra ou mesmo ao Sr. Presidente da República, para, pelo menos, ser reduzido o valor da taxa que será lançada em julho, creio que de valor bastante elevado, para um valor acessível às nossas possibilidades."

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra à Sr^a Deputada Cidinha Campos.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs Congressistas, em primeiro lugar quero agradecer ao Deputado Carlos LUPI por me ceder o seu espaço. Em segundo, informo que dei entrada hoje, no Protocolo Geral da Câmara dos Deputados, para as providências legais, a um documento solicitando o recebimento, pela Câmara dos Deputados, de de-

núncia contra o Presidente da República e o ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, por crime de responsabilidade.

Como é do conhecimento de toda a Nação, o Presidente da República e o Ministro Rogério Magri não respeitam a Constituição Federal, infringindo-a repetidas vezes e violando, no caso do Sr. Presidente da República, o compromisso constitucional de cumprir-la, observar as leis e promover o bem geral do povo brasileiro.

O fato que determina a presente denúncia é a insistência dos denunciados em violar o direito à aposentadoria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adroaldo Streck.

O SR. ADROALDO STRECK (PSDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há vinte dias um grupo de dez deputados, entre os quais me inclui, convidado do Congresso norte-americano, manteve contato de mais de duas horas com o Embaixador Marcílio Marques Moreira, analisando a situação do nosso País e o contexto econômico internacional.

Quero dizer aos Srs. Congressistas, nesta sessão do Congresso Nacional, que me impressionou sobremaneira o conhecimento de causa da realidade nacional e do que ocorre no mundo, quando o Embaixador Marcílio Marques Moreira falou àquele grupo de deputados Hoje, temos a designação do embaixador para o Ministério da Economia. Tal fato é importantíssimo e precisa ser destacado nesta tarde.

Há poucos instantes, conversando com um colega sobre o que dizer da escolha do Presidente da República, ele me chamava a atenção para o caso de que talvez se devesse esperar alguns dias para fazer um pronunciamento a respeito. Penso exatamente o contrário. Conhecendo como conheço, não dessa oportunidade mas de outras, o pensamento do Embaixador, e agora Ministro designado, Marcílio Marques Moreira, acredito que este seja o exato momento de hipotecar-lhe solidariedade, confiança e fé, o que faço com a consciência absolutamente tranquila. Tenho certeza de que o Embaixador Marcílio Marques Moreira, na condição de Ministro da Economia, não vai querer construir o País à base de recessão, do desemprego, do arrocho salarial. É um homem moderno, um craque, um profissional na sua condição de homem público, exatamente o que vimos procurando. Chega de amadorismo.

Os estragos que essa equipe econômica provocou no País não temos condições de avaliar hoje, talvez seja preciso bastante tempo. Mas temos obrigação de assumir uma postura nesta Casa.

Mesmo que tenha sido oposicionista do primeiro ano do Governo Collor, quero parabenizar o Presidente da República pela excelente escolha que acabou de fazer, e renovar meu propósito de auxiliar, aqui na minha atividade parlamentar, no que for possível, o

novo Ministro, Embaixador Marcílio Marques Moreira.

Se S. Ex^a vier a executar o seu pensamento sobre a economia nacional, dentro do que nos falou há vinte dias, em Washington, terá neste modesto deputado um colaborador, para que de uma vez por todas o Brasil possa sair da extrema dificuldade em que se encontra, em virtude do que provocou esse grupo de amadores, que durante quatorze meses quase nos leva a uma tragédia nacional.

Era o registro que eu gostaria que constasse dos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra a nobre Deputada Maria Luiza Fontenele.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE (PSB — CE) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs Congressistas, disse o nobre Deputado que me antecedeu que talvez tenhamos de passar algum tempo para avaliar os estragos que a equipe econômica, capitaneada pela Sr^a Zélia Cardoso de Mello, provocou em nosso País. Acredito que alguns dados hoje já fornecidos pela imprensa, ao avaliar a demissão da Ministra, nos indicam já alguns desses estragos. O Jornal do Brasil menciona que quando a Ministra tomou posse em 1990 afirmou que iria acabar com a fome. O Ministro da Saúde, em conferência recente em Genebra, informou que o nível de morte de crianças em nosso País é alarmante. Segundo dados fornecidos pelo próprio Ministro, 365 mil crianças morreram só no ano passado, vítimas da pobreza. Talvez não precisássemos de outras cifras nem de dados mais estarcedores para avaliar os efeitos dos estragos da política aplicada por essa equipe econômica. No entanto, enquanto a ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello, ao fazer um balanço do seu tempo de mandato, informa que deixa um superávit superior a três bilhões de dólares e deixa a inflação inferior a 10%, a mesma Ministra, sem poder obscurecer os estragos causados pelo projeto econômico do Governo Collor de Mello, diz que a indústria está sucateada. A indústria brasileira está sucateada, sim, e, mais do que a indústria, estão sucateados os setores mais importantes do serviço público brasileiro. Há um anúncio feito pelo Presidente do BNDES de que, a partir de maio, a cada mês uma empresa pública será privatizada. Esse é o anúncio também de um processo de privatização que a Ministra capitaneou não de forma isolada, mas representando o projeto do capital, materializado no Governo Collor de Mello.

Minha compreensão e análise da realidade, baseada na interpretação científica dos fatos, é de que, se há um importante papel dos indivíduos, como sujeitos no fazer social, esses indivíduos, a exemplo da ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello e de outros ministros, por opção se fizeram integrantes de um projeto político, foram parte dessa estrutura de poder, e é exatamente essa estrutura que está ruindo.

É possível que questões de natureza afetiva tenham concorrido para o afastamento da ex-Ministra. Afinal, o machismo reinante não perdoa nem mesmo as amigas do poder. No entanto, não podemos aceitar que a denúncia do falso moralismo seja usada para ocultar os reais impasses que vive o capitalismo, no Brasil e no mundo. Ao contrário, evidencia ainda mais a profundidade de suas mazelas. A renúncia ou exoneração da Ministra Zélia Cardoso de Mello indica a gravidade da crise do sistema capitalista, que busca, através de manobras, de estratégias de **marketing** e até mesmo do procedimento da "fritura" de seus fiéis soldados, escamotear a dimensão real da crise. Crise essa que o povo não está mais suportando, o que já manifestou através de pesquisa recente, onde é acusada insatisfação generalizada não só com as medidas adotadas em relação à privatização, mas também em relação ao custo de vida e ao próprio Governo. Se a inflação está (não se sabe até quando) contida em níveis melhores do que os do Governo passado, é preciso que se diga que é à custa da redução drástica dos salários e do desemprego, o que aumentou o nível de empobrecimento em nosso País.

A substituição no Ministério da Economia representa uma acentuação da atitude de submissão ao Fundo Monetário Internacional. O novo Ministro que assume, o Sr. Marcílio Marques Moreira, enaltecido pela capacidade de se manter em altos cargos desde o Governo Sarney, é anunciado pela imprensa com o diplomata que se tornou banqueiro, e que desfruta de "bom trânsito entre os credores estrangeiros". Essas qualidades, sem dúvida, em muito servirão aos propósitos do Presidente Collor; no entanto, o mesmo não pode ser afirmado quanto aos interesses da população brasileira.

Por esses motivos, a nossa confiança não está na substituição da Ministra Zélia e de todos aqueles que com ela caíram. Nossa perspectiva, nossa esperança reside nas iniciativas populares, como as tomadas pelos mutuários, que, ao lado de ações do Judiciário, fizeram com que o Supremo Tribunal Federal suspendesse a aplicação da Lei nº 8.177, derrotando assim a inconstitucionalidade e a prepotência praticadas pelo Executivo nesta questão. A expectativa e as esperanças dos que lutam estão voltadas para os próximos dias 22 e 23, quando os trabalhadores brasileiros, ao lado dos demais segmentos insatisfeitos e conscientes, se manifestarão através da greve geral, para mais uma vez reafirmar seu repúdio em relação ao Governo e consolidar posição para a construção urgente de um projeto que se coloque como alternativa para nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (PSDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, confesso a V. Ex^a que, quando entrei na empreitada contra as drogas, sabia que ela seria difícil. O que me trouxe

alento foi o apoio recebido neste Congresso para esta luta. Traz-me mais alento ainda o apoio recebido dentro da CPI, através de seu Presidente, Deputado Elias Murad, de seu Vice-Presidente, Deputado Pauderney Avelino, e de todos seus componentes. Mas é mesmo difícil lutar contra os traficantes.

Apresentei uma lista de, aproximadamente, dez mil nomes a demonstrar a impunidade dos traficantes de drogas no nosso País. Todas as pessoas constantes dessa lista haviam sido autuadas e indiciadas por tráfico de drogas. Volto a frisar que nessa lista, de aproximadamente dez mil nomes, não há ninguém que tenha sido autuado por vício; alias, na minha opinião, vício não é problema de caixa, mas, sim, de tratamento.

Sabia que a partir da apresentação dessa lista muita gente se sentiria incomodada e começariam as pressões para calar este Congresso, para impedir que demonstremos a patifaria que impera no meio dos traficantes. Foi, porém, com surpresa que li em manchete do jornal *Correio Braziliense* que um promotor de Brasília está querendo processar este parlamentar por ter apresentado uma lista contendo os nomes de pessoas autuadas como traficantes. Talvez esteja sobrando tempo a esse senhor, porque ele não está processando traficantes, está, sim, preocupado com a nossa guerra contra esses elementos. Quero dizer a esse senhor que não acredito que esse seja o pensamento do Ministério Público. Respeito o Ministério Público e o tenho ao meu lado nesta guerra contra o tráfico de drogas. Se com esse tipo de intimidação pretendem parar-me, digo que isso é só o começo, porque mais nomes virão dos estados e preencherão essa lita.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não é possível que fiquemos omissos enquanto o tráfico de entorpecentes mata nossa juventude. Pela vida dos nossos filhos, este Congresso pode responder a milhares de processos. O que não queremos ver são sepulturas cheias de jovens. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado José Dutra.

O SR. JOSÉ DUTRA (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, retorno a esta tribuna para abordar sinteticamente um dos problemas que mais angustiam meu estado e o povo do Amazonas.

A Ministra Zélia Cardoso de Mello renunciou ontem a seu cargo, dando margem à nomeação de um novo ministro. Mas, antes de sua renúncia, S. Ex^a determinou estudos para ajustamento da Zona Franca de Manaus à nova política industrial e de comércio exterior do nosso País. Nesse estudo, que ontem chegou às minhas mãos, há propostas interessantes mas que, ao mesmo tempo, encarnam problemas muito sérios para a Zona Franca de Manaus. Entre essas propostas sérias e ameaçadoras da ministra, há aquela no sentido de que a produção na Zona Franca de

Manaus seja controlada. Vale dizer, uma empresa não pode produzir mais de mil televisores ou uma fábrica de relógio não pode produzir mais de cinco mil relógios, e assim por diante. Numa economia que se intitula liberal, essa proposta representa um verdadeiro paradoxo e, mais do que isso, uma ameaça ao sistema de produção da Zona Franca de Manaus. Mas, por outro lado, a proposta da Sr. Ministra também obriga as empresas do distrito industrial de Manaus a investirem em capacitação tecnológica. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento em que o Governo brasileiro abre sua economia para o exterior, permitindo que se importe, através dos grandes centros consumidores, tudo aquilo que produzimos em Manaus, qual industrial terá coragem para investir em capacidade tecnológica? Isso realmente é outro absurdo.

Mas vai mais além. A Ministra propôs a extinção de duas taxas que a Suframa cobra em função das importações. São 3% que ficam hoje em torno de vinte milhões de dólares, consideradas as importações do exterior. Esses vinte milhões de dólares ficam no Amazonas produzindo empregos e pesquisas para o nosso estado. Contudo, ela não propôs também o cancelamento da taxa da Cacex.

Essas incongruências me causaram preocupações na consciência e, por isso, resolvi vir a esta tribuna para daqui combater esses pontos negativos e chamar a atenção do futuro ministro da Economia, da Fazenda e do Planejamento para que estude o ajustamento da Zona Franca de Manaus à nova realidade brasileira, sem criar prejuízos, sem violentar e destruir a expectativa de desenvolvimento do povo amazonense.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni.

A SR. IRMA PASSONI (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o atual quadro geral da economia brasileira, mergulhada em profunda recessão e materializada na queda de quase 4,0% do Produto Interno Bruto, no ano passado, queda esta que, certamente, continuará intensificando-se neste ano, explicando as verdadeiras razões da saída da Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e sua substituição pelo Sr. Marcílio Marques Moreira.

A estratégia adotada pela ex-ministra e seus assessores econômicos, todos avalizados pelo Presidente Collor, de combater a inflação com o aprofundamento da recessão, fracassou totalmente, sem que fosse obtido o resultado que buscaram a qualquer custo. Os preços, novamente, estão fora de controle, e a previsão generalizada é a de que a partir do segundo semestre crescerão à taxa superior a 10% ao mês, a menos que haja nova intervenção na economia.

O resultado obtido pelo Governo com a sua estratégia suicida foi o oposto do que prometeu o Presidente em sua campanha

eleitoral, marcada, hoje sabemos, pela mentira. Ele prometeu o desenvolvimento econômico. Fez o contrário. O País empobreceu, a marginalização social expandiu-se no compasso do arrocho salarial violento, nosso mercado interno reduziu-se ainda mais, cresceu a evasão de capitais, porque o País não tornou-se atrativo aos investimentos, e, consequentemente, intensificou-se o processo de superconcentração da renda nacional, que, na verdade, é a causa principal da escalada inflacionária.

Zélia e sua equipe, no nosso entendimento, continuavam agindo de forma semelhante aos ministros que a antecederam. Para ela, a inflação brasileira, essencialmente, é fruto do excesso de demanda na economia. Ora, como acreditar nesse diagnóstico falacioso se vigora em nosso País o mais baixo salário mínimo do mundo, se o perfil da renda nacional é um dos mais perversos do planeta, e que 70% do seu total representam os rendimentos do capital (juros, lucros e aluguéis) e somente 30% significam os rendimentos dos salários?

É mais do que evidente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, que a causa principal da crise econômica brasileira decorre da superacumulação de capital na economia, que tende a reduzir mais e mais a taxa de lucro, fato que leva, sempre, os empresários a reduzirem a produção e a elevarem os preços, na tentativa de manter inalterada a sua rentabilidade. O modelo recessivo apenas tende a aprofundar ainda mais esse quadro.

A alternativa para o País é alterar, rapidamente, o atual modelo econômico concentrador, promover ampla distribuição da renda nacional e dinamizar a economia, já que os rendimentos dos salários são insuficientes para remunerar o capital superacumulado, levando-o, permanentemente, a utilizar-se da inflação para, através da especulação, garantir a sua reprodução. A inflação é instrumento indispensável do modelo econômico atual, para garantir a margem de lucro dos empresários. Zélia equivocou-se no seu diagnóstico e assim serviu apenas aos credores internacionais e aos especuladores da miséria nacional.

O novo ministro da Economia, Fazenda e Planejamento não nos dá a esperança de que a situação mudará para melhor. Em diversas oportunidades, ele defendeu a política de estabilização ditada pelo FMI. Tem ligações estreitas com os banqueiros internacionais e nacionais, pois era banqueiro antes de ser indicado embaixador em Washington. Quanto às soluções para o nosso País, adota linha preconizada pelo Presidente dos Estados Unidos, George Bush, expressa no seu discurso "Iniciativa para as Américas", em que prega a abertura total de nossa economia. O resultado dessa política é a que estamos, nesse momento, presenciando: sucateamento da indústria nacional, empobrecimento da população, disposição oficial de continuar pagando a dívida externa, destruição da política tecnológica e científica voltada para a promoção da independência do País e o desempre-

go, que atinge a mais de um milhão de pessoas só em São Paulo.

Mantemos reservas sobre o novo ministro. Teremos alguma esperança nele se propuser a mudança imediata do modelo de desenvolvimento econômico concentrador de renda, para dinamizar a economia. Caso contrário, tudo continuará como está, ou melhor, a situação piorará ainda mais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Koyu Ilha.

O SR. KOYU IHA (PSDB — SP) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, evidentemente, não só teríamos condições de falar, mas principalmente de começar a analisar a queda da ministra Zélia Cardoso de Mello.

Numa análise muito subjetiva, no momento em que o Brasil passa por uma crise econômica muito forte, o instante em que a classe trabalhadora tem o menor salário de sua história, no momento em que o acordo internacional sobre a dívida externa estava no seu final, vemos a queda da Ministra, quando ela, numa posição firme na qual que seria de interesse nacional, estava negociando a dívida externa.

Entretanto, Srs. Congressistas, no nosso entender, a negociação da dívida externa — a posição da Ministra Zélia Cardoso de Mello era eminentemente em defesa dos interesses nacionais — coincidiu com as intrigas palacianas, quando a ministra começava a colocar resistências contra as benesses dos amigos que vivem em torno do Presidente da República.

Reiteradas vezes o Presidente da República, em seu pronunciamento à Nação, dizia que os objetivos e as consequências da política econômica eram eminentemente de sua responsabilidade. Portanto, todo o caos industrial e salarial e a complexidade entre capital e trabalho têm como culpado o Sr. Presidente da República. Para proteger aqueles que cercam o Presidente da República, interessados no aumento de quotas de Manaus, na dívida dos usineiros e em outras benesses dadas pelo Palácio do Planalto, a Ministra, neste instante grave para a Nação, quando está finalizando o acordo da dívida externa, deixa o ministério e não presta mais serviços à Nação.

Outra questão, Sr. Presidente, que eu gosto de analisar, diz respeito ao movimento dos prefeitos e vereadores em torno da prorrogação de mandato.

Comenta-se que a coincidência dos mandatos eleitorais, no âmbito estadual, federal e municipal, evitaria despesas de ordem econômica deste País. Entretanto, tem sido tradição dos estados democráticos e civilizados, nos momentos de crise econômica ou política, principalmente no regime parlamentarista, convocar novas eleições, para que a sociedade possa emitir uma opinião a respeito dos parlamentares e do Executivo.

Por essa razão peço a V. Ex^a que autorize a transcrição do meu pronunciamento sobre a prorrogação de mandatos de vereadores e prefeitos

Sr. Presidente, a desenvoltura com que prefeitos e vereadores se mobilizam em busca da aprovação de proposta legislativa que prorroga os respectivos mandatos chega a ser inquietante. Inquietante porque julgávamos ser o tema porrogação de mandato algo circunscrito a um período negro da nossa história política, quando os cultores do obscurantismo alteravam o calendário eleitoral ao sair de suas conveniências.

A tese sustentada em defesa da idéia prorrogacionista assenta-se no velho e repisado refrão da necessidade de coincidência dos pleitos municipais, estaduais e federais, visto que — segundo alegam — a realização de eleições com a frequência prevista no nosso calendário eleitoral somente serve para agudizar a crise econômica e social em que se encontra mergulhado o País.

De tão frágil, essa tese, Sr. Presidente, mal esconde as ambições pessoais dos que se afeiçoram aos casuismos, à defesa da causa própria, como se a função pública fosse mera prebenda. Estes continuam agindo, na presente quadratura, como se nada de novo ocorreria no País. Continuam tratando o povo como simples massa de manobra para consecução de seus desígnios políticos, desconhecendo — ou fingindo desconhecer — todas as mazelas, todas as iniquidades resultantes de sua insensibilidade política.

A evolução histórica dos povos civilizados, dos países com sólida tradição democrática demonstra-nos que eleição nunca constitui fator de instabilidade econômica. Com efeito, os países que praticam o sistema parlamentarista, por exemplo, têm como terapêutica para solução dos conflitos de natureza política a convocação de eleições gerais, reconstituindo, assim, a estabilidade política. E estabilidades política e econômica são indissociáveis. O segredo do sucesso desenvolvimentista das nações que hoje se inserem no contexto do chamado Primeiro Mundo reside inegavelmente na solidez de suas instituições políticas. Exemplo marcante são os Estados Unidos da América do Norte, país tido como modelo de democracia do mundo ocidental, onde eleições são realizadas a cada dois anos.

Essas considerações, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, parecem-nos suficientes para fazer quedar a tese dos arautos do prorrogacionismo.

Gostaríamos de enfatizar, nesse passo, que a consciência nacional, a consciência política do nosso povo, já se encontra suficientemente amadurecida para fazer abortar, para repelir, mais esse engodo que nos pretendem pregar. E é isso o que defendemos: um Estado democrático, uma sociedade participativa.

Já é tempo de entendermos que prorrogação de mandato é assunto sepultado; é coisa que encontra abrigo apenas nos registros da evolução política da nossa sociedade. Somos, pois, visceralmente contrários a qual-

que a proposta que aponte nessa direção. Somos contrários por questão de princípio. Somos contrários por entendermos que proposta dessa natureza colide frontalmente com os princípios de um regime verdadeiramente democrático. Nesse sentido, é bom frisar que o art. 1º, parágrafo único, da nossa lei fundamental, diz textualmente: "Todo poder emanado do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição".

Como se vê, Sr. Presidente, mandato eleito e delegação expressa do povo, por tempo determinado, a representantes escolhidos para defesa da causa a todos comum: o bem-estar social. Portanto, o titular do mandato é o povo. A negação dessa premissa resulta no colossal abismo que hoje se verifica entre a classe e seus governantes, causa primeiramente todos os males que nos afligem a todos.

Era só os que brincam de fazer política com ciência desse fato inquestionável? Acreditamos que não. Acreditamos que não, pela simples e boa razão do flagrante contraste entre a palavra e a ação, na omisão do encaminhamento das soluções dos agudos problemas que afligem todas as comunidades.

Não seria, Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados, mais meritória a defesa da tese de um mandato "tampão", admitindo-se, excepcionalmente, a reeleição para os casos específicos? Claro que sim. E desse modo teriam os que se julgam merecedores da confiança popular, os que se julgam estar honrando tanto as promessas feitas em praça pública, a oportunidade do reconhecimento, do referendo do seu desempenho em defesa dos interesses dos seus representados, através da consagração nas urnas.

É essa é verdade, porque o povo é sábio e sua intenção implacável.

Isso é o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP). Propõe-se o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Sr. e Srs. Congressistas, os trabalhadores da área da saúde de São Paulo encontram-se em greve desde o dia 2 de abril de 1991. Durante o Governo Orestes Quérula, as perdas salariais chegaram a 664%, isto é, estavam indo em um sistema unificado de saúde onde os trabalhadores federais e municipais ganham de 2 a 4 vezes mais que os estaduais.

O Governo Estadual, através dos secretários da saúde, Dr. Nader Wafae, e da Administração, Dr. Miguel Tebar, se comprometeu a estudar proposta emergencial para a saúde, reconhecendo inclusive a imensa defasagem salarial em relação ao setor público em São Paulo.

No entanto, em 26 de abril próximo passado, o Governo do estado tentou punir os servidores da saúde em greve, anunciando reajustes com os seguintes índices: 9% mais abono de 5 mil cruzeiros para a saúde;

19,27% para a Polícia Militar e 20,17% para o magistério.

Ainda afirma o Governo, através do Sr. Secretário da Administração, Dr. Miguel Tebar, que só retomará as conversações com os servidores da Saúde se os mesmos retornarem ao trabalho. O impasse está dado, por iniciativa do Governo do Estado de São Paulo. Não reconhece na prática o direito constitucional de greve, não cumpre aquilo que promete, e mais, cria crise de credibilidade quanto aos propósitos deste Governo quando não explica por que as prefeituras menores, que também sobrevivem da arrecadação do ICMS, podem pagar salários maiores que o do estado.

Este tipo de postura, além de inviabilizar a modernização das relações sindicais entre Governo e trabalhadores, coloca em risco a própria construção do Sistema Único de Saúde dentro dos princípios da descentralização e hierarquização, ameaçados pela política de centralização do Governo Collor.

Solicitamos ao Governo Estadual que reabra as negociações com a categoria, ao mesmo tempo em que solicito a V. Ex^a a inserção nos nossos Anais de ofício que recebi do Sin-

dicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo.

CORRESPONDÊNCIA A QUE SE REFERE O ORADOR

"SINDISAÚDE"

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo

São Paulo, 7 de maio de 1991

OFÍCIO N° 40/91

Exm. Sr.

Deputado Federal

Dr. Eduardo Jorge

Prezado Senhor.

Os trabalhadores estaduais da Saúde de São Paulo encontram-se em greve desde o dia 2 de abril de 1991. Acumulamos imensas perdas salariais (de 233% a 664%) durante o período do Governo Quérula e, agrupando a situação, trabalhamos num sistema de saúde unificado, com trabalhadores federais e municipais cujos salários são de 2 a 4 vezes maiores do que os nossos. Basta ver a tabela abaixo (salários de maio/91)

Categoria	Sec. Estadual	Inamps	Prez. S.P.
Servente	37.447,49	52.344,50	96.094,91
Atendente	37.788,45	52.344,50	112.310,35
Escrivário	41.572,72	66.805,70	147.504,01
Aux. Enfermagem	46.596,73	66.805,70	147.504,01
Enfermeiro	83.988,90	110.254,30	325.910,17
Médico-20 hs	81.772,43	97.132,10	271.129,98

Ha cerca de 20 dias, o Governo Estadual, através dos Secretários da Saúde, Dr. Nader Wafae, e da Administração, Dr. Miguel Tebar, se comprometeu a estudar proposta emergencial para a saúde, reconhecendo inclusive a imensa defasagem salarial em relação ao mercado de trabalho do setor público em São Paulo.

No entanto, em 26 de abril, o Governo do Estado tenta punir os servidores da saúde em greve, ao anunciar como reajustes os seguintes índices:

— 9%, mais abono de 5 mil cruzeiros para a saúde;

— 19,27% para a Polícia Militar,

— 20,17% para o magistério.

Ainda, afirma, através do Sr. Secretário da Administração, Dr. Miguel Tebar, que só se retomará as conversações com os servidores da saúde quando retornarmos ao trabalho. O impasse está dado, por iniciativa do Governo do Estado de São Paulo. Não reconhece, na prática, o direito constitucional de greve, não cumpre aquilo que promete (proposta emergencial) e mais, cria crise de credibilidade quanto aos propósitos deste Governo, quando não explica por que prefeituras menores, que também sobrevivem da arrecadação do ICMS, podem pagar salários maiores que os do estado.

Este tipo de postura, além de inviabilizar a modernização das relações sindicais entre Governo e trabalhadores, coloca em risco a própria construção do Sistema Único de Saúde dentro dos princípios da descentralização e hierarquização, ameaçados pela política de centralização do Governo Collor.

Neste sentido, solicitamos os bons ofícios de V. Ex^a junto ao Governo do Estado de São Paulo, para que rompa com o impasse colocado, realizando-se efetivas negociações para o atendimento mínimo de nossas reivindicações.

Colocamo-nos à inteira disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, através dos telefones (011) 575-5033 ou (FAX) (011) 571-1360.

Contando com vossa colaboração enviamos nossos protestos da mais alta estima e consideração e despedimo-nos.

Atenciosamente. — Mônica Valente, Presidente "

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendonça Neto.

O SR. MENDONÇA NETO (PDT — AL). Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, da demissão da Ministra Zélia Cardoso de Melo do Ministério da Eco-

nomia, Fazenda e Planejamento, duas situações ficam claras no País: a primeira é a absoluta falta de participação das lideranças congressuais na vida do Executivo brasileiro, o total desrespeito das lideranças, que certamente só tomaram conhecimento desta demissão muito tempo depois dela ter ocorrido. Ou seja, é o absoluto desprezo do Presidente da República pelo diálogo com o Congresso Nacional, até mesmo com os seus liderados, ou que pretensamente são liderados por ele no Congresso, que não têm o apreço suficiente para participar das decisões nacionais. O Presidente e seus ministros decidem à revelia do Congresso Nacional.

Em segundo lugar, Sr Presidente, também fica evidente que o ministro que assume no lugar da Ministra Zélia apresenta um perfil muito claro para os brasileiros, um perfil de direita, mais extremado ainda, comprometido com os bancos, com o capital estrangeiro. A sensibilidade popular, inclusive, já cunhou até uma frase à entrada desse Ministro, para simbolizar essa sintonia que o Sr. Marcelo Marques Moreira tem com os Estados Unidos. Diz a sabedoria popular que ele deixa de ser ministro daqui, lá para ser ministro de lá aqui, referindo-se, Sr Presidente, à sintonia que há entre o novo ministro e o interesse do Governo dos Estados Unidos.

Portanto, esses dois aspectos, que considero importantes no momento da saída deste grupo ministerial, representam, a meu juízo, Sr. Presidente, a continuação dessa política perversa contra o assalariado, o cidadão brasileiro. Virão, agora, reformas, sobretudo em relação às políticas monetária e fiscal. É preciso levar-se em conta a devolução dos cruzados ao povo brasileiro, para que não se diga que esse projeto pertence à Ministra. É bom lembrar que o Presidente da República se disse, várias vezes, o Ministro da Economia. Portanto, a responsabilidade, Sr Presidente, pelo salário e pela devolução do dinheiro à sociedade brasileira é do Governo, que deve honrar esse compromisso, sejam quais forem os ministros que estiverem no poder. Daí por que lamentamos a falta de prestígio do Congresso Nacional, a sua não-participação nas decisões deste País e, ao mesmo tempo, a agudização do processo de comprometimento do Brasil ao capital alienígena, ao exterior. Deixamos aqui registrada a nossa preocupação com o destino do País. Esperamos que, com os novos ministros, alguns deles remanejados de outras partes, em decorrência da carência profunda deste Governo em encontram, a essa altura quem queira acompanhá-lo, pelo menos nesta parte o desastre seja contido.

Era o que tinha a dizer

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra à nobre Deputada Socorro Gomes

A SRA. SOCORRO GOMES (PC do B — PA Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs e Sras Congressistas, venho à tribuna para fazer um comunicado. Acaba de ser instalada na Câmara dos Deputados a CPI

que vai apurar os assassinatos, a violência, a impunidade e suas causas na zona rural. Esta CPI foi iniciativa do PC do B, juntamente com outros partidos, e de aproximadamente duzentos parlamentares que, sensibilizados com o problema, assumiram o compromisso de lutar contra a violência existente no País. Hoje, os componentes desta comissão comprometem-se com a sociedade a minimizar a violência e punir os mandantes e executantes dos crimes ocorridos no campo, bem como dar um basta à impunidade que hoje é responsável pelo grande número de assassinatos.

Recebi denúncia do Vereador Izaías de Souza Neto de que hoje, às 7h30min da manhã, foi assassinado, na cidade de Santana do Araguaia, o trabalhador rural Berto Pereira da Costa, dentro da fazenda Campo Alegre, de propriedade da Setenco Engenharia S/A.

Segundo o testemunho de Domingos Gomes de Araújo, que presenciou o crime, Berto teria sido alvejado por 12 disparos, oito nas costas e quatro na cabeça. A testemunha afirma ter visto dois pistoleiros, tendo reconhecido um deles como sendo Ariolino, velho conhecido do povo da região.

O crime teve a cobertura de uma caminhonete azul, com letreiros da empresa nas portas, que, dirigida pelo chefe de segurança da Setenco, de nome Werner, transportou os dois pistoleiros.

No dia 4 de maio, sábado passado, foi assassinado um trabalhador rural na cidade de Curionópolis. São, portanto, dois assassinatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará em menos de uma semana.

É um dado alarmante, mesmo para nós que nos acostumamos a conviver com a残酷za das listas dos marcados para morrer.

Este fato lamentável, ocorrido hoje, reafirma nossa convicção de que a guerra, no campo brasileiro, pela posse da terra, é a mais brutal forma de cerceamento da liberdade do povo trabalhador e priva o indivíduo de um direito básico do ser humano, que é o direito à vida.

A selvageria do latifúndio não tem limites. Não contente em manter legiões de trabalhadores a seu serviço, em regime de semi-escravidão, despreza o clamor de uma larga parcela da sociedade brasileira e, de forma monstruosa, volta sua barbárie contra os que ousam desafiar sua pretensão de manter, no campo brasileiro, um regime semifeudal de atraso secular no trato com a terra.

No momento em que se instala esta CPI para investigar as origens, causas e consequências da violência no campo, quero chamar a atenção dos colegas para a responsabilidade que pesa sobre nós: nos estudos e posterior conclusão do inquérito que ora iniciamos, reside a possibilidade de apuração e punição destes crimes hediondos.

Quero reafirmar aqui minha crença de que a fibra dos trabalhadores brasileiros e o movimento popular organizado jamais serão derrotados, seja por estados de caráter fascista, seja por milícias paramilitares.

Então, vimos aqui destacar a CPI não como uma propriedade dos seus componentes, mas como um local de participação e de recebimento das denúncias desta Casa e da sociedade brasileira como um todo.

Por outro lado, Sr Presidente, gostaria aqui de me pronunciar a respeito de projeto de lei do Senhor Presidente da República, que tem o objetivo de destruir o organismo sindical dos trabalhadores brasileiros, passando inclusive por cima da Constituição, fazendo com que os trabalhadores fiquem sem a sua entidade sindical nas chamadas negociações à parte, que negam a sua organização e os deixam à mercê do grande empresário e do capital.

Desde que foi criado o primeiro sindicato de trabalhadores, as classes dominantes insistem em tentar controlar e coibir suas ações, utilizando todo tipo de expediente, legal ou não, para atrelar a organização sindical a seus interesses.

Com a promulgação da Constituição de 1988, finalmente conseguimos avançar para um tipo de organização que se aproxima daquela que os trabalhadores necessitam e a evolução do movimento sindical impõe.

Hoje, decorridos 2 anos da promulgação desta Constituição, o que vemos é o Governo Collor assumir abertamente a destruição da organização sindical dos trabalhadores brasileiros, conseguida com muita luta e sacrifícios.

Mais uma vez Collor de Mello, desconhecendo a Constituição, envia para discussão no Congresso Nacional proposta de projeto de lei que vai de encontro ao texto constitucional. O Projeto de Lei nº 821, em seu art 7º, § 2º, admite a "flexibilização de direitos" nas negociações coletivas. Essa "flexibilização" nada mais é do que a negação de direitos aos trabalhadores e fere um princípio básico do Direito do Trabalho.

O art. 8º, por sua vez, determina que a negociação coletiva tem por fundamento o "primado da autonomia coletiva e a prevalência do entendimento direto", enquanto o parágrafo único do art. 13 impõe que o acordo coletivo e a negociação direta prevalecerão sobre a convenção de trabalho. Tais mecanismos representam uma total inversão da ordem legal vigente. A se efetivarem, causarão a pulverização do poder dos sindicatos e a quebra de sua unidade política. Além disso, o privilégio da negociação direta irá causar a diluição do poder de barganha dos trabalhadores que, sem o respaldo e a proteção da entidade sindical, ficarão totalmente expostos à pressão e à coerção dos patrões, em seus locais de trabalho.

Igualmente danoso para os trabalhadores é o art 26, que permite à Justiça determinar "o retorno das partes à negociação direta, nos prazos e condições que estabelecer". Se isso vier a prevalecer, o cerceamento efetivo do direito de greve será inevitável.

Outro mandamento constitucional afrontado é o que determina caber ao sindicato a defesa dos direitos e interesses da categoria

em questões judiciais e administrativas. A Lei nº 8.073, de 1990, reconhece o sindicato como o substituto processual pleno da categoria. Com a supressão desse direito, não mais valendo para as normas legais, o anteprojeto golpeia, novamente, a integridade e a autonomia das entidades sindicais, o que é vedado pela Constituição.

É um absurdo o que propõe o Sr. Collor de Mello, a desmobilização e o completo aniquilamento da autonomia sindical. Qual o interesse por detrás de uma proposta desta natureza? É o interesse dos que querem fazer calar a voz de quem não se sobra a seus desmandos, em épocas de ditadura; prendem-se, assassinam-se lideranças, fecham-se os sindicatos; não podendo lançar mão de tais expedientes, o Governo tenta quebrar a unidade dos trabalhadores, buscando isolá-los, pulverizando o movimento sindical.

Esta atitude criminosa do Presidente tem por objetivo quebrar a resistência à sua política entreguista, recessiva e de arrocho salarial, para poder implantar, à revelia da sociedade, seu projeto antidemocrático e de traição nacional.

Somente os movimentos sociais organizados poderão fazer frente a esta tentativa de retrocesso, mantendo-se alertas e permanentemente mobilizados para a defesa de seus direitos.

Não podemos permitir que em nosso País centenas de milhares de pessoas sejam coladas à margem do processo de produção. Hoje, antes mesmo que este projeto seja totalmente efetivado, convivemos com a alarmante taxa de um milhão de desempregados somente em São Paulo. A se manter esta política excludente, brevemente seremos milhões de seres humanos vivendo na miséria absoluta.

Esta Casa não pode permitir que seja cometido mais este crime contra o povo brasileiro. Devemos votar contra o Projeto de Lei nº 821 e todos os demais que objetivem negar a nosso povo o seu direito de cidadania.

Juntos, os movimentos sociais organizados, e em particular o movimento sindical, o Congresso Nacional e toda a sociedade brasileira, daremos a resposta que este momento exige.

No nosso entendimento, essa proposta do Senhor Presidente Fernando Collor de Mello não deve nem mesmo chegar ao plenário, porque inconstitucional. Ela deve ser barrada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, porque apresenta uma forma deslavada de destruir o movimento sindical. Essa destruição tem um só objetivo: permitir que o Sr. Collor de Mello, sem resistência — porque é esse o objetivo de S. Exª —, aplique a sua política econômica recessiva, que leva ao desemprego, à fome e à miséria. O Presidente da República está perdido, teve que demitir mais um dos componentes do seu ministério. Agora, S. Exª se volta, às claras, contra a organização sindical brasileira. Entendemos que este é o momento de esta Casa se posicionar contra essa atitude, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre congressista Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI (PT-PR). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, na presente legislatura, temos ouvido pronunciamentos realizados desta tribuna por parlamentares de diversos partidos denunciando a violência no campo. Este coro que se forma aqui no Congresso ainda é fraco, em face das dimensões deste verdadeiro genocídio que varre os campos do Brasil.

Mas não somos apenas um grupo de parlamentares preocupados com esta questão. Cresce, no seio da sociedade, uma consciência cada vez mais vigorosa de que a pacificação do campo passa necessariamente pela realização de uma reforma agrária profunda. A consolidação de uma sociedade democrática só será possível com a erradicação deste quadro de violência institucionalizada contra os trabalhadores rurais, contra os índices e contra os pequenos agricultores.

Volto hoje a abordar esta questão por uma razão que repoupa da maior importância. A Comissão Pastoral da Terra — CPT, órgão vinculado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, promove hoje, logo mais às 16h30min, nas dependências do Congresso, o lançamento do livro *Espinholos Caminho para a Liberdade* — um documentário completo sobre os conflitos no campo, no Brasil, em 1990.

Este trabalho, elaborado com a seriedade e com a autoridade moral que tem a CPT, constitui-se, sem a menor dúvida, num vigoroso instrumento de denúncia cristã e social sobre a violência brutal que se abate sobre os camponeses brasileiros.

A CPT documenta 563 assassinatos no período de 1985 a 1990. Documenta neste mesmo período 3.374 conflitos, envolvendo nada menos do que dois milhões e 454 mil pessoas.

Encontramos ainda neste trabalho da CPT um retrato completo da descomunal concentração fundiária reinante neste País. Eis aí, Srs. Congressistas, as raízes seculares dos conflitos no campo.

Quero, mais do que parabenizar a CPT por esta corajosa e oportuníssima iniciativa, convidar os Srs. Congressistas a se engajarem nesta luta, que é de todos nós, para mudar esta triste realidade do nosso campo.

Falar em reconstrução nacional sem encarar de frente a questão agrária, é retardar uma saída para o País desse atoleiro sócio-econômico em que nos encontramos.

Aqui, Srs. Congressistas, se morre de fome ao lado de terras imensas, mantidas como reservas especulativas pelos donos do capital. Neste País, Srs. Congressistas, se morre assassinado pelas balas traíçoeiras dos latifundiários. Convivemos com essa situação paradoxal há décadas, numa espécie de cumplicidade coletiva.

Chegou a hora, Srs e Srs. Congressistas, de nos comprometermos com a solução deste problema. A Frente Parlamentar contra a

Violência e pela Cidadania, é, sem dúvida, uma iniciativa que demonstra o empenho de um significativo grupo de congressistas em favor da reforma agrária e do fim da violência.

Durante o discurso do Sr. Pedro Tonelli, o Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)

— Antes de conceder a palavra ao orador seguinte, a Mesa solicita aos Srs. Deputados e Srs. Senadores, que se encontram neste momento, nos seus gabinetes, atendendo ao mister parlamentar, que se dirijam para o plenário, pois, após esgotada a lista de oradores do período de Breves Comunicações, iniciaremos o processo de votação.

Há perspectiva de votarmos, ainda hoje, pelo menos dez dos dezoito vetos que se encontram na Ordem do Dia. O voto, à matéria relacionada com os ferroviários, acerca do qual já há acordo de lideranças, somente será apreciado na próxima quarta-feira, de conformidade com o entendimento mantido pelos líderes partidários.

Permito-me lembrar aos Srs. Senadores presentes neste plenário e aos que estão nos seus gabinetes que, às 19h de hoje, se esta sessão não se prolongar até esta hora, ou logo após o seu término, haverá sessão no Senado Federal para apreciação de mensagem do Senhor Presidente da República, que indica o Sr. Francisco Góis para presidente do Banco Central do Brasil. Portanto, Srs. Senadores, permaneçam na Casa, porque, ao término desta sessão, o Senado Federal realizará sessão extraordinária com esse objetivo específico.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)

— Dando continuidade à lista de oradores, concedo a palavra ao nobre Deputado José Thomaz Nonô.

O SR. JOSE THOMAZ NONÔ (PMDB — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, não posso deixar de comentar, hoje, a queda de S. Exª a Ministra Zélia Cardoso de Mello. Quero saudar o Governo Collor de Mello por mais esse esforço de modernidade. Assume as elevadas funções de Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento o notável Embaixador Marcílio Marques Moreira. Exercerá a função de condutor dos problemas nacionais, neste momento de grave crise, alguém umbilicalmente ligado ao banqueiro Walter Moreira Salles, dono do Unibanco, com um passado de serviços no mínimo duvidoso prestados à Nação brasileira. Que o digam os mineiros, a Mineração Morro Velho que levou o então Presidente Juscelino Kubitschek às raízes da ira e da colera com relação a esse mesmo senhor.

Quero chamar a atenção desta Casa para os dias que antecederam a queda da Sra. Ministra numa estância termal, também em Minas Gerais, quando conferenciaram o Presidente.

da República e Walter Moreira Salles. E, logo depois, quem cai? Cai a Ministra Zélia Cardoso de Mello. Sou um crítico deste Governo; fui um crítico dessa Ministra. Vejam, porém que paradoxo deste Governo da modernidade Cai a Ministra. Por quê? Porque ousou, confiando talvez no discurso de posse do Sr Presidente, enfrentar a banca internacional. Quem ganha com a substituição? O Brasil? Não, Sr^a e Srs Congressistas. Quem ganha com a substituição são os banqueiros, pois terão um interlocutor que, há muitos e muitos anos, reside fora deste País e que, há muitos e muitos anos, transita com fluidez, graça e leveza na comunidade financeira internacional.

Sr Presidente, é esse Governo dito moderno, que exuma — e exuma é o termo — políticas entreguistas, nefastas das décadas de 50 e 60, para inseri-las na modernidade dos anos 90.

Sr Presidente, os sinais estavam no ar. Cheirava mal o cargo de ministro, porque o profeta do mal, a boca-de-forno deste Governo, o famoso Porta-Voz Rosa e Silva, há quatro ou cinco dias, começou a deixar a varaz queixas contra a Ministra, que sempre se caracterizou por uma lealdade talvez insana a este Governo, que cumpriu todas as determinações do governo, por inconstitucionais, imorais ou absurdas que fossem, que enfrentou a mídia e o Parlamento, que soube bancar todas as posições. Uma vez cumprido seu papel, dentro do hábito de fazer das pessoas objetos descartáveis, estratégia maior do Presidente da República, foi jogada no lixo da história. Já não é Ministra, já não há um turco no Banco Central; já não está o Sr Policarpo no Banco do Brasil.

Quem ganha, Sr Presidente? Novamente, é este Governo falido, desacreditado, que ganha noventa dias e rola a promissória da sua credibilidade. Agora, novamente, procuraremos um interlocutor. Quem é o Ministro da Economia? Quem é o Presidente da Caixa Econômica Federal? Quem é o Presidente do Banco do Brasil? Quem comanda essa bagunça, a política financeira brasileira?

Este discurso, Sr Presidente, Sr^a e Srs. Congressistas, é muito curto, no dia 17, no Grande Expediente, discutiremos isso com mais detalhes. Chamo a atenção desta Casa para o fato de que não há, hoje, acontecimento substancial novo. Muda-se o condutor da política econômica, única e exclusivamente, porque o Plano Collor liquidou a poupança interna, o Governo não tem onde buscar financiamento e procurará recursos no exterior, evidentemente com taxas de juros mais agradáveis para os bancos externos. A Sr^a Ministra já cumpriu seu dever, já serviu a este Governo mais do que devia. Está na hora de ceder o lugar e partir para Nova Iorque, entregar-se à sua vida privada por justo merecimento.

Lembro apenas que quem ganha com essa substituição — repito — é a banca internacional. O Governo conseguiu mais noventa dias de prazo para iludir a população brasileira. Quem perde, Sr Presidente, somos to-

dos nós, que assistiremos novamente os planos Collor III, IV, V ou VI, até que este País perca a paciência de vez (Muito bem!) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)

— A Presidência pede aos Srs Deputados que se encontram nos gabinetes que venham para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)

— Concedo a palavra ao nobre Deputado Rivaldo Medeiros

O SR. RIVALDO MEDEIROS (Bloco — PB Pronuncia o seguinte discurso) — Sr.

Presidente, Sr^a e Srs. Congressistas, a demissão da Senhora Zélia Cardoso de Mello, em tão boa hora aceita pelo Presidente Fernando Collor, caiu como uma jarra de água fria no caldeirão das preocupações da grande família brasileira, que já não dormia nem conseguia raciocinar em termos de perspectivas de sobrevivência, a partir do turbilhão de males que se abate sobre o País com a sua ida para o Ministério da Economia.

Sua saída representa, por assim dizer, um verdadeiro desafogo para a vida nacional. Não há um único segmento da sociedade que não tenha sofrido na carne as consequências da política nefasta empreendida pelo Ministério da Economia, onde meia dúzia de tecnocratas insistia em “consertar o Brasil” com o sacrifício do seu povo.

Dona Zélia causou grandes males ao País, particularmente ao Estado da Paraíba, mediante o fechamento de inúmeras agências do Banco do Brasil e, como se não bastasse, decretando a liquidação extrajudicial do nosso banco estadual, o Paraibano, e o bloqueio das contas-correntes de pessoas físicas, além do recolhimento de dinheiros públicos, como ocorreu na cidade de Patos, em meu Estado.

Ninguém, de sã consciência, poderá aiquidar os prejuízos trazidos por medidas tão drásticas, como o fechamento do único banco oficial do Estado, que, diga-se de passagem, apresentava resultados satisfatórios, segundo relatórios enviados ao próprio Banco Central.

Tal liquidação ficou marcada não apenas pela demissão de funcionários como pelos reflexos altamente negativos que provocou nas atividades econômicas e produtivas da Paraíba, atingindo duramente, o comércio, a indústria e a agricultura, que sofreram intensamente, na pele dos pequenos e médios agricultores que contavam com financiamentos nas várias localidades onde existiam agências daquele estabelecimento de crédito.

Mas não foi só isso, Sr Presidente!

A suspensão das atividades do Paraibano atingiu os aposentados mais carentes, isto é, os trabalhadores rurais que recebem, através da rede bancária, a miséria mensal de meio salário mínimo e que foram obrigados a se deslocar para os grandes centros, gastando o que recebiam no pagamento de seus transportes.

Se houve pontos positivos na atuação polêmica da Ministra Zélia Cardoso, que alguns

proclamaram, isto deve ter ocorrido principalmente na região Centro-Sul, cujos bancos oficiais foram regiamente amparados e fortalecidos, enquanto o Nordeste ficou relegado a plano secundário.

Esperamos que o novo Ministro escolhido, o Embaixador Marcílio Marques Moreira, tenha a sensibilidade de mandar rever os atos de sua antecessora, resgatando, com isso, a credibilidade interna do Governo, abalada pelo descontrole da economia e pela grande recessão que o País atravessa. Precisamos baixar o índice inflacionário sem comprometer o desenvolvimento nacional.

É de se esperar que S Ex^a, respaldado pelo seu passado, com a confiança do Presidente Fernando Collor, da classe política, do povo e do empresariado, consiga solucionar a grave crise por que atravessa o País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr Rivaldo Medeiros, o Sr Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)

— Com a palavra o nobre Deputado Renato Vianna.

O SR. RENATO VIANNA (PMDB — SC Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Congressistas, dois fatos sensibilizaram a opinião pública nacional no dia de ontem. O primeiro se refere ao pedido de exoneração apresentado pela Ministra Zélia Cardoso de Mello que, a partir de hoje, entrega o comando da economia brasileira ao Embaixador Marcílio Marques Moreira, que desempenhava as funções de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

Erros à parte, deve-se reconhecer o trabalho obstinado da Ministra Zélia no Ministério da Economia, dirigido sempre para o combate à inflação e para um debate sobre a modernização das relações capital e trabalho.

Pecou S. Ex^a pela falta de diálogo com os diversos segmentos sociais e por permitir, às vezes, que seus assessores dessem um tom autoritário às ações desencadeadas com algumas medidas econômicas.

O momento da vida nacional é difícil e exige serenidade de todos os setores para vencer os desafios da miséria e da corrupção desenfreada e de uma política capaz de levar o País ao desenvolvimento, com a eliminação da recessão, do desemprego e do arrocho salarial.

Outro fato que mereceu destaque nesta Casa foi a decisão do Supremo Tribunal Federal, na ação direta de constitucionalidade proposta pelo Procurador-Geral da República, Dr Aristides Junqueira, concedendo a medida liminar que suspende, até decisão final do mérito, os efeitos da Lei nº 8.177, que alterava as regras contratuais do cálculo dos reajustes das prestações do Sistema Financeiro de Habitação.

Com a decisão, ficam os agentes financeiros obrigados a cancelar os índices de reajustes aplicados nos últimos dois meses.

O mutuário que pagou a mais terá ainda que esperar a decisão final do mérito para exigir a devolução da diferença paga e a justa compensação nos créditos futuros.

A liminar foi concedida por oito votos contra um, e os argumentos da Procuradoria-Geral da República foram aceitos pelos julgadores, que também entenderam que a alteração unilateral da fórmula de cálculo dos reajustes, vinculando as prestações à variação da Taxa Referencial de Juros (TDR), compromete os princípios do respeito ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido ferindo o art. 5º da Constituição Federal, no seu inciso XXXVII.

A decisão do Supremo Tribunal Federal consagra o princípio da independência dos Poderes e se manifesta com altivez sobre a arguição de constitucionalidade da Lei nº 8.177, complementando integralmente a manifestação oportuna da Procuradoria-Geral da República em defesa dos interesses de um expressivo segmento da nossa sociedade, os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Luiz Girão.

O SR. LUIZ GIRÃO (PDT — CE) Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Congressistas, depois de quase quinhentos anos de colonização o Ceará possui um rebanho caprino respeitável em termos basicamente numéricos, constituído de portadores de raças não definidas, e caracterizado por animais de baixa produtividade em carne e leite. O rendimento precário é fruto de uma seleção negativa realizada há séculos, após sua introdução no País. Entretanto, como ponto positivo pode-se destacar a grande adaptabilidade dos animais às condições climáticas.

Consideramos, dentro de um contexto sociológico, a caprinocultura devidamente inserida na cultura do pequeno produtor cearense, já que o grande opta normalmente pela bovinocultura. É uma fonte barata de proteínas para sua família e permite, ainda, a venda dos excedentes em um mercado franco, em termos de matrizes e reprodutores, leite, couro e carne.

Identificamos, portanto, a caprinocultura no Ceará como uma vocação legítima. O que está faltando é uma maior atenção governamental para a promoção de tão importante atividade econômica.

Nas últimas três décadas tivemos, no estado, algumas iniciativas isoladas de introdução de animais com potencial melhorante, embora, dada a timidez das importações, não se haja observado impactos muito fortes no rebanho.

Nos últimos 12 anos, a partir do Governo César Cals, houve uma mudança de enfoque, passando a então Secretaria de Agricultura e Abastecimento a iniciar um programa de melhoramento racial-genético dos plantéis do estado. Para tal, foi desenvolvido um esquema de distribuição de núcleos, constituídos

de um macho e seis fêmeas, e contou com o apoio, dado o seu caráter inovador, do então Minagri, da Sudene e do próprio Governo do estado, através do Fundo de Desenvolvimento do Ceará.

No inicio, através deste programa foram comprados animais melhorados, escolhidos em plantéis do próprio estado. Depois da fase experimental e dado o grande interesse e disputa por parte dos criadores, iniciou-se a importação de animais do Centro-Sul do País.

No processo de avaliação contínua desse programa, os técnicos perceberam que a consanguinidade poderia trazer alguns problemas, já que os animais importados do Centro-Sul eram oriundos de uma mesma região e que os índices de produtividade já estavam sendo alcançados no Ceará.

Os técnicos opinaram, então, pela necessidade de introdução de animais importados da Inglaterra, que era o local onde se encontravam os melhores exemplares da raça anglo-nubiana (originalmente oriunda do Sudão), adaptadas às condições do Ceará. Já havia, inclusive, antecedentes de importação da Inglaterra, embora em quantidade inexpressiva. Na ocasião, os técnicos do Centro Nacional de Caprinos da Embrapa, sediado em Sobral, relataram na disseminação de outras raças que não as locais, pois existia a tese do resgate dessas raças. Foram convenientes, no entanto, de que o cruzamento com raças exóticas traria benefícios, pois o animal resultante associaria a adaptabilidade ao meio com a alta produtividade.

De inicio, foi importado um plantel que ficou sediado na Fazenda Experimental Paula Rodrigues, no Município de Santa Quitéria. Verificou-se, então, que os animais, caracterizavam-se pela possibilidade de uma intimidade de combinações de sangue, já que não havia consanguinidade. Os animais resultantes foram distribuídos ao produtor mediante resarcimento posterior. O exemplo do Ceará chegou inclusive a ser imitado por vários estados do Nordeste. Alguns criadores, entusiasmados com os resultados alcançados, tomaram a iniciativa de realizar uma nova importação. O estado arcou com as despesas de frete e da seleção, enviando especialistas para a escolha dos animais.

No auge do programa, Fortaleza foi sede do Encontro Nacional de Caprinos, e o Ceará passou a ser um núcleo exportador de matrizes e reprodutores.

Como foi acontecer na história administrativa do nosso País, o programa foi descontinuado, chegando ao ponto de os animais importados e existentes na Fazenda Hilário serem leiloados, tomando rumo ignorado, sem acompanhamento. Quem sabe até para abate. Como resultado disso houve um arrefecimento, dentro do estado, do processo de melhoria genética dos rebanhos.

Com a posse de um novo governo temos de retomar a mentalidade da modernização de nossa agropecuária, do apoio ao pequeno e médio produtor, senão sucumbiremos frente aos demais estados nordestinos, que

já contam hoje com setores modernos ou polos agroindustriais consolidados.

Temos, portanto, de retomar o fomento a caprinocultura, com atuação conjunta, Governo do estado, através de sua Secretaria de Agricultura, Centro Nacional de Caprinos (CNC) da Embrapa, e com o envolvimento das entidades de classe tipo o Clube do Berro e a Associação Brasileira de Criadores de Caprinos, sediada em Recife, bem como as prefeituras. É importante lembrar que no pequeno Município de Meruoca, na zona norte do estado, a prefeitura, com o apoio do CNC, distribuiu 480 matrizes na periferia da cidade. Na época de cobertura são elas levadas a uma central de reprodução, quando são utilizados reprodutores de boa qualidade.

Objetivamente, ter-se-ia de montar um amplo programa que cause impacto na sociedade, através de um conjunto de medidas formado pela assistência técnica, facilitação da aquisição de animais melhorados, melhoria de alimentação e incentivo à comercialização. Os cursos poderiam advir, em parte, do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste através do PROPEC — Programa de Apoio Crédito ao Desenvolvimento da Agropecuária Regional.

O retorno à formação de núcleos teria como base denominados "Triross", resultado do cruzamento de raças nativas (moxoto, caninde, repartida), com a anglonubiana e a raça leiteira (parda-alema ou qualquer das alpinas). O CNC da Embrapa dispõe de animais de raça pura ate o animal mestizo controlado, e hoje existem empresas privadas que trabalham com raças melhoradas. Com um programa deste porte abrir-se-iam grandes perspectivas no mercado. É bom lembrar que em época passada a empresa Sadia chegou a se interessar em promover o incremento do rebanho caprino do estado para abate e exportação para o Oriente Médio.

Com respeito à alimentação, este é um ponto crucial. Existem, porém, tecnologias modernas desenvolvidas pelo CNC que deveriam ser efetivamente repassadas a extensão, que se tornariam especialistas em caprinocultura. Há, por exemplo, processos de manejo da caatinga e da formação de bancos de proteína para, no momento crítico, se contar com alimentos produzidos na própria fazenda, utilizando-se espécies vegetais nativas e exóticas, dos quais pode-se realçar a leucaena.

Não se pode discutir da comercialização criando-se condições para o incremento do consumo da carne caprina, hoje direcionado para os segmentos populacionais de baixa renda. Há, também, de se oferecer incentivos à montagem de pequenas usinas de pasteurização de leite, para produção de leite e derivados. Como exemplo a ser seguido, o CNC tem uma usina pasteurizadora em Sobral, que processa 100-120 litros, colocados integralmente no mercado. Entretanto, não cabe ao Governo, e sim a iniciativa privada, a criação do hábito de consumo do leite caprino, um dos mais saudáveis.

Por ultimo, é bom lembrar que não se deve ficar somente na pesquisa, mas, sim, montar um sistema de massificação das informações sobre alimentação, manejo e sanitade, já disponíveis na Embrapa através de uma assistência técnica direcionada para a solução de problemas objetivos presentes no campo.

Não ha opção. É modernizar ou modernizar. É promover ações que causem um impacto positivo na sociedade e na economia.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Maurício Campos.

O SR. MAURÍCIO CAMPOS (PL — MG) Pronuncia o seguinte discurso — Sr Presidente, Srs Congressistas, a viagem de instrução de guardas-marinha é uma tradição centenária que a Marinha vem cultivando desde a época do Brasil Império.

No dia 13 de maio próximo, o Navio-Escola "Brasil" partirá para a sua quinta viagem de instrução de guardas-marinha. A exemplo dos anos anteriores, parte da viagem será feita no exterior, contribuindo para o aprimoramento profissional e cultural dos novos oficiais e propiciando-lhes a oportunidade de estreitar laços de amizade com marinheiros de outros países e de mostrar nossa bandeira em portos estrangeiros.

A viagem de instrução de guarda-marinha a bordo do Navio-Escola "Brasil", além de complementar, na prática, os conhecimentos teóricos adquiridos na Escola Naval, proporciona-lhes a oportunidade de desenvolver os conhecimentos náuticos, de participar da vida marinheira nos diversos departamentos de bordo e de manter contatos com outras Marinhas, outros povos e culturas, conhecimento fundamental a todos os marinheiros, por ser o mar um fator de união e congação entre todas as nações.

Além dos 159 guardas-marinha, sendo 106 do Corpo da Armada, 24 do Corpo de Fuzileiros Navais e 29 do Corpo de Intendentes da Marinha, estão embarcados no Navio-Escola "Brasil" um segundo-tenente da Força Aérea Brasileira, um aspirante a oficial do Exército brasileiro, um praticante de máquinas da Marinha Mercante, representante do MRE e nove representantes (segundo-tenentes e guardas-marinha) das Marinhas de Angola, Cabo Verde, Equador, Guiana, México, Moçambique, Peru, Uruguai e Venezuela.

O regresso do navio ao Rio de Janeiro está previsto para 8 de outubro próximo, após escala nos portos de Maceió, Fortaleza, Belém, Oiapoque, Miami (EUA), Baltimore (EUA), Funchal (Portugal), Casablanca (Marrocos), Toulon (França), Nápoles (Itália), Barcelona (Espanha), Londres (Inglaterra), Kiel (Alemanha), Leningrado (URSS), Estocolmo (Suécia), Copenhague (Dinamarca), Amsterdam (Holanda), Rouen (França), Lisboa (Portugal), Tenerife (Espanha), Recife e Salvador.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto Campista

O SR. CARLOS ALBERTO CAMPISTA (PDT — RJ) Pronuncia o seguinte discurso — Sr Presidente, Srs Congressistas, o Governo Federal enviou a essa Casa, para discussão e votação, novo Plano de Custo e Benefícios da Presidência Social, regulamentando diversos dispositivos constitucionais do interesse da classe trabalhadora. É louvável a iniciativa, que, embora tardia, vem regularizar a situação de milhões de trabalhadores ainda à margem de muitos dos direitos sociais.

Entretanto, Sr Presidente, quero, aqui, de forma veemente protestar pela iniciativa do Governo de deixar de fora, mais uma vez, a questão dos deficientes físicos. É que, como se sabe, o art. 203, V, da Constituição de 1988, determinou a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. O mesmo dispositivo estabelece que esse benefício só pode ser pago pelo INSS depois de aprovada lei específica. Assim, para que aquele dispositivo constitucional seja posto em vigência, depende, ainda de lei complementar que defina, inclusive, qual o tipo de deficiência que estaria abrangido pelo direito.

Ora, o Sr. Presidente da República, ao elaborar o novo Plano de Custo não contemplou essa parte, perdendo a oportunidade histórica de proteger milhões de brasileiros, que não têm qualquer culpa de serem física ou mentalmente deficientes, que estão vivendo de esmolas, perambulando por nossas ruas, relegados ao abandono e à desdita, quando não contam com a família ou amigos que possam protegê-los e ajudá-los.

Quero, assim, Sr Presidente em nome desses milhões de deficientes, consignar em ata os meus protestos pela desconsideração e insensibilidade do Governo Federal em ignorar este grave problema, que atinge milhões de lares brasileiros, e, ao mesmo tempo, anunciar que nos próximos dias estarei oferecendo a essa Casa projeto de lei visando a regulamentação do direito constitucional do deficiente físico.

Era o que tinha a dizer

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado César Maia

O SR. CÉSAR MAIA (PMDB — RJ) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, "nos primeiros dias de novembro de 1990 os socialistas espanhóis aprovavam o Manifesto do Programa 2000. O documento é o fruto de um trabalho de quatro anos, que contou com um milhão de participantes em mais de dez mil debates".

"Partiu de vários estudos iniciais — 140 documentos —, que foram debatidos por um grande número de grupos e pessoas, que contribuíram com aportes para o que se converteu no texto do Manifesto do Programa

2000, referendado no 32º Congresso pelos socialistas."

Estes são os dois parágrafos iniciais da apresentação feita por Alfonso Guerra Vice-Presidente do PSOE (Partido Socialista Obreiro Espanhol), que dirigiu os trabalhos que redundaram o Programa 2000. É importante reproduzir as primeiras palavras de Guerra na apresentação do Programa, para chamar a atenção ao destaque dado os processo, que, para os fins propostos, ganha relevância análoga ao produto, ou seja, ao texto em si do documento. Se por um lado o objetivo formal do programa era "um documento mais político que acadêmico.", que orientasse a estratégia dos socialistas democráticos espanhóis para a década de 90, o seu texto, ainda que idêntico, não seria o mesmo, se o processo não atrisse ao debate centenas de milhares de espanhóis, e não entrasse pelos poros da sociedade.

Por que a relevância do processo? Nas palavras de Alfonso Guerra: "O objetivo do Programa 2000 foi começar a colocar a (nossa) liderança no terreno das idéias". Esta é uma diferença frontal que existe entre os programas políticos (não estou me referindo aos programas básicos dos partidos) dos partidos socialdemocratas europeus e dos partidos brasileiros que disputam os espaços do centro para esquerda. A preocupação com a definição de programas políticos para um período, no Brasil, está condicionado pelo processo eleitoral. Isto vale para todos: só após a definição de candidaturas, é que estes partidos se preocupam com a organização de grupos e a definição de um programa. Com isto o programa se transforma numa mera formalidade que, no máximo, orienta a ação do candidato. Pior: ao terminar as eleições, nem os militantes se lembram mais do programa, principalmente no caso de derrota eleitoral. No caso de vitória, não há sustentação para implementá-lo. Neste sentido é um documento elitista, independentemente de seu conteúdo. De escola representante de representados

O Programa 2000 começou a ser elaborado fora das eleições e vai conviver com várias delas. Foi exatamente este o processo escolhido pelo SPD da Alemanha (Partido Socialdemocrata Alemão), quando há três anos constituiu o grupo Progresso 90 — dirigido por nada menos que seu secretário-geral, César Lafontaine —, que estabeleceu através de um documento básico de cinco pontos, todo um processo que se desdobrou em dezenas de projetos, incorporando ao debate um amplo leque de participações. Isto dois anos antes das eleições de 1990. Foi em função deste processo que, apesar do desgaste ao defender outra graduação para o processo de integração entre as duas Alemanhas, o SPD pôde poucos dias atrás ganhar as eleições regionais na terra do primeiro-ministro alemão Helmut Kohl, pouco meses após ter sido derrotado nas eleições nacionais.

A hegemonia no terreno das idéias é vista como um amplo processo de incorporação e mobilização social e política, e não a esgrí-

ma de teses que se antecipam como verdadeiras, pelas máquinas partidárias. A hegemonia no campo da esquerda não objetiva a exclusão de ninguém, ao contrário. Não se trata de derrotar forças políticas afins, como estamos acostumados a observar no canibalismo político brasileiro. Por isso Guerra afirma que "se os socialistas atuam com abertura no debate das idéias, e se consolidam e fazem frutificar a renovação que começaram, iniciar-se-á um movimento de convergência em direção à socialdemocracia, de toda a esquerda espanhola".

Não menos contundente que o prólogo de Alfonso Guerra é o epílogo de Felipe Gonzalez ao Programa 2000. Para Gonzalez, "(este é o) debate de idéias que necessitamos, para sermos capazes de fazer cada dia mais coerente nosso discurso político com nossa ação institucional". E continua lembrando que "o pior dos erros que poderíamos cometer seria crer que o êxito segue assegurado sem que se renove a nossa capacidade de análise e sem que o grau de aproximação à realidade social se fortaleça e se amplie". Fala em desenvolver "a capacidade de regenerar idéias, de abrir-se à sociedade, de abrir-se ao futuro, sem perder de vista as aspirações sociais majoritárias". Gonzales lembra que "estamos em uma nova etapa, baseada na tolerância e na flexibilidade, buscando os valores que são comuns a todos e que podem, por isso, gerar corrente de solidariedade. Em primeiro lugar, a liberdade da pessoa". Alerta que não podemos "ceder à mentalidade que existe em algumas manifestações da esquerda, que consiste em inventar o futuro, sem assumir a responsabilidade pelo presente". Gonzalez repele qualquer restrição ao debate e estimula: "pecamos a todos os militantes, os de antes e os de agora, aos que têm uma outra origem, que se expressem com liberdade, que digam o que pensam e que não tenham medo de equivocar-se". E, entre sério e irônico, fulmina: "idéias pequenas só produzem partidos pequenos".

Tanto quanto o prólogo e o epílogo, vale a pena ler o Programa 2000. Como agora é simples comprar publicações no exterior, não custa nada escrever para a Fundación Sistema, que é a editora do PSOE. Fica na Rua (Calle) Fuencarral, 127, l'ízda. 28010, Madrid. O Programa 2000 é a sua última publicação.

Se for a nossa primeira, será um avanço
Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)
— Com a palavra o nobre Deputado Paulo Duarte.

O SR. PAULO DUARTE (Bloco — SC)
Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas, temos visto acumularem-se para discussão, no plenário do Congresso Nacional inúmeros assuntos do mais elevado interesse nacional, que supostamente, pela escassez do tempo e pelo volume de matérias, vêm sendo protelados através de sucessivas sessões plenárias

Paradoxalmente, tenho verificado a frequência das sessões que homenageiam instituições, pessoas ou corporações, ocupando precioso tempo dos congressistas que poderia estar sendo destinado ao debate e à votação de temas pendentes há bastante tempo na pauta dos nossos trabalhos.

Assim foi, por exemplo, no transcurso da segunda semana do mês de abril, quando aqui foram homenageados, em duas sessões distintas, o jornal *Diário da Tarde*, e os índios, pela passagem do seu dia.

Não desejo levantar restrições a isso ou questionar o mérito de tais homenagens, as quais considero justas e oportunas, mas sim se sua realização deve ou não ocupar espaços tão nobres na pauta das sessões, de tal sorte que comprometam a apreciação de tantas outras matérias relevantes naqueles horários em que existe maior possibilidade de quórum e, portanto, de discussão e votação.

Acredito, particularmente, que diante dos anseios e das expectativas de toda a sociedade brasileira, deveríamos buscar a coerência de protelar o alegórico em benefício do essencial, haja vista nosso compromisso eleitoral de tratar da solução dos graves problemas que enfrenta a Nação, mormente nesta época de aguda crise nas instituições e na própria credibilidade de políticos e governantes.

Ainda assim, diante da insistência daqueles que porventura creditem extrema importância aos atos e solenidades de elogio e reconhecimento, sugiro que o façamos sempre pela manhã, de tal forma que nos sobre suficiente tempo para os debates dos tantos assuntos que temos a apreciar, muitos dos quais em regime de absoluta urgência por imposição do desejo popular, quer sejam ou não os nossos eleitores.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)
— Com a palavra o nobre Deputado Walter Nory

O SR. WALTER NORRY (PMDB — SP)
Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas, causa-nos estranheza o fato de o Poder Executivo enviar ao Congresso projeto dispondo sobre o Plano de Benefícios e de Custeio da Previdência, sem propor a regulamentação do artigo 202 da Constituição, que trata da aposentadoria por idade para os trabalhadores rurais — aos 60 anos para os homens e 55 para as mulheres.

Com essa atitude o Governo frustrou as esperanças de mais de um milhão de pessoas, que desde a promulgação da Carta, em 1988, aguardam por este benefício. É triste imaginarmos que muitos desses trabalhadores, com idade para usufruir desse direito, já tenham morrido, sem recebê-lo.

Nossa indignação é porque o Governo não teve sensibilidade para incluí-la em seu projeto, encaminhado para discussão em regime de urgência.

O Governo alega dificuldade de ordem econômica para atender a esta justa reivindicação do homem do campo. Mas não tenham dúvidas de que as privações vividas por este segmento da sociedade são bem maiores. Isso

quando o trabalhador rural consegue atingir a idade de se aposentar. A grande maioria morre antes disso.

Outra crítica que fazemos ao projeto do governo diz respeito à aposentadoria por tempo de serviço. Neste particular, mais uma vez o governo insiste em prejudicar o trabalhador, e vamos às razões:

1 — Quer reduzir em cinco por cento o valor da aposentadoria para quem se inativa com o máximo de tempo de serviço — 35 anos para os homens e 30 para as mulheres.

2 — Extingue o abono de permanência em serviço para aqueles que desejam continuar trabalhando. Isso sem levar em conta, contraditoriamente, que a adoção desse instrumento seria revertido em contenção de despesas para a própria Previdência.

3 — Nega ao trabalhador a possibilidade de comprovar o tempo de serviço através de prova testemunhal.

4 — Acaba com a aposentadoria especial aos 25 anos de serviço, para os trabalhadores que tenham a saúde prejudicada em atividades que exijam turnos ininterruptos de revezamento, bem como não permite a contagem dos períodos em que o trabalhador atuou percebendo adicionais de periculosidade ou de insalubridade, para efeito de redução do tempo de serviço.

Apesar de termos consciência de que o projeto do Governo dispondo sobre o Plano de Benefícios e Custeio da Previdência contempla outras distorções, destacamos apenas estes tópicos por considerarmos os mesmos da maior importância para o trabalhador.

Mas, dois males o menor: já que o projeto vai ser aperfeiçoado nesta Casa, temos a certeza de que esses lapsos do Governo ainda poderão ser corrigidos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente Sras. e Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)
— Com a palavra o nobre Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB — SP)
Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. Congressistas, solicito a transcrição, nos Anais do Congresso Nacional, do expediente por mim enviado ao Deputado Ibsen Pinheiro, Presidente da Câmara dos Deputados, relatando viagem que fiz aos Estados Unidos em companhia do Ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, para discutir, com as autoridades daquele país problemas ligados à exportação de produtos agropecuários brasileiros.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

"Brasília, 9 de maio de 1991
Excelentíssimo Senhor
Deputado Ibsen Pinheiro
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília — DF

Senhor Presidente, a situação da economia brasileira, com os aspectos delicados que são de todos conhecidos, exige uma união de es-

forços entre as forças vivas dessa nação para que se busquem de forma coordenada e eficiente as soluções adequadas que resultem em momentos de esperança para nosso sofrido povo.

Entendo que os Poderes da República, pelos caminhos que melhor se ajustem à condição de cada um, na tarefa de soerguimento da economia nacional, tem igual responsabilidade na condução desse processo de redenção nacional, para responder à confiança depositada em seus mandatários pelos nossos eleitores.

Quero narrar nesta oportunidade um fato marcante, e que tem tudo a ver com a linha deste pronunciamento, de integração dos Poderes da República, comigo ocorrido.

Recebi com muita satisfação um convite especial do Ministro Antônio Cabrera, da Agricultura, que em viagem aos Estados Unidos, para mais uma vez discutir com as autoridades daquele país os problemas das exportações de produtos agropecuários brasileiros, especialmente laranja e sucos, queria fazer-se acompanhar de um representante do povo e, muito especialmente, de um deputado diretamente ligado à produção rural, como o meu caso, oriundo que sou do interior de São Paulo, e vinculado à citricultura.

Compreendendo a natureza e a intenção do convite, aceitei-o de imediato, vislumbrando, nessa oportunidade, o momento certo para que se mostrasse, no exterior, que o Poder Executivo e o Legislativo, conquanto possam ter eventuais divergências de atuação, estão sempre juntos quando se trata de defender o interesse nacional, especialmente fora do nosso País.

A experiência que vivi nesses dois dias e meio de viagem, Senhor Presidente, fizeram com que se enchesse de orgulho meu sentimento de cidadania, lado a lado com esse jovem trabalhador, operoso, eficiente e sobretudo lutador, que é o Ministro Cabrera. Em reuniões, palestras, almoços de serviços e tudo o mais que tornasse mais produtiva a missão, pude aquilar o quanto o nosso Ministro da Agricultura dá de si, quando se trata de defender os interesses nacionais.

Fomos recebidos em audiência pela Embaixadora Carla Hills, Ministra Chefe da U.S. Trade Representative, do Ministério do Comércio Exterior Americano e presenciei o Ministro Cabrera, acompanhado do Embaixador Marcílio Marques Moreira, hoje nosso Ministro da Economia, pleiteando, com todo empenho, a redução da escandalosa taxa que o fisco americano cobra sobre a importação de suco de laranja brasileiro, e que é de US\$ 490 por tonelada desse produto.

Em termos de preço por caixa de laranja, isso significa que cada uma dessas caixas é penalizada internamente US\$ 1,80, isto só em imposto, enquanto nosso sofrido produtor do interior de São Paulo, Senhor Presidente, não recebe mais que US\$ 1,20 pela caixa de laranja produzida.

Em consideração ao grande empenho de nosso Ministro Cabrera, que, aliás, foi publicamente elogiado pela Ministra-Embaixado-

ra americana, por seus esforços diuturnos da abertura do comércio exterior, aquela autoridade americana se dispôs a considerar o pleito brasileiro de diminuição desse gravame, acenando com a possibilidade de sua redução em até 50%.

Os líderes da citricultura nacional, que também acompanhavam essa missão negociação, numa perfeita conjunção de esforços entre produtores, seus representantes no Legislativo e Executivo, ouviram com emoção as palavras daquela autoridade americana, abrindo as portas a uma solicitação justa da agricultura nacional.

E a tarefa continuou. A delegação brasileira, capitaneada pelo Ministro Cabrera, foi também recebida pelo Ministro da Agricultura dos Estados Unidos, o Deputado Edward Madigan, onde se puseram na mesa os problemas da exportação de carnes e derivados, do Brasil para aquele país.

Atento e sensível, o chefe do Usda, que recebia pela primeira vez um Ministro da Agricultura, em mandato recentemente iniciado, entendeu os esforços brasileiros em regularizar e equipar nossa indústria de enlatados, superando os problemas que vinham impedindo nosso acesso ao seu mercado, e já como consequência imediata desse esforço coordenado, comprometeu-se a remeter, de imediato, missão ao Brasil, para certificar nossos produtos derivados de carne, para exportação. Após o bom sucesso dessa missão, nossas exportações para a nação americana deverão ser reabertas, o que deverá ocorrer já no início de junho.

Muito mais foi feito em tempo tão escasso. Foram dois dias e meio de trabalho, sem concessão ao divertimento ou ao descanso, o que desfaz a superada imagem de que negociar no exterior é fazer turismo e nada mais.

Aprendi assim, Senhor Presidente, em prazo tão curto, mas tão bem aproveitado, a entender a importância de uma missão negociação, quando, defendendo uma causa justa, associa produtores e autoridades num mesmo barco, e isto só pode resultar em vantagens para o Brasil.

Aprendi também que, com seriedade e trabalho, as autoridades desse País podem resolver nossos maiores problemas, e, para mim, esse depoimento é de maior importância, como testemunha que fui da eficiente ação do nosso Ministro da Agricultura."

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Avelino Costa.

O SR. AVELINO COSTA (PL — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é preciso, urgentemente, haver uma reformulação dos programas de televisão. Está ficando impossível assistir-se a eles, dentro de uma família, tantas e tamanhas são as distorções que apresentam.

As cenas de sexo e de violência se sucedem; as programações infantis estão repletas de chamadas para os filmes que passarão à noite, todos eles com apelo ao sexo e às formas

degeneradas do amor: adultério, prostituição, homossexualismo...

Para não se dizer que se trata de um simples protesto desmotivado, desejo transcrever nos Anais da Casa algumas considerações sobre pesquisa que a revista *Veja* encorajou à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, sobre cenas de nudez, pornografia e violência mostradas pelas televisões na semana de 28 de maio a 3 de junho de 1990. Segundo a própria revista, "foram disparados 1.940 tiros, houve 886 explosões e 651 brigas. Contaram-se 1.145 cenas de nudez, parciais ou totais." Conforme essa mesma revista, uma criança de cinco anos que estivesse na frente de um aparelho de TV duas horas por dia, ao fim de um ano teria sido exposta a 1.168 piadas sobre sexo, 7.446 cenas de nudez e mais de 12.600 estampidos de tiro. •

Mais alarmante ainda, Srs. Congressistas, é o aumento da imoralidade e da violência registrado na televisão computado o período dezembro de 1988 a junho de 1990. As cenas de nudez total aumentaram em 382%; as de relações sexuais, em 452%; as de tiro, em 170%; e as de brigas e facadas, em 62%!

Diante desses números estremecedores, eu me pergunto: como conter a violência nas ruas? Como pretender que a paz reine em nossas cidades e, até mesmo, em nossas famílias? Os nossos jovens e adolescentes estão sendo treinados para a violência e para o sexo. O que podemos esperar deles? Como vamos querer atitudes pacíficas ou sensatas se, no dia-a-dia, eles apenas vêm pontificar a violência, o hedonismo, a satisfação dos instintos mais baixos do ser humano?

Se não houver uma urgente reformulação, certamente continuaremos a conviver, em alarmante ritmo crescente, com toda sorte de selvageria: assaltos, seqüestros, estupros.

É preciso que toda a sociedade brasileira tome providências. E a primeira delas é exigir, dos responsáveis pelas televisões, uma mudança de orientação.

Esse o ponto fundamental, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Germano Rigotto.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho mais uma vez a esta tribuna para enfatizar a minha luta pela continuação da construção das BRs-470 e 285, que são fundamentais para a economia do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A BR-470 liga o Rio Grande a Santa Catarina, enquanto a BR-285 liga São Borja a Araranguá. Apesar de muita pressão, o Governo Federal retomou as obras nas duas rodovias durante o Governo passado. É importante salientar que na BR-470 estava sendo construída a ponte sobre o rio Pelotas, que já conta com mais de 70% de sua estrutura total concluída. O que acontece, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, é que as obras das duas BR foram paralisadas inexplicavelmen-

te, e fomos informados de que as mesmas estariam deixando de fazer parte do Plano Rodoviário Nacional, desejando com isto o Governo Federal deixar sob a responsabilidade dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina a conclusão e conservação daquelas rodovias.

Este fato é tão grave que não queremos acreditar que seja verdadeiro. Seria um absurdo estadualizar estas BR principalmente num momento em que os estados não têm recursos para conservar as estradas sob sua jurisdição.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que todas as lideranças dos dois estados, independentemente de partidos ou bancadas, vão se unir contra esta intenção do Executivo Federal. Estas estradas necessitam ter suas obras retomadas e agilizadas através do Governo Federal, já que, além de servirem para o escoamento da produção, a BR-470 e a BR-285 vão determinar o incremento do turismo em toda a Região Sul. A BR-285 corta de leste a oeste as terras mais nobres, em termos de clima, altitude e topografia, e tem vocação para a fruticultura de clima temperado; parte do alto da serra, em São José dos Ausentes, no Município de Bom Jesus, e passa por terras de Vacaria até Lagoa Vermelha, formando o maior polo brasileiro de desenvolvimento no cultivo de maçã, pêra, ameixa, pêssegos e muitas outras frutas.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr.^os e Srs. Congressistas, estou requerendo ao Executivo informações, maiores dados sobre os atos que o atual Governo tomou, bem como sobre os que ele pretende tomar com relação às BR 470 e 285. Solicito também, Sr. Presidente, que conste dos Anais cópia de documento pertinente a este assunto que foi enviado pela Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã e pêra e, pela Fundação Nacional da

Maçã

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR.

“Vacaria, 17 de abril de 1991

Exm^o Sr.

DD. Eduardo Teixeira

DD. Ministro de Estado dos Negócios da Infra-Estrutura

Brasília — Distrito Federal

Ref.: Rodovia Federal BR-285 — “A Rodovia da Maçã”

Senhor Ministro, durante sua visita à VI Festa Nacional da Maçã de São Joaquim em Santa Catarina, acompanhando o Exm^o Sr. Presidente da República, tivemos oportunidade de comentar a importância da conclusão da Rodovia Federal BR-285, que corta uma região de terras férteis onde se produzem 25% da maçã brasileira e com potencial para atingir 40% na virada do século. Posteriormente ao nosso encontro, recebemos a notícia de que a referida rodovia sendo cortada do PNV — Plano Nacional de Viação.

Nossas entidades, Agapomi — Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã e Pera — e Funama — Fundação Nacional da Maçã — representando os produtores de frutas de clima temperado do Rio Grande do Sul, apelam de forma veemente para V. Ex^o no sentido de reintegrar a rodovia em pauta às prioridades de investimentos do Governo Federal.

E explicamos as razões de nosso pleito.

1. O Governo Collor parte de forma decisiva para modernizar a economia brasileira e integrá-la ao Primeiro Mundo. Nossas entidades têm se manifestado de forma favorável, em que pese a termos que enfrentar problemas a curto prazo com a abertura econômica aos países do Cone Sul, em particular a Argentina, grande concorrente, com uma fruticultura moderna, desenvolvida nos últimos cinqüenta anos, contra um segmento brasileiro ainda em estágio juvenil, haja visto, que nossos projetos nascem a partir do final da década de 70. Enquanto a Argentina tem seus investimentos praticamente amortizados, os produtores brasileiros ainda estão no estágio de implantação de seu complexo agroindustrial. O sucesso da abertura e modernização depende de investimentos em pesquisa e infra-estrutura na região de produção. E estradas são um elemento crítico na região.

2. A Rodovia Federal BR-285 corta de leste a oeste as terras mais nobres, em termos de clima, altitude e topografia, com vocação para a fruticultura de clima temperado. Partindo-se do alto da serra, em São José dos Ausentes, no município de Bom Jesus, passando por terras de Vacaria até Lagoa Vermelha, forma-se o maior polo brasileiro em desenvolvimento para o cultivo de maçã, pêra, ameixa, pêssego, caqui, Kiwi e outras frutas.

A longo da referida rodovia já temos implantados cerca de 7.000 ha de macieiras e um complexo de centrais de classificação/embalagem e câmeras frias com 50 000 t de capacidade estática de armazenagem.

O Governo Federal, através de incentivos fiscais aplicados até os primeiros anos da década passada, e produtores investiram o equivalente a US\$ 150 milhões para implantar um verdadeiro complexo agroindustrial.

Até o início da década de 70 a região denominada “Campos de Cima da Serra” tinha sua economia centrada no extrativismo da madeira de pinho e pecuária em regime extensivo. Esgotadas as reservas naturais da araucária, iniciou-se um processo de estagnação econômica e de êxodo rural em razão de a economia passar a girar essencialmente em torno da pecuária, segmento de baixíssima agregação de mão-de-obra.

O projeto de fruticultura de clima temperado surge no devido momento para incorporar ao processo econômico extensas áreas de terras férteis subutilizadas e mão-de-obra vivendo do subemprego, tendo em vista que o novo segmento cria um agregado de renda e emprego na relação de 80 para 1, quando comparado com o desempenho da pecuária extensiva.

O novo produto cria orienta empregos na mesma área em que a pecuária gera uma vaga de trabalho. Em função da economia extrativista praticada até meados da década de 70, a região cortada pela BR-285 apresenta um índice de 50% da renda média per capita do estado, segundo estudo recentemente publicado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O projeto fruticultura de clima temperado vai resgatar a economia da região, tirando a população do estágio de subsistência para integrá-la ao mercado.

No estágio atual o nível de emprego alcança 12.000 pessoas, superando a casa dos 20.000 quando agregados os indiretos. A produção, que na presente safra de 1991 atinge 70.000t (25% da safra nacional), deverá alcançar 155.000t quando toda a área implantada estiver em plena capacidade de colheita, prevista para 1995, quando a participação na produção brasileira deverá alcançar 35%.

Tal volume vai representar a movimentação de 17.000 cargas dos pomares até as Câmaras frigoríficas e mais 20.000 para o segmento de embalagens e transportar a maçã ao mercado consumidor. Milhares de novos hectares poderão ser integrados ao novo projeto na dependência da continuidade dos investimentos para melhoria da infra-estrutura da região.

3. Por ser uma região de clima privilegiado, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e produtores estão implantando um moderno sistema de combate ao granizo com tecnologia soviética, a um custo de US\$ 3, milhões, mais US\$ 1,5 milhão de custeio anual. Ao longo do eixo da BR-285 estamos criando uma área protegida do granizo, abrangendo 185.000 ha, tornando-se polo de atração de novos investimentos. Sem a defesa antigranizo a situação tendia para uma paralisação da rápida expansão observada nos últimos dez anos. Sem estradas em condições de tráfego durante o ano todo, estaremos fadados a criar sérios problemas aos investimentos já implantados e a inibir novos projetos.

4. O projeto “maçã brasileira”, apesar de seu estágio juvenil, já está partindo para o mercado internacional.

A BR-285, permitindo rápido acesso ao futuro Porto de Araraquá, será um fator para colocar o Brasil entre os principais exportadores de frutos de clima temperado do Hemisfério Sul. Numa visão mais ampla e de longo prazo, a BR-285 será um elo de ligação entre o Pacífico e a Atlântico, partindo de Antofagasta, no Chile, até Araraquá, no Brasil.

Sr. Ministro, a região está transitando de uma economia de pecuária extensiva, em que o gado era tangido pelos campos e corredores de tropas, para um moderno projeto de fruticultura, que exige inúmeros investimentos na infra-estrutura regional. Afortunadamente, temos clima, terras férteis, um polígono de 185.000ha ao longo da BR-285 protegido do granizo, mão-de-obra abundante, um mercado nacional em franca expansão e im-

portante nicho de mercado para a Europa e Estados Unidos, chegando à frente de tradicionais fornecedores como a Nova Zelândia, África do Sul, Argentina e Chile.

Manter a Rodovia BR-285 no Plano Nacional de Viação e concluí-la nos próximos quatro anos é vital para o projeto de fruticultura da região e para os objetivos mais amplos de integração do Continente Latino-Americano.

Ao finalizar Sr Ministro, receba nossos cumprimentos e especial agradecimento pelo seu apoio.

Cordiais Saudações. — Agapomi — Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã e Pera — Funama Fundação Nacional da Maçã — José Sozo. Presidente "

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa). — Com a palavra o nobre Deputado Carlos Lupi.

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr Presidente, Srs e Srs. Congressistas, hoje a sociedade brasileira assiste a mais uma queda de ministro da área econômica. Em qualquer país civilizado isso seria um fato comum na rotina administrativa de governo. Só que, no nosso Brasil, carente de homens públicos que respeitem a sua população, queda de ministro da área econômica é sinônimo de instabilidade da política econômica do País. É incrível como todos esses economistas têm uma linguagem parecida. Todos, ao assumir, falam em combate à inflação, ao déficit público, em se renegociar a dívida externa, em controle da base monetária e índices — cada um com nome mais complicado — para reger a política econômica. Mas, no fundo, todos, sem exceção, fazem a maquiagem do corpo deitado em berço esplêndido chamado Brasil. Isso é o que nos preocupa, porque sabemos que, enquanto não se resolverem as condições de miserabilidade em que vive o nosso povo, de nada adiantará criar novas moedas, novos índices. Ninguém vai ao fundo do problema brasileiro, que é o estado de completo abandono em que vive a base da nossa sociedade, que são cerca de 80% dos brasileiros.

Que política tiveram esses ministros para o desenvolvimento do nosso País? Como trataram a questão da oferta de emprego? Que rumos deram à política de desenvolvimento agrícola? Quais as políticas salariais adotadas para resgatar o salário mínimo do povo brasileiro?

Na verdade, todos os planos adotados por esses ministros foram de arrocho salarial, desemprego, sufocaram o crescimento da indústria brasileira. Inclusive, foram... economistas, com o apoio da ditadura, que trabalharam nesses últimos 25 anos para desmoralizar a classe política, as instituições políticas e as entidades de classe.

Como se fossem iluminados detentores de sabedoria, inatingíveis para nós, mortais, esses elitistas impuseram ao nosso País uma situação de descrédito internacional, de recessão econômica e de subnutrição para a nossa população, que faz o Brasil ser hoje

um dos campeões de analfabetismo, da falta de saneamento e de ter um dos salários mínimos mais baixos do mundo.

Será que não está chegada a hora de se olhar a política econômica com visão social? Será, Sr. Presidente, que não é mais importante para o País salvar o seu povo, as suas crianças, que fazem de nossa Pátria uma República que vive de ilusões? De que adianta, Sr. Presidente, a falsa glória de ser a oitava economia do mundo, com milhares e milhares de crianças brasileiras que não conseguem chegar ao seu primeiro ano de vida por falta de comida e saneamento nas suas cidades? De que vale, Sr. Presidente, nosso País Investir na tecnologia nuclear, se não conseguimos, ainda, com um território de mais de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, produzir os alimentos necessários para suprir a fome do nosso povo? De que valem Sr. Presidente, as teses econômicas elitistas dos titulares da área econômica, que nunca sentiram na pele as dificuldades de sobrevivência do povo brasileiro e, no seu academicismo infantil, procuram soluções importadas para um País que até hoje não encontrou a si mesmo?

Como nós, Parlamentares da oposição, podemos acreditar num Governo que mantém o mesmo discurso, a mesma prática, arbitrariedade e autoritária, de entrega da nossa economia, e está à mercê dos interesses dos credores de nossa dívida, que há muito já foi paga?

Chegou a hora de darmos um basta. Um basta da classe política brasileira, daquela minoria que ainda acredita que o País pode dar certo, que sonha que em cada lar brasileiros e possa ter, diariamente, no mínimo um prato de comida para cada membro da família!

Será que isso é utopia? Sonhar demais, com um País rico em suas terras, favorável no seu clima, com seu povo trabalhador... Será demais sonhar com a utopia de ver o povo brasileiro sorrir ao menos tendo dentes na boca?

A nossa palavra, Sr. Presidente, não é a de douto acadêmico que queira discutir as teses econômicas que possam dar solução ao País. Mas tenho certeza de que é a palavra de um brasileiro que ama tanto a sua Pátria que acredita que um dia ela será de seu povo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa). — Com a palavra o nobre Deputado João Fagundes

O SR. JOÃO FAGUNDES (PMDB — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, conhecendo todos os pontos do território nacional, inclusive as suas Ilhas Oceânicas, onde existe plantado um pedaço de brasiliade através de um contingente militar, não posso concordar com as opiniões de diversos articulistas que, ultimamente, estão fazendo proliferar nas páginas dos jornais e revistas críticas pejorativas às Forças Armadas.

Tais opiniões tornam-se mais ingratas quando partidas de militares da reserva que retiraram da vida militar o sustento material

e a formação profissional para vencer também na vida civil

Ao longo de trinta anos acostumei-me a ver nas diferentes cores da farda uma só cor, a da Bandeira Nacional, levada, a todos os pontos do território brasileiro, por gente fardada, que tem junto de si o sentimento orgulhoso da nossa soberania.

Muita gente pode não gostar de soldados; pode até mesmo ter alergia a farda. Mas dizer que as Forças Armadas não prestam para nada é afirmativa que violenta a inteligência dos brasileiros que se acostumaram a sentir a presença de seus soldados em todas as ocasiões de crises, angústias e incertezas

Muitos dizem que "as Forças Armadas são ineficientes porque estão desequipadas", mas ninguém sugere qualquer medida para que elas sejam bem equipadas materialmente, já que não lhes falta equipamento moral.

O que mais se nota da parte de tais articulistas é o desconhecimento do verdadeiro papel da Forças Armadas, que sempre foram, ao longo de nossa História, responsáveis pela unidade nacional. O único "pecado" que a elas se pode atribuir reside no fato de possibilitar este Brasil, tão gigantesco em seu tamanho, em suas potencialidades e em suas carências.

Se o Brasil fosse formado pelo triângulo Rio, São Paulo e Minas, nem seria preciso o efetivo militar que tantos criticam. Mas, como não é, nós precisamos de gente que vá à frente, porque milhares usam a política do caranguejo, ou seja, ficam arranhando as praias do litoral, andando para trás, quando deveriam olhar mais à frente.

É verdade que as Forças Armadas sofreram sensível redução em sua atribuição, depois que a nova Constituição retirou delas a destinação de responsáveis, em última instância, pela lei e pela ordem. Mas não "são ineficientes porque estão desequipadas"! Antes, estão lutando para suprir com a eficiência de seus homens a deficiência do material que, lamentavelmente, persiste. Talvez o articulista não saiba que o 4º Distrito Naval, com sede em Belém, é o maior do mundo e é patrulado com navios como o Pedro Teixeira, que tem mais de trinta anos de operação e continua em perfeitas condições de emprego, mercê da dedicação dos marujos que lá servem, tanto em águas fluviais quanto no mar territorial.

Muita gente também não sabe, ou não quer ver, que o efetivo do Exército brasileiro, em proporção à vastidão territorial e à população de 160 milhões de almas, é o menor do mundo! Um Exército que procura mostrar-se adestrado para guerra, mas que vive permanentemente empregado nas batalhas da paz. Quando fui tenente no 2º Batalhão de Engenharia e Construção, enterrava latas de goiabada vazias no chão do Piauí para dar aos meus soldados uma idéia do que seria uma mina explosiva colocada como obstáculo ao avanço das tropas. Mas também lhes dei muitos livros e muitas lições preciosas, que seguramente germinaram no tempo certo, fazendo com que aquele soldado que nunca vira

uma escova de dente ficasse convencido de que ele também era gente de nossa gente, também era Brasil!

Muita gente não sabe que o reduzido número de acidentes com avião de passageiros no Brasil deve-se à dedicação da gente de nossa Aeronáutica, que vigia o avião do pousos à decolagem para que os artigos dos detetores cheguem à redação dos jornais e revistas a tempo de serem publicados.

Essa mesma gente de azul tem um contingente de aviadores altamente selecionados; que são os pilotos de jatos mais mal pagos do mundo e que servem à FAB pela motivação de saberem que o avião conduz mais alto a bandeira do Brasil. A mesma bandeira que é empurrada para baixo sempre que, em nome da liberdade de imprensa, aparecem as gratuitas aleivosias contra a gente fardada.

Há muita coisa que devemos às nossas Forças Armadas, mas não quero dever justiça ao cometer a injustiça de deixar sem resposta as críticas infundadas que contra elas estão sendo desferidas por gente que tirou daquela instituição toda a formação intelectual, e hoje, na vida civil, usa da política do porco que, depois de comer, vira o cocho.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Dejandir Dalpasquale

O SR. DEJANDIR DALPASQUELE (PMDB — SC). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, a realização, nos dias 16 a 19 de maio, da III Convenção Nacional da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil, na cidade de Foz do Iguaçu, oferecerá excelente oportunidade para reafirmação da importância da presença da mulher na vida econômica brasileira.

Aliás, assistimos a cada dia a uma presença acentuadamente maior da mulher em todas as atividades brasileiras.

A FAMNeP é uma entidade sem fins lucrativos, "que congrega muitas empresárias e profissionais liberais, através de suas associações filiadas, em muitos estados de Norte e Sul do País. Destaca-se por seu trabalho continuado em defesa da valorização da mulher, buscando sua maior integração na sociedade, incentivando-a a se organizar para alcançar maiores oportunidades de trabalhos, mais experiência como líder e melhores posições na vida econômica, social e política".

O programa do evento prevê quatro sessões plenárias, além de um "work shop" de agropecuária, um protocolo pan-americano de intenções e um seminário de "marketing" envolvendo o tema "A América que Temos — A América que Queremos".

Quero destacar, de modo especial, a dinâmica atuação que a atual Presidente, Marta Bittar Cury, está imprimindo à atuação da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil. A própria realização desta convenção é um exemplo da dedicação e do trabalho desenvolvido pela Presidente.

A humanidade tem muito a aprender da ação da mulher, eis que sua elevada sensibilidade tem propiciado soluções que denotam alternativas antes inaceitáveis

Entfim, no lar, na família, no trabalho e de modo especial na política e nos negócios, a mulher tem marcado a cada dia sua presença com seu talento.

Esta Casa, estuário natural do pensamento vivo da nacionalidade brasileira, não poderia deixar sem registro a III Convenção Nacional da FAMNeP e, simultaneamente, o I Encontro Pan-Americano de Empresárias, razão pela qual deixo consignado nesta Casa o programa que assim está fixado:

Dia 15/05/91

9:00 às 17:00 horas — Inscrições

Dia 16/05/91

9:00 horas — Inscrições tardias

9:00 horas — 1^a Reunião do Conselho Nacional da FAMNeP

11:30 horas — Instalação do Balcão de Negócios

Dr. Rogério César Valente — Presidente do Conselho Nacional das Associações Comerciais (Conasc)

Tarde Livre

19:00 horas — Cerimônia de abertura da III Convenção:

Mensagem da Presidente da IFBPW — Dr. Yvette Swan

Mensagem da Presidente da FAMNeP — Marta Bittar Cury.

19:30 horas — Instalação do Primeiro Encontro Pan-Americano de Empresárias

20:30 horas — Coquetel de boas vindas

Dia 17/05/91

7:30 horas — Workshop de Agropecuária Visita à Fazenda Mitacoré (Bamerindus), com almoço

16:00 horas — 1^a Sessão Plenária

18:00 horas — Coffee Break

18:15 horas — 2^a Sessão Plenária

Jantar Livre (programas opcionais)

Dia 18/05/91

08:00 horas — 3^a Sessão Plenária

10:00 horas — Coffee Break

10:15 horas — Reunião Pan-Americana — Protocolo de Intenções — Almoço livre

14:30 horas — Seminário de Marketing — Professora Aylza Munhoz Tema: "A América que Temos

A América que Queremos"

20:30 horas — Jantar Festivo

Dia 19/05/91

09:00 horas — 4^a Sessão Plenária

11:00 horas — Encerramento da Convenção

11:30 horas — 2^a Reunião do Conselho Nacional da FAMNeP — Pós-confam

13:30 horas — Almoço de Despedida

Em Santa Catarina desejamos acompanhar o crescimento da participação da mulher no contexto sócio-económico: eis o motivo pelo qual conclamo todas as mulheres catarinenses a se engajarem na Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Izar.

O SR. RICARDO IZAR (PL — SP). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a televisão, com sua programação sórdida, já passou de todos os limites em matéria de imoralidade e de violência. Os lares são continuamente invadidos por filmes em que a violência ou a obscenidade são a tônica; as novelas se desenrolam tendo por pano de fundo a imoralidade, o nudismo feminino, o homossexualismo... Até mesmo os comerciais, exibidos entre os diversos segmentos, estão no mesmo diapasão: são mulheres despudas ou em situações comprometedoras, tentando despertar a atenção do telespectador para um determinado produto. No mais das vezes, esse produto nada tem a ver com a mulher ou com a sua nudez.

Contra esse estado de coisas, contra essa degradação de nossas famílias, surgiu em São Paulo uma entidade, denominada "O Amanhã de Nossos Filhos", que se propõe a lutar contra essa verdadeira onda de sensualidade nas televisões. Insurgindo-se contra os programas que fazem da televisão um elemento de deseducação dos seus filhos, essa entidade reúne pais de família que desejam lutar contra a degradação moral e estão preocupados com a antiformação que seus filhos recebem, através desse veículo de comunicação social.

A Constituição Federal aboliu a censura, é verdade. Essa verdade, e apenas ela, tem sido lembrada. Mas esquecem-se os defensores da nova Roma pagã de nossos dias de que a mesma Carta Política assegura à família a defesa contra programas licenciosos, contra a deformação da personalidade dos filhos. Proclama expressamente, em seu art. 221, que a produção e a programação das emissoras de rádio e de televisão darão preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. E, de forma enfática, determina, no art. 220, § 2º, que a lei federal estabelecerá os meios que garantam à família a possibilidade de se defender de programas de rádio e de televisão que contrariem essa orientação. Só que, até agora, este e inúmeros outros dispositivos da Constituição Federal não foram ainda regulamentados.

A família brasileira, Sr. Presidente, aguarda com urgência que se faça essa lei que a defenderá. É medida urgente e que deve merecer a urgência, em nossas votações. Afinal de contas, estamos defendendo o futuro de nosso País ao preservarmos a educação de nossa mocidade.

Era o que tinha a dizer!

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Neuto de Conto

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB — SC). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, os parlamentares de Santa Catarina, numa atitude ímpar na história de nosso estado, reslove-

ram fundar um Fórum da Representação Catarinense no Congresso Nacional. São três senadores e dezesseis deputados Federais de diferentes partidos — PMDB, PDS, PFL, PDT, PSDB, PT, PL — que se uniram em torno das principais reivindicações do povo catarinense. Cabe ressaltar o espírito democrático e inovador deste fórum, cuja consistência se deu pela elaboração de um regimento interno que o regulamenta e define suas funções.

Neste primeiro mês de funcionamento, o fórum já realizou reuniões e manteve audiências no Ministério da Agricultura e no Ministério da Economia. A ambos os organismos foram solicitadas providências do Governo Federal em relação aos agricultores atingidos por uma forte estiagem no meio-oeste de Santa Catarina. Já à Secretaria de Desenvolvimento Regional o fórum foi pedir a liberação de recursos para a conclusão das barragens de Ibirama, Taio e Ituporanga e o prosseguimento das obras do Projeto Sombrio. Nesses encontros conseguiu-se aumentar o crédito para os pequenos agricultores. Porém, o valor dos recursos e a forma de liberação ainda não são o ideal. Por sua vez, na Secretaria de Desenvolvimento Regional ficou assegurada a liberação de créditos superiores a dois bilhões de cruzeiros para as obras supracitadas. Ademais, a ex-Ministra da Economia praticamente garantiu o aval da União a um financiamento que o Governo de Santa Catarina faz junto ao Banco Mundial, visando ao desenvolvimento de projetos em micro-bacias hidrográficas.

Estas conquistas, Srs. Congressistas, demonstram, por si só, a correção da atitude tomada pelos deputados e senadores catarinenses.

Outro dado significativo do fórum é que a idéia já ultrapassou as fronteiras catarinenses. E com prazer vemos parlamentares de outros estados, como os do vizinho Rio Grande do Sul, procurarem representantes catarinenses para buscar alternativas idênticas para suas bancadas.

A imprensa catarinense também soube reconhecer o valor histórico dessa atitude. Os jornais, rádios e TVs procuravam sempre valorizar o trabalho e o gesto dos parlamentares, informando com precisão e clareza.

No que tange ao regulamento do fórum, ficou estabelecido que seu coordenador teria mandato mensal. Coube-me, neste primeiro mês, o privilégio e a responsabilidade de coordenar o fórum. Procurei neste curto espaço de tempo traçar as primeiras diretrizes deste conselho e organizar suas funções. Independentemente de cores partidárias ou ideologias, nosso objetivo foi sempre o de servir ao povo de Santa Catarina — razão maior de nossa passagem por esta Casa.

É notório, Srs. Congressistas, que o caminho se faz ao caminhar, mas é preciso afirmar que o começo de qualquer movimento é sempre o momento mais crucial de sua existência. Se os primeiros passos não forem firmados de forma segura, zelosa e com determinação, dificilmente se conseguirá ir muito longe.

Ademais, gostaria de ratificar aqui meu entendimento da necessidade de elevarmos o conceito dos políticos — ultimamente bastante desgastado diante da opinião pública. E creio que a solução para essa questão, bem como para inúmeras outras mazelas que afetam o Brasil, resume-se numa palavra: trabalho. Faço este comentário para dizer que o Fórum da Representação Catarinense no Congresso Nacional, além de representar um amadurecimento dos políticos no trato da causa pública, é, antes de tudo, um campo de trabalho.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado João Mendes

O SR. JOÃO MENDES (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o País encontra-se em estado de choque. O sentimento nacional balança hoje entre a mais atônita perplexidade e a indignação mais veemente.

Todos os noticiários dos últimos dias estão despejando sobre os ombros já cansados desta Nação o peso insuportável de uma vergonha que se vem acumulando há mais de dez anos. Refiro-me aos dados estatísticos a respeito das fraudes anunciamadas contra os cofres da Previdência Social.

Fala-se não de uma, mas de numerosíssimas quadrilhas, organizadas com sofisticação tecnológica, de procuradores, advogados, juízes, funcionários de alto escalão, todos tecendo uma intrincada rede de corrupção e de falsificação para lesar as já combalidas finanças nacionais. Fala-se de cifras astronômicas, que estariam alcançando a altitude sideral de um trilhão de cruzeiros.

Deve importar-nos muito pouco o fato de ser ou não exata a famosa lista dos 315 marajás da Previdência. O fundamental é que ela levantou um tapete debaixo do qual muita sujeira vem sendo acumulada. Minimizar a importância da lista e das denúncias apenas porque se descobriram inexatidões nos dados fornecidos à opinião pública, utilizar esses equívocos para esconder o descalabro com uma cortina de fumaça seria atitude não apenas irresponsável, mas de criminosa conivência.

Por outro lado, Sr. Presidente, também não me parece justo atacar indiscriminadamente quantos aparecem nessas listas e que estão servindo, em muitos casos, de inocentes úteis para a ganância dos verdadeiros estelionários.

O que se pede, ilustres representantes, o que a Nação exige por justiça e pela honra daqueles que acreditam na lei, no Direito, na honestidade, é que nosso sistema previdenciário passe por um rigorosíssimo exame, por uma dissecação que revele os mais recônditos meandros dessa ignomínia visceral.

O que a Nação exige — e isso deve ficar gravado em cada consciência — é que os culpados apareçam, devolvam o que espertamente surrupiaram e sofram, até as últimas consequências, as penas que a lei reserva para

quem prefere trilhar os caminhos enlameados da desonra.

Mas este episódio não pode ser apenas encarado por uma estrita ótica policial. A inteligência nacional reclama uma ação preventiva e competente, capaz de elaborar um sistema de controle dos benefícios sociais com um mínimo de possibilidade de desvios, fraudes, falsificações ou de outras falcatruas. Os criminosos têm agido com tanto desbarato e desfaçatez, Sr. Presidente, provavelmente porque nos julgam ingênuos, vulneráveis, incapazes mentais. Por isso afirmei que a apuração do caso e as medidas para prevenir sua repetição são uma questão de honra para a inteligência nacional.

Não é admissível que o maior orçamento da União seja tão incompetentemente administrado. Não se pode aceitar que os bilhões de cruzeiros investidos em sistemas de segurança, computadores e Dataprev sejam importantes diante da ação criminosa de falsários, a ponto de criar-se, assim, uma nova e rentável "profissão": fraudador da Previdência Social.

Por isso, ao terminar, reafirmo, ilustres colegas: este não é apenas um caso de polícia; é um desafio à competência administrativa de um governo que se propõe a promover uma real reconstrução deste País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Senador Carlos De'Carli.

O SR. CARLOS DE'CARLI (PTB — AM. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas em ofício datado de 3 de abril do ano em curso, o Presidente da Câmara de Vereadores da cidade amazonense de Humaitá denuncia, de modo contundente, a situação de penúria e abandono em que se encontra a população daquele município, ressaltando, sobretudo, os problemas existentes em três setores básicos: educação, saúde e energia elétrica.

O relato nos revela a angustiante situação vivenciada por uma população que vê o atendimento escolar atingir apenas 30% das crianças, além do lastimável estado dos prédios escolares, representando verdadeira ameaça à integridade física dos alunos. O atendimento médico é praticamente inexistente, e o que ainda há deve-se à abnegação, quase à caridade dos poucos profissionais da saúde que ainda subsistem nos rincões deste País.

Saneamento básico, água tratada, rede de esgotos são exigências de prevenção de doenças completamente desconhecidas dos habitantes das regiões recônditas do interior. A carência e má qualidade da rede de distribuição de energia elétrica tolhe e cerceia ações básicas ao desenvolvimento, prejudicando o funcionamento de vários setores dos serviços básicos que deveriam ser prestados à população. Esse quadro representa tão-somente um pálido resumo da caótica situação do Município de Humaitá.

Tais denúncias, com efeito, já se revestiram de profunda gravidade se revelassem

o estado de abandono de apenas um município amazonense. No entanto, o triste relato assume proporções angustiantes quando constatamos que os problemas ali arrolados refletem, na verdade, a desumana condição das populações interioranas do Estado do Amazonas e de toda a região Amazônica. Água da pior qualidade, inferior às escuras, inexistência de saneamento básico, saúde caipengando, carência de investimento no setor social, segurança pública desastrosa, educação ineficiente, produção e abastecimento insuficiente — tal é o painel que a Amazônia revela aos olhos da Nação.

Ao longo do tempo, Sr Presidente e Srs. Congressistas, a política adotada pelo Poder Central para a Amazônia tem sido marcada por uma danosa sucessão de erros. O maior deles, no entanto, sempre foi o descaso com que sempre foram tratadas as populações interioranas, o índio e o caboclo, verdadeiros guardas florestais sem salários, os lídimos e legítimos responsáveis pela tão decantada preservação do rico ecossistema da região. Ao lado da natureza, também o homem da Amazônia precisa ser protegido. Não de uma forma paternalista, mas mediante a adoção de efetivas ações que associem o desenvolvimento à preservação, levando até o humilde habitante da região as benesses da civilização, um nível digno de vida em que as necessidades básicas sejam atendidas — moradia, saúde, educação, emprego, abastecimento.

Do ponto de vista político, a Amazônia tem sido sistematicamente vítima de uma burocracia paternalista e perversa. Seu desenvolvimento econômico não tem ebedecido a um planejamento sério, organizado. Formaram-sequistos isolados — sejam multinacionais, estatais ou privados. Jamais priorizou-se o homem.

O caminho para o início da solução dos angustiantes problemas do homem da Amazônia situa-se na compreensão e reconhecimento de que o uso racional das riquezas da região deve ser efetuado sem o comprometimento do patrimônio natural. Para isso, é indispensável a formação de uma consciência nacional em torno do conceito de desenvolvimento sócio-econômico ecologicamente auto-sustentável, o que inclui a preservação da complexidade ecosistêmica da região. Outro ponto básico diz respeito à ordenação do território da Amazônia, mediante o zonamento ecológico-econômico, além de priorizar a defesa e a preservação da integridade dos povos indígenas e das populações interioranas.

O atual Governo não fugiu, infelizmente, a essa danosa regra de relegar a plano secundário a região Amazônica. Não foi apresentado à discussão do País nenhum plano efetivo de desenvolvimento para a região. O volume de recursos carreados para a Amazônia é pífio — seja em relação à espantosa complexidade dos problemas, seja relativamente à sua importância estratégica. Com relação à região Amazônica, ainda não saíram do papel as promessas de campanha do Presidente Fernando Collor.

Situamo-nos entre aqueles que consideram fundamental a adoção de uma política econômica com vistas ao efetivo controle da inflação. No entanto, Sr Presidente e Srs. Congressistas, consideramos que, concomitantemente, promova-se o desenvolvimento, abandonem-se as medidas recessivas. O País precisa continuar a viver. O homem brasileiro, sobretudo os habitantes das mais recônditas regiões do País, necessita urgentemente ser resgatado para usufruir uma existência caracterizada pela justiça e pela dignidade.

O Governo Federal necessita, com presteza, tomar consciência, mediante a adoção de ações concretas, da triste e cruel situação da população da região Amazônica, que pode ser caracterizada, sem exageros, como de total indigência.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Jorge Tadeu Mudalen

O SR. JORGE TADEU MUDALEN (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr Presidente, Srs e Srs. Congressistas, cada vez mais são alarmantes as estatísticas com vítimas fatais nas rodovias Fernão Dias e Dutra, sobretudo nos trechos do Estado de São Paulo

Por duas vezes ocupei a tribuna reclamando providências em relação à retomada de obras de duplicação e de conservação dessas duas importantes e saturadas rodovias brasileiras.

A insensibilidade das autoridades competentes é responsável pela falta de solução, até hoje, desse grave problema, que será das minhas maiores prioridades até o fim do meu mandato.

A alegada falta de verbas para essas obras não convence ninguém, sobretudo se levarmos em conta que o Governo pretende socorrer endividadas usinas de açúcar, rolando uma dívida calculada em 518,17 bilhão de cruzeiros (1,99 bilhões de dólares), em valores atualizados até março.

Enquanto não realizam as indispensáveis obras nas rodovias citadas, as autoridades competentes, pelo menos, deveriam construir algumas passarelas sobre as mesmas, em pontos de maior travessia de pedestres e onde ocorrem, com maior frequência, atropelamentos que, quando não matam, acabam mutilando tantas pessoas, como é o caso de área nas proximidades do Posto Sakamoto, nos Bairros Parque Alvorada e Brasília.

Essa é uma antiga reivindicação das populações daquela localidade e não demandaria grandes recursos, razão pela qual quero crer será ultimada com maior urgência.

Era o que tinha a dizer!

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Pedro Irubo.

O SR. PEDRO IRUBO (Bloco — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, transcorridos pouco mais de treze meses do início do Governo Collor de Mello, podemos constatar

que já se lançaram as sementes de uma profunda — embora pacífica — revolução destinada a retirar nosso País da década perdida de estagnação e recolocá-lo na trilha imprescindível do crescimento. As linhas gerais da estratégia proposta pela administração federal estão contidas no Projeto de Reconstrução Nacional, encaminhado de forma democrática para a apreciação e posterior discussão pelos representantes da sociedade. Uma das vigas mestras da edificação do desenvolvimento brasileiro planejada pelo Governo, por sua vez, é o Programa de Competitividade Industrial (PCI), elaborado em consonância com o espírito mais amplo daquele projeto, especificando seu plano de ação para os setores da indústria e do comércio exterior. Dada sua importância para os rumos futuros de nossa economia, desejamos, portanto, ressaltar alguns dos aspectos principais deste programa.

Comecemos, então, pela situação em que se encontrava o País em março de 1990. A instabilidade econômica existente na época correlacionava-se com a caminhada suicida para um processo hiperinflacionário. Em consequência, reduziram-se dramaticamente o horizonte de planejamento e o próprio nível de investimento, em decorrência da impossibilidade de correta avaliação de riscos em um ambiente de desvalorização horária da moeda. Disseminou-se o comportamento defensivo por parte das empresas, de forma a resguardar suas margens de lucro segundo as regras de um selvagem jogo não cooperativo em que só os mais fortes venciam. A maioria da população, por seu turno, assistia impotente à crescente deterioração de seu padrão de vida, sem conseguir compreender a mágica perversa que condenava um País pujante como o Brasil a tamanha desorganização.

O diagnóstico da crise brasileira defendido pelo Governo Collor — aceito pela maioria da Nação, por ocasião das primeiras eleições presidenciais livres em mais de trinta anos — identificou sua principal causa no esgotamento do modelo econômico seguido desde a década de 50 e na necessidade de substituí-lo por novas alternativas. Neste sentido, a iniciativa governamental para a recuperação do País repousa sobre três bases. Primeiramente, na observação de que objetivos de curto prazo, como a estabilização da economia, estão ligados indissolvelmente à meta final de crescimento auto-sustentado. Em segundo lugar, na constatação de que a retomada do desenvolvimento exige, necessariamente, reformas estruturais em todos os setores de atividades. Por fim, efetuou-se uma clara opção pelos padrões de progresso e justiça social característicos dos países do chamado Primeiro Mundo, como modelo de organização da sociedade a ser perseguido no limiar do terceiro milênio.

Sob esse balizamento, o Governo apresentou ao País, em três diferentes etapas, a concepção básica de sua política industrial e de comércio exterior, destinada a orientar as ações dos diversos agentes econômicos no

processo de reorganização, em novas bases, desses setores. A primeira parte correspondeu às Diretrizes Gerais da Política Industrial e de Comércio Exterior, divulgada em junho de 1990. Ao lado da definição dos objetivos principais de adequação do modelo empresarial brasileiro aos novos tempos, capacitação tecnológica da indústria nacional e melhoria de sua qualidade e produtividade, este documento especificou a abertura comercial, a desregulamentação e a defesa da concorrência como os grandes instrumentos a serem utilizados. A segunda etapa foi consubstancial no Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria Brasileira, trazido a público em setembro do ano passado. Nesta oportunidade, especificaram-se a estratégia a ser seguida para cumprir o título do programa, as diretrizes para a operacionalização e o delineamento de vários procedimentos nas áreas de informática, incentivos fiscais e transferência de tecnologia.

O Programa de Competitividade Industrial, Sr. Presidente, Srs. Deputados, representa, precisamente, o coroamento da política industrial do Governo Collor. Tal programa deve ser entendido, por um lado, como o detalhamento dos conceitos adiantados nos documentos anteriores e sua aplicação aos diversos setores da economia. Por outro lado, ele deve ser encarado como a súmula de todo um projeto renovador que busca o fortalecimento e a revitalização de nossa indústria.

Uma rápida vista d'olhos sobre seu conteúdo bastará para que percebamos o alcance e a profundidade do Programa de Competitividade Industrial. Ali definem-se diferentes graduações de competitividade, exigindo ações específicas do poder público e do setor privado. No âmbito da competitividade estrutural, apontam-se as responsabilidades típicas de Governo e as medidas propostas nas áreas de investimento, exportação, educação, tecnologia e qualidade/produtividade. Na esfera da competitividade setorial, é especificado o papel, a ser desempenhado pelo Estado, de agente modernizador das condições produtivas de setores dotados de vantagens comparativas, tais como agroindústria, papel e celulose, siderurgia, complexo automotivo, construção naval, bens de capital, química fina, biotecnologia e informática. Por último, é incluída, ainda, uma análise dos objetivos de melhoria da capacitação gerencial do setor privado brasileiro, caracterizando a competitividade empresarial.

A gravidade do momento que vivemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recomenda à sociedade, em geral, e a nós, parlamentares, em particular, que abandonemos idéias preconcebidas, intolerância ideológica e interesses pessoais e nos reunamos, todos, em torno do debate sobre os destinos da Nação. O Programa de Competitividade Industrial, tão oportuna e adequadamente apresentado pelo Governo Collor de Mello, oferece alternativas palpáveis, factíveis e lúcidamente para que voltemos ao caminho do crescimento. Mais que isso, esse programa representa o chama-

mento maior para que possamos participar da discussão sobre os novos rumos da sociedade brasileira. Cumpre, portanto, que devotemos ao PCI o melhor de nossas atenções e o maior de nosso efetivo esforço, no momento de sua tramitação no Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Ary Kara José.

O SR. ARY KARA JOSÉ (PMDB — SP) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fatos significativos movimentaram o cenário político ontem e esta tribuna, através da qual se faz ouvir a voz popular, não pode abster-se de comentá-los.

O Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a Lei nº 8.117/90, que havia aumentado de maneira abusiva as prestações da casa própria. A superministra da economia pediu exoneração por considerar insustentáveis as pressões exercidas por vários setores da sociedade, dentro e fora do País.

A primeira observação que fazemos é a de que as relações entre os Poderes no País não estão harmônicas e equilibradas, como preceitua o ditame constitucional. Enquanto o Congresso derruba vetos presidenciais, o Judiciário considera inconstitucionais medidas provisórias e leis, chegando ao ponto de expedir mandado de prisão contra o Presidente do Banco Central, como último recurso para ver obedecida disposição de sentença judicial.

A crise institucional que se mostra denota o autoritarismo do Chefe do Poder Executivo, numa época em que a democracia e o estado de direito já não permitem abusos de poder.

O enterro da Lei nº 8.117 fez justiça à população brasileira, que já não suporta os abusos do Presidente da República e não aceita a imagem publicitária príncipesca, que não condiz com a realidade da pobreza do País. Pobreza esta que ele, desde que tomou posse, ajudou a aumentar.

Restam-nos agora algumas questões, tais como: qual será a atitude da Caixa Econômica Federal com relação às quitações que se basearam na lei extinta e os valores pagos a mais pelos mutuários? Nossa esperança é a de que sejam respeitados os princípios constitucionais do direito adquirido no tocante às quitações e o efeito "ex tunc" da declaração da inconstitucionalidade da lei?

No tocante à exoneração da Ministra, algumas preocupações se assomam. Indubitável o fato de que a política econômica proposta e praticada pela ex-ministra tinha caráter altamente impopular, atentatório ao direito e, sob este aspecto, é um alívio político não contar com esta diretora econômica.

A ingenuidade, no entanto, não é boa conselheira. A troca do gerente não muda o dono da loja. O orientador maior dessa política bizarra ainda é o mesmo, o Presidente Collor. A estratégia de demitir ministros quando as

coisas vão mal é antiga, e os resultados sempre foram insatisfatórios.

Notamos, também, que a Ministra cai exactamente quando se confronta com os credores internacionais. A postura de Zélia Cardoso de Mello diante dos credores foi sempre o forte de sua atuação em prol do País.

Sai Zélia, entra Marcílio, nosso antigo Embaixador em Washington, de há muito conhecido como interlocutor junto aos bancos internacionais. Tudo nos leva a crer que mais um ministro brasileiro caiu em decorrência de pressões estrangeiras. Tal fato demonstra bem o desapego do Presidente da República em relação à soberania nacional.

O novo Ministro traz ao País um novo problema: como não foi ele quem congelou os depósitos bancários em cruzados novos, talvez se sinta à vontade para não devolvê-los ou fazê-lo de maneira prejudicial aos interesses do povo brasileiro.

Teremos então mais uma batalha entre Executivo e Judiciário, que irá desestruturar ainda mais as instituições nacionais.

Resta a nós, representantes do povo, levar um apelo ao Sr. Presidente, para que abalos desta natureza não voltem a acontecer e para que haja maior cooperação entre os Poderes, visando o equilíbrio da Nação e a fortificação de sua soberania.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Marino Clinger.

O SR. MARINO CLINGER (PDT — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no dia 5 do mês corrente, a Funerária Municipal de Volta Redonda completou quatro anos de relevantes serviços prestados à comunidade volta-redondense.

Durante todos esses anos a Funerária Municipal foi responsável pela realização de mais de 7.300 sepultamentos, tratando a todos com igualdade e calor humano, além de colocar à disposição da nossa população um serviço de excelente qualidade.

A Funerária Municipal de Volta Redonda surgiu num momento difícil para o município, quando tínhamos 12 funerárias particulares, que prestavam um serviço de qualidade duvidosa e a preços exorbitantes.

A qualidade dos serviços prestados pela Funerária Municipal fez com que todas as outras funerárias fechassem as suas portas, por não poderem competir, em igualdade de condições, com a qualidade e os preços oferecidos pela funerária da Prefeitura, vinculada à Secretaria de Ação Social.

Orgulho-me de ter sido o criador desse serviço, quando de minha passagem pela Prefeitura de Volta Redonda. Hoje, como a única funerária existente no município, tem recebido constantes elogios de toda a população pelo trabalho dos seus funcionários e, principalmente, pelo trabalho do responsável por ela, Sr. Isidoro Ribeiro, que responde pela funerária desde a sua criação e a ele se deve uma grande parte do seu êxito.

A Funerária Municipal se preocupa, não apenas em prestar um serviço de alta qualidade, mas também em dar apoio social e moral às famílias que perdem seus entes queridos, oferecendo serviço gratuito às pessoas carentes, sem prejuízo da qualidade dos seus serviços, sempre com uma palavra confortadora e amiga do Sr. Isidoro.

Não poderíamos deixar de registrar essa data, pela importância que ela tem para o Município de Volta Redonda e como reconhecimento aos excelentes serviços que têm sido prestados pelo Sr. Isidoro Ribeiro e seus funcionários à população da nossa cidade.

A quem honra, honra!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Augusto Carvalho.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB — DF Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr Presidente, Sr^a e Srs Congressistas, a saída da Ministra Zélia Cardoso de Mello do Ministério da Economia significa mais do que uma simples troca de ministros é a expressão da falência de uma política praticada pelo Governo Collor desde o seu início, caracterizada pelo autoritarismo, pela arrogância, pela auto-suficiência e pelo desprezo pelas instituições mais significativas da sociedade civil e da sociedade política do Brasil.

Por essa política, a Constituição Federal é um empecilho à realização das transformações profundas de que o Brasil necessita, em vez de ser um instrumento dessas mesmas transformações. Não por acaso tivemos nesses catorze meses, muito mais do que antes na história republicana do Brasil, um sistemático desrespeito às leis do País, especialmente à Lei Maior. Ontem mesmo, o Supremo Tribunal Federal deu provimento a uma liminar impetrada pelo Procurador-Geral da República, por intermédio da qual o Chefe do Ministério Público Federal solicitou a declaração de constitucionalidade dos artigos da Lei nº 8.177, pelos quais pretende o Governo submeter os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação a um brutal aumento das prestações.

Nas ruas de qualquer cidade brasileira pode-se ver os resultados mais concretos de uma política econômica que levou o País a sofrer uma das maiores recessões de sua história milhões de desempregados e de subempregados jogados ao desespero e à desesperança.

Além da recessão, o confisco da poupança e o arrocho salarial, vive o Brasil a retomada do processo inflacionário, a testemunhar e provar que a política econômica falhou. Afinal, a recessão, o desemprego, o arrocho, o confisco seriam, segundo a propaganda oficial, a contrapartida que teríamos de suportar para podermos ter, finalmente, a inflação controlada. No entanto, o que tivemos foi uma terapia que acometeu o doente de doenças novas sem curar nem minimizar os efeitos das doenças antigas.

A política autoritária do Presidente da República refletiu-se negativamente na credibilidade da política econômica, que também se viu afetada pelo deslumbramento, pela ostentação, pelo apego a atos grandiloquentes contra setores do empresariado, logo seguidos de festas nas casas de praia suntuosas pertencentes a esses mesmos empresários. A insensibilidade ante o drama social provocado pela recessão e pela perda do valor real dos salários foi outro aspecto da política econômica a cuja falácia acabamos de assistir.

O Congresso Nacional, nesse período, foi sistematicamente destratado pelo Governo e sua política econômica, a qual via nesta Casa apenas a expressão de interesses fisiológicos e corporativos — os quais, aliás, manifestam-se especialmente na bancada que apóia o Governo — e não a representação democrática dos interesses da sociedade brasileira.

Nessas condições, não seria de estranhar o isolamento político e o fracasso da equipe econômica liderada por Zélia Cardoso de Mello. Desta maneira, resolveu-se também, dentro do Governo, uma contradição apontada por alguns dos analistas, os quais notavam um conflito entre propósitos modernizantes de alguns funcionários e tecnocratas e o caráter atrasado e fisiológico da base de sustentação política do Governo Federal: o resultado não poderia ser mais natural. Venceu a política conservadora. Seria de estranhar se a resolução se desse de outra maneira. Absurdo é imaginar que se pode modernizar o País lutando contra as forças modernas que nele existem, que se pode democratizar o País agindo contra as forças democráticas, que se pode fazer uma política popular em confronto com os interesses das forças populares.

O novo Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, é conhecido banqueiro e diplomata, com comprovada experiência no trato da negociação com os credores brasileiros. No entanto, precisamente nesta questão reside mais um motivo de preocupação para os brasileiros: se algo de criativo surgiu do Governo nos últimos meses, em matéria de política econômica, foi precisamente o resgate do conceito de capacidade de pagamento, recuperado da experiência alemã pós Primeira Guerra Mundial. Foi algo positivo, e hoje vemos isso ameaçado, dado o grau de entendimento entre o novo ministro e os banqueiros credores do Brasil.

Acreditamos, Sr Presidente, Srs Congressistas, que é possível a recuperação da economia brasileira, mas esta somente se dará caso o Governo Federal compreenda que o modelo do autoritarismo e da auto-suficiência falhou e que é necessário, para superar os grandes e graves problemas nacionais, recorrer à negociação, ao diálogo, ao entendimento com todos os segmentos da sociedade brasileira, destacadamente o Congresso Nacional, o empresariado e os trabalhadores, estes últimos sempre os mais sacrificados pelas diferentes experiências da política econômica a que o País é submetido.

Por fim, resta-nos reiterar o compromisso de defesa dos interesses nacionais e da classe

trabalhadora e a disposição de, à base desse compromisso, participarmos de qualquer negociação, acordo e compromisso que signifique uma mudança positiva na vida dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Sergio Cury

O SR. SERGIO CURY (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr Presidente, Sr^a e Srs Congressistas, estão de parabéns seis milhões de mutuários brasileiros. O Supremo Tribunal Federal, numa votação vitoriosa consagrada pela maioria de seus ministros, conseguiu suspender os efeitos maléficos da Lei nº 8.177, que sufocou aqueles cidadãos que adquiriram suas casas através do Sistema Financeiro de Habitação — SFH.

Há de se render homenagem, também, ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, Dr Aristides Junqueira Alvarenga, que, sempre ao lado do povo, obteve a concessão da liminar na ação direta de julgamento pela constitucionalidade da lei.

Consideraram, ainda, os oito Ministros do Supremo Tribunal Federal que deram a vitória aos mutuários que, ao concederem a liminar à Procuradoria-Geral da República, estavam beneficiando não apenas os seis milhões de mutuários brasileiros mas, também, o próprio País, pois, se fossem mantidos os reajustes exorbitantes de até 1.000% propostos em artigos da Lei nº 8.177, estaria agravada a crise econômico-financeira do País.

Foi uma decisão justa em favor de uma classe já bastante sacrificada pelas políticas adotadas não apenas agora, mas desde muito tempo atrás.

Parabéns mutuários.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra a nobre Deputada Célia Mendes

A SR^a CÉLIA MENDES (PDS — AC Pronuncia o seguinte discurso) — Sr Presidente, Sr^a e Srs Congressistas, a questão regional foi um dos tópicos abordados no Projeto de Reconstrução Nacional, lançado recentemente pelo Governo Federal.

Nela são contempladas com propostas bem expressas, mas um tanto diluídas, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

De qualquer forma, alguns instrumentos e mecanismos, no que concerne ao financiamento do desenvolvimento regional, aí aparecem bem especificados e delimitados. Até as entidades financeiras e agências do desenvolvimento regional são destacadas: BNB, BASA, Sudene, Sudam, Suframa. Assim também os fundos de investimentos (Finor, Finam) e ainda os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Neste ensejo, aqui nesta Casa, algumas comissões estão dando parecer a substitutivo do Senado que propõe nova composição para os Conselhos Deliberativos da Sudene, Sudam e Suframa.

Os fatos vão mais além. Ocorre que o Sr Presidente da República já reuniu-se com todos os governadores do Nordeste e anunciou a liberação, de uma só vez, de 196,8 bilhões de cruzeiros para a região, recebendo, em contrapartida, o apoio público de todos os governadores nordestinos.

Esses recursos serão distribuídos entre o Ministério da Agricultura, o Finor, a Sudene e alguns governos estaduais.

Quero deixar claro que não estou aqui para me colocar contra o financiamento do desenvolvimento das nossas regiões carentes. Pelo contrário, acredito até em algumas proposições do Projeto de Reconstrução Nacional, especialmente as que são contra o clientelismo, que perpassa as concessões de incentivos e transferências da União para os estados e municípios.

Acredito, principalmente, que a questão regional será resolvida no conjunto das regiões e não com cada região isoladamente.

Vejo que o tratamento dado ao Nordeste acabou sendo um caso isolado. Porque nada, até agora, tem ocorrido no âmbito da região Norte. É preciso que esse processo seja o mais integrado possível.

Não é à-toa que esta Casa e o Senado Federal estão preocupados com a composição dos Conselhos Deliberativos da Sudene, Sudam e Suframa. É para que o desenvolvimento regional possa ser agilizado da melhor forma.

Contudo, enquanto as coisas acontecem no âmbito da Sudene, tanto em nível dos recursos quanto em nível das intenções, ou seja, voltar a seu papel de órgão do planejamento regional, a Sudam carece de total apoio.

Ao longo dos últimos anos, a Sudam sofreu, injustamente, como a Sudene, um processo de esvaziamento. O planejamento ficou desacreditado, no Brasil. Mas com esse Projeto de Reconstrução Nacional chegou a hora de sua revalorização.

Nenhum outro organismo de desenvolvimento regional, na Amazônia, acumulou a experiência técnica da Sudam.

Criada em 1966, a Sudam nasceu dentro de um contexto moderno, enfatizando a técnica do planejamento, em contraponto aos estudos empíricos adotados, até então, na região.

Ao longo desse período tem sido intensa a participação da Sudam no processo de desenvolvimento da Amazônia, inclusive prestando integral apoio aos municípios da região. Essa atuação tem se dado, seja através da alocação de recursos financeiros, seja através da assistência técnica junto às prefeituras.

Essa concentração de esforços junto aos municípios, por considerá-los a base de todo o processo de desenvolvimento sócio-econômico, continua sendo uma postura muito atual, expressa inclusive no Projeto de Reconstrução Nacional, quando diz que "os estados e municípios, juntamente com a iniciativa privada e a própria sociedade civil, passam a ter um grande papel no esforço do desenvolvimento regional".

Também na sua tarefa de coordenar o planejamento do desenvolvimento regional a

Sudam tem sido a agência oficial responsável pela articulação entre os estados da região Norte e o Governo Federal.

Em sua trajetória, a Sudam teve atuação destacada no comando de programas e projetos especiais, com ação disseminada por toda a região Amazônica, oferecendo assistência técnica, apoio financeiro e privilegiando, sobretudo, o setor social.

Vale lembrar o Polamazônia e as suas variadas linhas de atuação: na agricultura, na infra-estrutura econômica, no desenvolvimento urbano, na infra-estrutura social, no apoio à pequena e à média empresa, etc.

Também o Promam, responsável pela efetivação das atividades produtivas, visava à expansão da oferta de emprego, novos investimentos, a valorização dos pequenos centros urbanos, de modo a alcançar uma melhor distribuição de renda, de população, de serviços e equipamentos urbanos na região.

Com tudo isso a Sudam conseguiu alterar a estrutura econômica da região Norte e integrá-la ao restante do País.

A Sudam, meus senhores e minhas senhoras precisa ser revalorizada, pois tornou-se um organismo indispensável para o desenvolvimento regional da Amazônia.

Não se pode, porém, revitalizar um órgão com tão vasta experiência e atuação sem nele investir recursos. Infelizmente parece esta preocupação não constar das prioridades do Governo Federal, que anda esquecido do importante papel que a Sudam desempenha para a região Norte.

A Sudam está para a região Norte como a Sudene está para o Nordeste. O que vemos atualmente é a desigualdade de tratamento do Governo entre as duas instituições.

Mas nós não deixaremos de apontar os desvios nem a ineficácia do Projeto de Reconstrução Nacional, no seu segmento "A Questão Regional", se o Governo Federal continuar insensível à necessidade de se prestigiar a Sudam. Agindo dessa forma, o Governo estará dando um atestado de que está bem pouco preocupado com o desenvolvimento da região Norte.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Naya.

O SR. SÉRGIO MAYA (PMDB-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna denunciar a ação das multinacionais do mercado do leite, que está provocando uma séria crise no setor. O preço pago ao produtor rural pelas indústrias é irrisório e está acarretando uma redução no número de animais destinados à produção leiteira. É preciso reverter essa situação para poder proporcionar uma condição mais equitativa entre indústria e produtor.

Amanhã será realizado, no Município de Laranjal, em Minas Gerais, o 1º Encontro sobre a Crise do Setor Produtivo de Leite da Região Leste da Zona da Mata. Estou dando todo o apoio ao evento, do qual parti-

ciparei, dada a minha preocupação com esse problema, que é da maior gravidade. Quero destacar também o interesse do Prefeito de Laranjal, Onofre Soares da Silva, que está promovendo esse encontro, do qual participará também o Deputado Estadual Paulo Carvalho, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

A industrialização do leite, único interesse das indústria multinacionais, só serve para provocar o rebaixamento do preço do produto. Como se trata de matéria-prima básica, não interessa às multinacionais proporcionar ao produtor rural um preço que pelo menos justifique a manutenção de gado leiteiro em suas fazendas ou sítios. Precisamos alterar essa situação, e estou fazendo consultas junto aos técnicos do Ministério da Agricultura para saber o que é possível realizar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o País tem, desde hoje, um novo condutor da política econômica do Governo, com a escolha do Embaixador Marcião Marques Moreira para assumir o cargo de ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, em substituição à Sr. Zélia Cardoso de Mello, que ontem apresentou seu pedido de demissão ao Presidente da República. O fato, apesar do largo destaque dado pela imprensa, se insere, contudo, na rotina do Executivo e nenhum trauma deverá causar ao País.

Evidentemente, as atenções gerais estão voltadas para a possibilidade de o novo titular desse superministério que envolve questões cruciais do momento nacional, estabelecer, juntamente com uma nova equipe de trabalho a ser montada, alterações nos planos governamentais de saneamento financeiro do Estado, do combate à inflação e do endividamento externo.

Em encontro que parlamentares de minha bancada, o PFL, tivemos ainda ontem com o Presidente Fernando Collor, foi possível constatar a serenidade e a firmeza de Sua Excelência para continuar sustentando as metas básicas que elegeu, a fim de que o País venha a superar o instante de crise e retomar um ritmo de crescimento compatível com as exigências da sociedade brasileira.

Há que se reconhecer os esforços que a ministra demissionária enviou no afã de colocar a economia em ordem, fazendo com que os alarmantes índices da inflação caíssem significativamente. Os resultados do seu trabalho certamente serão melhor avaliados, com isenção de ânimo, com o passar do tempo.

As expectativas, agora, recaem na atuação do Embaixador Marcião Marques Moreira, brilhante diplomata de carreira, com longa passagem em instituição financeira e que dispõe de fácil trânsito no exterior. A escolha

de seu nome provavelmente vincula-se ao propósito governamental de superar alguns obstáculos para que seja fechado um acordo definitivo sobre a dívida externa, ensejando ao Brasil reintegrar-se a comunidade financeira internacional como um parceiro ativo e respeitado.

Também as esperanças da Nação convergem para a abertura de amplos canais de entendimento, a nível interno, entre o Governo e todos os setores da sociedade, em particular com a classe empresarial, as forças políticas e os segmentos trabalhistas, tripé fundamental ao estabelecimento de um grande entendimento nacional, como vem sendo perseguido pelo Presidente da República desde o primeiro dia de seu mandato.

No que respeita ao meu estado e à região amazônica, espera-se do novo Ministro da Economia um tratamento consentâneo com os anseios regionais, levando-se sempre em conta as potencialidades oferecidas pela natureza e pelos braços humanos. No contexto, sera preciso uma definição oficial em relação aos problemas amazônicos e, especialmente, para a situação da Zona Franca de Manaus. Convém assinalar que a quota global para importação do insumos empregados pelas indústrias locais, geralmente fixada no mês de fevereiro, ate o momento é desconhecida.

A Zona Franca de Manaus, experiência pioneira e vitoriosa no gênero em nosso País, que largos benefícios vem prestando em favor do desenvolvimento de uma área que padecia de profundas carências em oferta de emprego e produção industrial, precisa merecer total apoio governamental. Acreditamos que o Embaixador Marcilio Marques Moreira será sensível ao nosso apelo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Poder Executivo Federal, passado um ano de governo, finalmente se deu conta da necessidade de colocar à discussão pública os objetivos que, teoricamente, constituem o norte de suas ações.

Para tanto, encaminhou à sociedade o Projeto de Reconstrução Nacional, documento que, de maneira suscinta, aborda os diferentes níveis em que se poderia atuar visando a retomada do desenvolvimento.

Quando este se refere ao setor transporte urbano, o que podemos verificar é mais uma política de desencargo de atribuições do que participação ativa no meio.

Com efeito, é enfatizada a determinação constitucional que impõe à esfera de estados e municípios a responsabilidade de organizar e prestar o serviço de transporte coletivo.

Por conta disso, a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos encontra-se em processo de extinção, e os recursos que a ela se destinam, conforme o previsto na Lei de Di-

retizes Orçamentárias, não vão parceriam o exercício de 1991.

Tal medida, se, por um lado, pode corresponder aos anseios da demanda social administrativa, por outro, em face dos significativos progressos alcançados no longo do trabalho da EBTU, revela o teor das atuais iniciativas do Governo Federal ou, que estritamente voltadas ao corte de despesas públicas.

Em que pese estados e municípios estarem desfrutando de uma situação econômica substancialmente modificada a partir da reforma tributária instituída na Constituição em vigor, é possível que o aporte de verbas, hoje verificado não seja capaz de reproduzir os resultados que obteve a EBTU por intermédio da padronização e racionalização da imposta aos programas de transporte urbano no País.

Estes, abarcando as diversas cidades onde a complexidade do sistema de transporte já se fazia presente, proporcionaram significativa economia de escala, com consequente redução de custos.

É imperioso, portanto, que se contextualizar a gerência do setor não percamos de vista os benefícios que elas trazem à gestão maior, seja ela executiva ou, como enseja o projeto do Governo, cooperativa.

Contudo, se tal raciocínio é plenamente aplicável a modalidade ônibus, motivo das principais ações desenvolvidas pela EBTU, no tocante a prestação do serviço de Transporte Urbano de Massa, de alguma maneira concorrente a bonde, metrô, metrô-trem de subúrbio, o mesmo precisa ser revisado.

Por isto, pois, parece-nos que é devido delegar por completo a estados e municípios as incumbências que demandariam a capacidade de investimentos incomparáveis com a realidade atual desses poderes. Isto é, tendo em vista a recuperação e o saneamento prévio do sistema de trens de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas, compromisso assumido pelo Ministério da Infra-Estrutura, a menos que se ataque as causas geradoras da sua crônica deficiência, retornarão agravados os problemas que hoje, superficialmente, se procura diunir.

Atentem ainda os senhores para o fato de que os cinquenta bilhões de cruzeiros a serem investidos pela Companhia Vale do Rio Branco de Trens Urbanos até 1995, podem ser quantia insuficiente perante a magnitude da tarefa assumida pelo Governo Federal. Prova é que um único quilômetro de linha ferroviária, considerando custos de implantação medianos, absorveria quase a metade da referida destinação orçamentária.

Não bastasse a precariedade do sistema de transporte de passageiros por trens urbanos nos centros servidos por esse modal, especialmente nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, círculos que cerca de vinte corredores de transporte por ônibus nas maiores das cidades brasileiras encontram-se no limite de saturação. Em Goiânia, por exemplo, já são dois os corredores que apresentam em seus horários de pico um fluxo acima de quinze

mil passageiros por hora. Inevitável perguntar a quem cabera a implantação de um sistema mais adequado a essa nova realidade de demanda. Se ao Estado de Goiás e à Prefeitura de Goiânia, como preconiza o Governo Federal, dispondão de que meios?

A verdade é que temos visto ser essencial o emprego de verbas federais para grandes empreendimentos no setor de transporte, como bem comprovam as recentes iniciativas da Linha Vermelha, no Rio de Janeiro, e do Metrô de Brasília.

Finalmente, gostaria de destacar a timidez do Projeto de Reconstrução Nacional quando menciona a forma de atuação do Executivo no setor transporte urbano.

Esperávamos que, em lugar de medida já taia como a que cria grupo de trabalho para estudar o modo de atuação governamental, estivessem presentes no documento propostas concretas de quem, através de órgãos como a EBTU, a CBTU e o Geipot, foi responsável direto pela evolução dos transportes urbanos no decorrer das últimas duas décadas.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Luiz Gushiken

O SR. LUIZ GUSHIKEN (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a carta aberta do Diretor de Redação do Jornal Folha de S. Paulo, Sr. Otávio Frias Filho, ao Sr. Presidente da República coloca para a sociedade a importante discussão sobre os deveres dos órgãos de imprensa e os deveres dos homens públicos um regime democrático, discussão sobre a qual desejo fazer algumas ponderações.

É de relevante importância para a democracia o papel do *ombudsman*. O jornalismo sério tem o dever de ser crítico.

Entendo que numa democracia o homem público tem deveres, tais como o de ser transparente a sociedade. O jornal, como instrumento dessa sociedade, ao criticar os atos de gestão do homem público, abre espaço ao debate, às réplicas e aos esclarecimentos cabíveis.

O que tem que ficar claro às partes envolvidas nesse debate são as regras do jogo democrático.

Ora, uma vez que idêntico espaço, de antemão, o jornal reserva às réplicas da parte criticada, depreende-se que desde o momento da crítica a reparação já está assegurada, cabendo à parte "ofendida" exercer o direito de resposta. Ressalvando-se, naturalmente, que, em se tratando de homem público, a resposta deixa de ser um direito para tornar-se um dever.

Frente ao debate, a sociedade formará opinião e condenará o jornal ou o homem público, podendo ainda, se for o caso, inocentar ambos. De qualquer modo, será exercida e ampliada a democracia, com enorme benefícios para a sociedade.

É democrático o gesto do Diretor de Redação da Folha de S. Paulo, em sua "Carta

Aberta ao Sr Presidente da República", por quanto chama ao debate

O Chefe de um Estado democrático não deve fugir ao debate, tampouco se fazer temer pelo autoritarismo, nem se apoia em leis antidemocráticas para arguir em tribunais o seu "direito de fazer calar a imprensa vez que ela é o *ombudsman* da sociedade.

Antes, o Chefe de um Estado democrático deve se fazer respeitar pela grandeza do diálogo, do debate aberto e franco.

A sociedade brasileira espera do Sr. Presidente da República, como é de seu dever, um amplo gesto de respeito à democracia

Durante o discurso do Sr Luiz Gushiken, o Sr Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente

O Sr. Mendes Ribeiro — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB — RS) Sem revisão do orador.) — Sr Presidente, minha questão de ordem é baseada no art. 31 do Regimento Comum, que, como V. Ex^a sabe, diz que a primeira metade hora da sessão será ocupada por pronunciamentos de cinco minutos

Até creio que a beleza dos pronunciamentos que ouvi justificariam todo esse atraso de quase uma hora e meia, não obstante a Câmara dos Deputados — não o Congresso Nacional, é verdade — ter aprovado uma modificação no seu Regimento baseada numa experiência que mostrou o caminho sábio.

A esta altura dos acontecimentos, surpreender-me-ia se V. Ex^a obtivesse **quorum** necessário para a votação das matérias em pauta, à qual estamos atrelados, há quase meia dúzia de meses. Atrever-me-ia a sugerir a V. Ex^a, como colaboração, que seja observada a meia hora determinada pelo Regimento, primeiro, porquê votaríamos e, segundo, porque aquêles que estão aqui desde as quinze horas, além do prazer de ouvir os seus companheiros, teriam a satisfação de ver desobstruída a pauta de votação, que, como todos sabem, está obstaculizada pela existência dos vetos. Era essa, Sr. Presidente, a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Mendes Ribeiro, a Mesa não pode deixar de acolher a questão de ordem de V. Ex^a porque o texto regimental é claro, explícito e meridiano. Portanto, não há por que se protelar o período das Breves Comunicações.

O que deve ter ocorrido em relação a esses momentos que antecederam a questão de ordem de V. Ex^a é que o Senador Alexandre Costa, certamente franqueou a palavra na expectativa de que os Srs. Parlamentares afluíssem ao plenário. Quando S. Ex^a visualizasse um **quorum** que pudesse garantir a votação da matéria, certamente aplicaria rigorosamente a letra do Regimento agora invocado por V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passamos às Comunicações de Liderança Pelo PC do B, concedo a palavra ao nobre Deputado Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas desejo fazer breves comentários a respeito do afastamento da Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

Evidentemente, os acontecimentos são recentes e estão ainda a demandar uma análise mais completa.

Entretanto, não poderíamos deixar passar despercebidos alguns fatos ligados a este acontecimento aparentemente burocrático, o afastamento de uma ministra e a sua substituição.

Na verdade, a situação interna do Brasil, no seu conjunto, e as nossas relações com o exterior mostram que a política econômica do Governo Collor fracassou. Como a principal responsável pela política econômica era a Ministra Zélia Cardoso de Mello, a sua substituição é, inequivocadamente, um atestado do seu fracasso. Se a política estivesse tendo êxito e marcos vitoriosos estivessem sendo conquistados pelo Governo, ele não teria sido retirado de cena a principal responsável por ela.

O afastamento da Ministra Zélia é o testemunho de que a política econômica do Governo atual foi levada ao fracasso. Precisaríamos investigar, dentro dos quadros internacional e interno, qual teria sido o motivo central, básico que levou a Ministra Zélia a ser afastada.

É evidente que os dados comportam uma maior análise e uma maior observação. Entretanto, não poderíamos deixar de observar que sexta-feira passada a Ministra Zélia esteve com o presidente do FMI, o Sr. Michel Camdessus, na Europa, onde fez uma palestra e saiu otimista. Domingo, S. Ex^a, chegou ao Brasil e disse que a palestra serviria para reabrir as negociações com o FMI. Contudo, no mesmo domingo, o chefe do FMI deu ao jornal *Le Figaro* uma entrevista com sentido diferente, chamando a atenção para o fato de que, se o Brasil fosse bem administrado, nossa situação seria diferente. Mais do que isso, disse que em três anos já não precisaríamos falar em dívida externa brasileira.

Ao que consta, na segunda-feira a Ministra Zélia Cardoso de Mello encaminhou a sua carta de demissão ao Presidente Fernando Collor.

Sr. Presidente, foi nomeado para substituir a Ministra Zélia Cardoso de Mello o Sr. Marcílio Marques Moreira, que durante muitos anos foi Secretário da Embaixada Brasileira em Washington, quando era embaixador o Sr. Walter Moreira Salles, um dos mais conhecidos entreguistas que já habitou este País. O Sr. Marcílio Marques Moreira foi diretor, durante dezoito anos, de um dos maiores bancos do nosso País; por conseguinte,

é um representante lídimo dos banqueiros da nossa terra. Em 1986 foi nomeado embaixador do Brasil em Washington e está exercendo essa função há cinco anos. Foi o principal negociador da dívida externa brasileira durante o Governo José Sarney e é tido como um dos principais articuladores da derrubada do ex-Ministro Dílson Funaro. É considerado um homem de grande prestígio no sistema financeiro internacional. Agora à tarde o repórter Silvio Bocanegra, usando dos meios de comunicação, informou ter ouvido de um dos banqueiros mais influentes de Londres a declaração de que a indicação do Sr. Marcílio Marques Moreira deveria ser saudada com um brinde de champanhe.

Sr. Presidente, no Brasil, há muitos anos o imperialismo americano, o capital estrangeiro, não aceita entreguismo mascarado, não aceita entreguismo disfarçado.

A Ministra Zélia Cardoso de Mello era fiel funcionária de um Governo entreguista, mas procurava disfarçar esse entreguismo, razão pela qual recebeu um carão dos banqueiros japoneses. No domingo passado, o Presidente do FMI disse que o Brasil não era bem administrado. Por essas razões, ela, que se pautava numa linha de entreguismo disfarçado, foi afastada para dar lugar ao entreguismo deslavado. Agora não há mais intermediários. Essa é a política do americano perante o Brasil, é a política do Brasil em relação ao capital estrangeiro. Foi assim que se procedeu com o ex-Ministro Dílson Funaro, foi assim que se fez há mais tempo e se está fazendo agora. Em geral, a política não muda, pois continua entreguista. Agora já não há mais o entreguismo retocado, disfarçado; a preocupação com coisas nacionais, que se aventava existir na cabeça da Ministra. O que existe agora é a preocupação de pagar a dívida externa brasileira o mais rápido possível, sem deixar lugar a qualquer dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PDS — BA) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero saudar meu nobre colega da Bahia, Deputado Haroldo Lima, descendente do Barão de Caetité, brasileiro da melhor estirpe, e dizer a S. Ex^a que também sou daqueles que saúdam com uma taça de champanhe a escolha do Ministro Marcílio Marques Moreira para a Pasta da Economia.

Espero que S. Ex^a recupere o ano que perdemos em função da incompetência a que o País foi submetido; que, com sua experiência e a convivência que teve com uma das nossas maiores figuras, San Tiago Dantas, seu professor emérito, use todo seu conhecimento a serviço do Brasil, para pôr ordem na economia e nas finanças da Nação, que não mais suporta essa desordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder do PT, Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT — SP Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs e Srs Congressistas, não poderíamos deixar de vir à tribuna hoje para falar sobre a mudança que se processa na área econômica do Governo.

Como muitos sabem, fiz graduação junto com a Ministra Zélia Maria Cardoso de Mello, dei aulas na PUC de São Paulo e na Unicamp, juntamente com os Professores Antônio Kandir e Luiz Eduardo Alves de Assis; trabalhei com Eduardo Teixeira, enfim, estive perto da equipe que hoje se afasta do Governo Collor.

No entanto, se percorremos caminhos comuns na vida acadêmica, escolhemos caminhos distintos na vida política do País. Ao longo desse um ano e dois meses, critiquei duramente a equipe, porque — creio — fui fiel aos interesses da sociedade e do meu povo.

A ministra cai não só pelos seus imensos defeitos, defeito de ter acreditado no candidato de um partido que se formou às vésperas de uma eleição e que não passou de um balcão de negócios, defeito de ter sido cúmplice no momento da campanha, quando se quebrou a relação entre a ética e a política; defeito de ter traído, no programa de governo, as promessas de campanha, defeito de ter confiscado a poupança de todos e ter devolvido a das pessoas jurídicas — hoje, 94% dos cruzados novos bloqueados são das famílias, dos que vivem do seu trabalho; defeito de ter sido cúmplice do arrocho salarial e por ter promovido a maior recessão da história econômica recente do País.

Mas, se essa equipe teve tantos defeitos, nós, na dura oposição que fazemos, temos que reconhecer-lhe algumas qualidades, a qualidade de se ter confrontado, pelo menos na última semana, com os interesses do Governo, que não são claros, não são transparentes e não dizem respeito à sociedade, como é o caso da Suframa e do Sr Egberto Batista; a qualidade de ter tentado, quando na mesa de negociação com credores internacionais, pelo menos reduzir parcialmente as imensas transferências de recursos que o País há mais de dez anos faz para o exterior.

Não podemos voltar a transferir 4,5% do nosso Produto Interno Bruto. Não podemos mandar para o exterior 15 bilhões de dólares, como querem os credores internacionais. E o editorial do *New York Times* foi um ato de destruição da credibilidade da equipe na negociação externa. Ela cai também por esse motivo.

O que vem no seu lugar? Vem a continuidade de um projeto que está longe de levar o País à modernidade e ao Primeiro Mundo como, infelizmente, a parte conservadora da sociedade, a elite dominante do País ainda crê ser possível. Não será fazendo concessões que iremos recuperar nossa capacidade de investimento. Nos anos 70 tínhamos 4% do PIB de poupança e investimento no Brasil. Nos anos 80, passamos a transferir 4,5% do PIB, perdemos mais de 8% da capacidade de poupança e investimento.

Não basta fazer concessões para recuperar a capacidade de crescer. Podemos fazer imensas concessões, mas as vantagens que um País como o nosso detinha, como mão-de-obra qualificada e matérias-primas, não são mais importantes neste mundo de grandes blocos econômicos. Portanto, o nosso caminho não é o neoliberalismo. O mercado, por si só, não organiza uma sociedade composta de 150 milhões de pessoas. Se temos de conviver com o mercado, precisamos ter um mercado regulado, orientado socialmente, com um Estado que assegure os interesses das maioria populares. Perguntamo-nos se essa mudança de fato poderá reverter a política econômica do Governo.

O passaporte de novo ministro não é a vida econômica, não é a produção intelectual, não é a capacidade administrativa, mas o trânsito entre os credores internacionais. Se o caminho for voltar às cartas de intenções do FMI, que já conhecemos — foram sete as cartas de más intenções, que nos levaram à recessão, ao arrocho e ao desemprego —, se o caminho for voltar a pagar o serviço da dívida e aprofundar o neoliberalismo, esse não é o caminho. O caminho mais curto para uma sociedade nem sempre é o melhor. Portanto, continuaremos nessa tribuna fazendo oposição à política econômica.

Vemos neste momento um cenário de dificuldades para este País, que há dez anos vive uma grave crise: a recessão aprofunda-se, a saída do congelamento é caótica e, no segundo semestre teremos a entressafra. Tudo isso exige do Congresso responsabilidade, maturidade política e convicção na hora de dar legitimidade à política econômica que hoje o próprio Governo reconhece ter sido um fracasso.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carrion Júnior, que falará pelo PDT.

O SR. CARRION JÚNIOR (PDT — RS. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs e Srs Congressistas, questionamos neste momento o sentido da mudança ministerial. Queremos ressaltar que não há qualquer indicador de uma mudança substantiva na política econômica.

No entanto, cabem algumas observações. Por exemplo: estamos vendo claramente que a causa fundamental dessa mudança foi o fracasso da política econômica recessiva que gerou grande número de desemprego, os piores desempenhos e o atraso da economia brasileira.

Contudo, não foi só pelos seus erros que a ministra foi afastada, mas também por alguns acertos. S. Ex^a resistiu ao fisiologismo da máquina pública, iniciou a negociação da dívida externa enfrentando alguns banqueiros internacionais, mas terminou dobrando-se e assinando um acordo lesivo ao País. A Ministra Zélia Cardoso de Mello recebeu, como ministra, os empresários paulistas dos grandes grupos, o que já não era hábito na República. Em alguns momentos, ela teve

também os seus acertos, e eles também a levaram à capitulação.

Sr. Presidente, Srs e Srs Deputados, o nosso grande temor hoje é que os erros da ministra da Economia continuem pela manutenção de uma política recessiva. Mais do que isso, o que estamos vendo com clareza é o início de nova fase de erros e de internacionalização da economia brasileira. Está-se descontornando novo período de subserviência do País, que começou pela pressão sobre as patentes de medicamentos, continuou com a pressão sobre a política autônoma na área da informática, com a proibição do Brasil importar um macrocomputador e de a Embraer exportar os aviões "Brasília". Agora o Brasil é impedido de ter tecnologia própria para fabricar um veículo que colocaria em órbita o satélite brasileiro é pressionado pelos Estados Unidos, para que se submeta a um emissor lançado em base que não seja brasileira.

Sr. Presidente, Srs e Srs Deputados, o que é surpreendente para a Nação é que o ministro das Relações Exteriores confirma que está sendo elaborado novo acordo Brasil-Estados Unidos na área militar, sem conhecimento da opinião pública, do Congresso Nacional, e, para maior surpresa de todos nós, sem conhecimento dos ministros militares.

Sr. Presidente, cai uma ministra por seus erros e acertos e, na troca ministerial, estamos vendo o início de nova política de entreguismo ao capital externo, semelhante àquela conduzida pelo ex-Ministro Roberto Campos, nosso par nesta Casa, que merece todo o nosso respeito. Essa política, da qual divergimos, começa, neste momento, a se delinear pela pressão internacional feita em todas as frentes. O fato mais gritante é a elaboração de novo acordo Brasil-Estados Unidos sem o conhecimento do Congresso, da opinião pública e dos próprios ministros militares.

Essa troca nos mostra claramente a manutenção do pano de fundo da política econômica, o aguçamento das contradições internacionais que vão tirar do Brasil aquilo que ele ainda tinha: a política tecnológica. A Ministra Zélia, com a recessão, jogou o Brasil no Terceiro Mundo. E agora, se o povo brasileiro não reagir, o atual Ministro da Economia e manterá o País neste nível pela dependência tecnológica e pela subserviência internacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, pelo PDS, ao nobre Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PDS — BA. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs Congressistas, ouvimos pronunciamentos que refletem, sem dúvida alguma, pensamentos políticos e econômicos, mas que não resistem à análise do mundo contemporâneo. Se formos adotar a política até aqui seguida pelo Governo brasileiro, a política da Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, que é a do PTS. Ex^a estava cercada de petistas por todos os lados e não escondia de ninguém

as suas posições políticas —, certamente o Brasil não apenas se manterá no Terceiro Mundo, mas será o último País do Terceiro Mundo, com tendências para o quarto mundo, no dia em que este for criado.

Parece-me que os países da América Latina — para ficarmos apenas no nosso continente — que já renegociaram sua dívida externa — cito o México, Costa Rica, Venezuela — têm hoje uma situação econômica e social bem diversa da nossa: a economia está em recuperação, a inflação já está controlada e o processo de evolução econômica, normalizado.

Como afirmou o Sr. Candessus, gerente-geral do Fundo Monetário Internacional, o Brasil precisa é de uma administração competente — depois de três anos, ninguém mais falará em dívida externa. Alguns discordam, preferem uma má administração, igual aquela que a Srª Lúiza Erundina faz na Prefeitura de São Paulo. Aliás, as pesquisas indicam que o povo, hoje, repudia aquela administração.

É essa administração que querem transplantar para o plano federal, mas o mundo é outro. O Brasil é outro. O povo evoluiu com uma rapidez que o PT não conseguiu acompanhar. Os petistas continuam pensando como há dez anos: economia dirigida, capital estrangeiro afastado das nossas fronteiras. Dizem que temos de construir a grandeza do País com a nossa poupança, que não existe. A poupança interna do Brasil, hoje, é de apenas 13% do PIB, o que não dá para recuperar a economia nacional e gerar novos empregos. O que se ouve aqui é um festival de apologias ao negativismo, um festival de apologias ao arcaico, ao atrasado, ao ontem

O PDT, que ontem criticava a Ministra, hoje começa a elogiá-la. Aliás, quando o Dr. Brizola vinha a Brasília, o PDT elogiava a Ministra da Economia, ou silenciava, para que ele pudesse dialogar com o Presidente da República num clima de amenidade e levar para o seu estado os recursos de que necessitava São sábios. Elogio o Governador do Rio, pela sua competência política, e a sua bancada, pela sabedoria

Quero dizer-lhes que não tentem nos transmitir a colera de que estão possuídos. Não pensem que ela vai atingir todos nós. Não, o Brasil vai caminhar por uma nova estrada. Peço a Deus que ilumine o Presidente Collor, porque o Ministro Marcílio Marques Moreira sozinho não resolverá os problemas do País. A reforma ministerial tem que ser mais profunda, tem que ser definitiva. Não podem continuar as mudanças constantes na cúpula do quadro administrativo. O País não suporta uma política habitacional hoje e amanhã outra, uma política para a agricultura, hoje, amanhã, outra. O País precisa ter políticas definidas, de curto, médio e longo prazos, que só poderão se estabelecer através de um ministério competente, que tenha o respaldo do Congresso Nacional e da Nação, e também a confiabilidade necessária para poder administrar o País.

A escolha que o Presidente fez, sem dúvida alguma, recaiu sobre um dos brasileiros mais qualificados para ocupar o Ministério da Economia. Conheço, há muitos anos, o Embaixador Marcílio Marques Moreira. Conheço S. Exª desde o tempo em que era Chefe de Gabinete do saudoso estadista San Tiago Dantas, o grande mineiro. Estou certo de que o que aprendeu com San Tiago Dantas e o que a experiência de vida acrescentou-lhe S. Exª colocará a serviço da Nação, neste momento tão difícil que atravessa.

Vamos acabar com esse congelamento. Isso não existe mais. Hoje, o que vemos, em todo o País, é o ágio campear abertamente. Um congelamento pode, às vezes, ter efeitos positivos durante um curto prazo, mas jamais além de sessenta dias, e isso porque já não atende aos interesses econômicos nem sociais do País.

Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção de V. Exª

Srs. Congressistas, que Deus inspire o Presidente do nosso País, para que S. Exª mude os homens que não atendem aos interesses nacionais e não estão à altura da administração pública.

Pergunto o que faz aí o Ministro Rogério Magri, diante de tantos e tantos escândalos na Previdência Social, e outros ministros.

Que o Presidente pare e medite; que o Presidente chame os homens públicos experientes que existem no Congresso Nacional e em todos os recantos do País, abra um diálogo amplo, faça uma avaliação do quadro nacional e decida rapidamente, porque o Brasil não suporta mais essa instabilidade política, econômica e social.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder do PRN, Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (Bloco — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, governar a economia de um País não é fácil. É tão difícil este mister que seu eventual ministro sofre durante sua gestão pressões de todos os tipos. Não seria diferente agora, Sr. Presidente. Depois de 13 meses e 23 dias à frente do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, a Ministra Zélia Cardoso de Mello deixou o Governo. Só, Sr. Presidente, que ela deixa o Governo não como uma ministra derrotada, mas como quem cumpriu seu dever, prestando relevantes serviços à economia do País.

A Ministra Zélia sai no momento em que os indicadores econômicos lhe são favoráveis. Seu combate infatigável à inflação estava dando frutos, já que os dados do INPC para abril dizem que ela está em 5,5%, quando, em março passado, foi de 11,79%. A Ministra Zélia deixa o Ministério da Economia, segundo ela mesma, no momento em que chegara a hora de uma política de diálogo e conciliação com empresários e sindicalistas. Ela sai na certeza de quem fez sua parte no Governo. Ela vinha se sentindo queimada nem tanto dentro do Governo, mas fora, no meio

empresarial. A Ministra deixa a balança comercial com um superávit de três bilhões e trezentos milhões de dólares, quando os agoureados de sempre diziam que a nova política de importações provocaria déficit comercial. Zélia está saindo no momento em que o Presidente do Banco Central lhe comunica que a expansão da base monetária, em abril, ficou próxima de zero, isto é, não houve emissão de moeda no último mês, quando o Presidente do BNDES, Eduardo Modiano, lhe anuncia que a partir de maio irá privatizar uma estatal por mês", quando "acha que destruiu o nó da dívida externa com a retomada das negociações com o FMI".

A Ministra Zélia construiu uma política econômica à base do aperto monetário, que gerou recessão e desemprego. O desenvolvimento viria depois. O arrocho ainda deveria durar por mais tempo. Para ela, a derrota da inflação só seria possível com a atividade econômica reduzida. Desaquecendo a economia, poder-se-á sair do congelamento sem estouro da inflação. Foi exatamente esta política que transformou Zélia Cardoso de Mello na pessoa mais odiada, hoje, pelo empresariado, com aliança de boa parte do sindicalismo nacional. Enquanto no Ministério da Economia, a Ministra Zélia desafiou o cartel da indústria automobilística e a Fiesp. Por isso, todos eles, agora, estão felizes e sorridentes.

É bom que os oligopólios não cantem vitória com a saída da Ministra Zélia do Ministério da Economia. Não pensem eles que algo vai ser mudado ou alguma coisa facilitada. A guerra contra os oligopólios vai continuar com Zélia ou sem Zélia, porque, na verdade, o Ministro da Economia ou de outro qualquer ministério se chama Presidente Fernando Collor. A linha econômica do País por ele demarcada e pela Ministra Zélia até então executada vai continuar, porque, na verdade, os oligopólios daqui ou de outra parte qualquer são uma remora para o desenvolvimento e uma prática contra todo o princípio de uma economia liberal.

Sr. Presidente, a Ministra Zélia, que ora deixa o Governo, nele cumpriu com seu dever. Trabalhou em benefício do Estado e pelo bem-estar dos cidadãos. Arrancou, com coragem, o País de uma inflação de mais de 80% e deixa o Governo com uma inflação de 5,5%. Enxugou o dinheiro em circulação e zerou o déficit público. Só depois disso é que o desenvolvimento seria retomado. Só por causa disso a Ministra Zélia recebe o bilhete de entrada para a História pátria. Como as heroínas pernambucanas do Tejucupapo. Sem maridos e filhos, que estavam nos exercícios de Felipe Camarão, Henrique Dias e João Vieira, sozinhas estavam, quando Tejucupapo foi invadida pelo agressor holandês. Que fizeram elas? Fugiram? Não. Armaram-se, indo de encontro aos invasores, derrotando-os na gloriosa Batalha de Tejucupapo. Foi a vitória das heroínas pernambucanas que, assim, entraram para a História do nosso País. A ex-Ministra Zélia é como uma dessas heroínas de Tejucupapo. Domou a inflação,

zerou o deficit público, desafiou os monstros dos oligopólios. Cumpriu o seu dever. O balanço geral lhe é favorável. Por isso, merece a História e para a História ela entra, como as heroínas de Tejucupapo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Antes de conceder a palavra ao último orador inscrito para esse período, quero lembrar aos Srs. Congressistas que iniciaremos a seguir a apreciação dos vetos presidenciais.

Solicito aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados que permaneçam no plenário.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, o nobre Deputado Humberto Souto, Líder do Governo nesta Casa.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Congressistas, ouvimos hoje nesta tarde, aqui no Congresso Nacional, alguns Srs. Parlamentares da Oposição tecerem comentários sobre a saída da Ministra Zélia Cardoso de Mello, principalmente os Srs. Líderes do Partido dos Trabalhadores e do Partido Democrático Trabalhista, o PDT. Esmeraram-se nas críticas à decisão do Sr. Presidente da República em demitir ou em aceitar o pedido de demissão da Ministra Zélia Cardoso de Mello.

Tenho a impressão, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, de que a decisão da Sr. Ministra de se ausentar do Governo deve ser encarada como uma decisão pessoal. A Sr. Ministra entendeu que cumpriu o seu dever para com o País, para com o Governo. Entendeu que a sua missão estava cumprida e que não deveria continuar no Governo.

O Sr. Presidente da República, nas suas prerrogativas constitucionais, escolheu o eminente homem público, o Embaixador Marclio Marques Moreira, para substituir a Ministra Zélia Cardoso de Mello no Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

O que é engraçado e interessante em tudo isso, Sr. Presidente, e Srs. e Sras. Parlamentares, é que essa mesma oposição, que foi cáustica, crítica e cruel em relação à política econômica do Governo — até aqui dedicada a apresentar um projeto para livrar o País das graves dificuldades inerentes a própria situação brasileira — não teve em nenhum momento, uma palavra de apoio, uma palavra de compreensão, uma palavra de respeito ao trabalho que desempenhava a Ministra Zélia à frente do Ministério da Economia. Pelo contrário, de forma agressiva a oposição atacou o Presidente da República e o Governo como um todo, principalmente a área econômica, aqui no Congresso e pela imprensa, anotando os erros de impropriedade, chamando o Governo e a Ministra de incompetentes por conduzirem o País a um processo recessivo e desastroso para a sociedade brasileira.

Pois bem, Sr. Presidente, esta equipe econômica encontrou este País com uma inflação que beirava os 100% ao mês; com uma dívida externa de 120 milhões de dólares; com um custo da dívida de aproximadamente 15 bi-

lhões por ano; com uma dívida interna que se multiplicava diariamente e assustadoramente para a sociedade brasileira. Hoje, ao se afastar do Governo, a Ministra Zélia deixa o País com uma inflação, com o INPC, calculado pela Fipe, de aproximadamente 5,5%; com a balança comercial com um superávit de 3,5 bilhões de dólares; já nesta época com um superávit no seu balanço fiscal. A Ministra Zélia, a sua equipe e o Governo, neste momento, apresentam índices, segundo a imprensa, já com sinais de aquecimento na economia de São Paulo em torno de 5% entre março e abril.

Pois bem, Sr. Presidente, são as mesmas cassinatas que achavam que essa equipe do Governo não seria capaz de domar a inflação, não seria capaz de organizar o País para que pudesse voltar a crescer. O País, que desde 1982 não recebia um só centavo de investimento externo, com uma década absolutamente perdida e sem crescimento, está hoje com uma reserva acima de oito bilhões de dólares, com a sua economia absolutamente organizada, temporariamente com um congelamento de preços, necessidade imposta pelos oligopólios que controlam uma economia cartelizada, como que é a economia nacional.

Temos um Governo corajoso para enfrentar os poderosos, é para encaminhar ao Congresso Nacional as medidas e as reformas estruturais, exigidas pelo próprio Poder Legislativo. Temos em andamento cerca de vinte projetos da maior importância para a sociedade brasileira.

Entretanto, essa mesma oposição que tudo faz para desmerecer — por não ter a isenção e a seriedade para elogiar seus acertos em nenhum momento — essa equipe que tez o País retornar aos urubus da organização, essa mesma oposição, como um samba do criolo doido, vem hoje criticar o Presidente da República por ter aceito o pedido de afastamento da Ministra Zélia.

Ora, Sr. Presidente, e preciso o Congresso Nacional — como disse há pouco o Sr. Deputado da esquerda — encarar com seriedade o momento brasileiro.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Permite-me V. Ex^a um aparte?

(O Sr. Presidente faz soar os timpanos)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O aparte seria permitido, mas o nobre Líder Genébaldo Correia poderá inscrever-se logo em seguida, já que o último orador é exatamente o nobre Deputado Humberto Souto. Se V. Ex^a desejar apartear-se, poderá fazê-lo, porque o orador dispõe de dois minutos e trinta segundos.

O SR. HUMBERTO SOUTO — Concedo o aparte ao nobre Deputado Genébaldo Correia. Aliás, honra muito esta liderança ouvir o nobre Líder do PMDB.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Nobre Deputado Humberto Souto, V. Ex^a generaliza na sua crítica à Oposição. Cabe-me, portanto...

O SR. HUMBERTO SOUTO — A Liderança teve o cuidado de particularizar que

as críticas da tarde de hoje partiram das lideranças da esquerda.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Quero aproveitar a oportunidade para dizer que esta Casa deve à Ministra Zélia Cardoso de Mello uma palavra de reconhecimento a sua postura no exercício do cargo. É difícil, num País como o nosso, uma Ministra da Economia passar todo esse tempo no Ministério, com o País envolvido numa grave crise, sem ter a sua honorabilidade pessoal atacada. Isso é muito importante e vale este registro. Quanto à substituição, nobre Líder do Governo, entendemos que a questão não é a substituição de pessoa. A questão é a substituição de política. É evidente que a política adotada não produziu os efeitos desejados ou anunciados pelo Governo. O que se conquistou, como se alega — a redução do índice da inflação — foi em função de um congelamento em que o Governo entrou e não sei como dele vai sair; ao lado do custo social que se paga com essa brutal recessão e com o desemprego. Reservo-me para um pronunciamento posterior, porque não conheço as razões da demissão da Ministra, senão a justificativa formal do Governo. Desejo também conhecer a postura do novo ministro, qual a sua linha de atuação. A Oposição está aqui, nobre Deputado, para cobrar do Governo o que é do seu dever: administrar o País. Não se pode cobrar uma solução da Oposição porque ela não está no poder. Vamos aguardar, portanto, o pronunciamento do novo ministro a fim de saber se a mudança é apenas de nome ou de política econômica para enfrentar a grave crise que estamos atravessando e livrar o povo desse sofrimento que está vivendo.

O SR. ADYLSON MOTA — Permite-me, nobre Deputado, interromper o seu pronunciamento para levantar uma questão de ordem.

Sr. Presidente, consulto V. Ex^a sobre se são permitidos apartes em Comunicações de Lideranças, porque, pelo que me consta, no Regimento Interno da Câmara isto não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em relação à questão de ordem suscitada por V. Ex^a, a Mesa comunica que no Regimento Comum não está prevista a concessão de apartes durante as Comunicações de Lideranças, mas também não há uma vedação impedidiva para que se formalize o aparte. Consultando subsidiariamente o Regimento Interno do Senado, segundo o qual o Líder ao falar pode ser aparteadado por qualquer de seus pares, a Mesa interpretou dessa forma. E o fez porque o Líder do PMDB, que não desejava usar da palavra como líder nos cinco minutos que lhe eram destinados, preencheu o tempo do nobre Deputado Humberto Souto que, ao conceder o aparte, estava absolutamente consciente de que o seu tempo estava praticamente esgotado.

O SR. HUMBERTO SOUTO — Sr. Presidente, gostaria de lembrar-lhe, com toda a liberalidade que V. Ex^a tem para com todos

os parlamentares, que infringir o Regimento e ser muito mais liberal do que conceder e fazer o aparte tendo um orador na tribuna.

Sr. Presidente, respondendo ao nobre Líder do PMDB, gostaria de dizer que esta Liderança não teria necessidade de vir à tribuna, se os oradores que a usaram na tarde de hoje para comentar a saída da Ministra Zélia Cardoso de Mello e a mudança do Ministério tivessem o mesmo comportamento do Líder do PMDB, que prefere aguardar para ver qual a política que vai ser estabelecida.

O que se ouviu aqui, nobre Líder do PMDB, não foi uma crítica dos anos 30, 40, 50, 60, dos velhos chavões, do velho xenofobiaismo do velho entreguismo. Antes mesmo de o novo ministro tomar posse, as cassandas já começaram a denunciar que o Brasil vai pagar, vai entregar para o exterior, quinze bilhões de dólares. Esquecem-se S. Ex^a nesse samba do crioulo doido, repito, de que quando a Ministra Zélia Cardoso de Mello estava no Governo, criticavam-na, agora, quando a Ministra sai do Governo a elogiam. É difícil compreender o pensamento e o sentimento de honestidade das oposições brasileiras.

É necessário compreender que é preciso respeitar o Executivo. O Poder Executivo tem a incumbência natural e constitucional de nomear um ministro de Estado, e escolheu para o Ministério da Economia um homem de grande saber jurídico e econômico, um homem de um passado e de uma formação intelectual reconhecidos pela Nação brasileira, um homem de grande vivência internacional, um homem de conhecimento global da situação brasileira. E a Oposição que ontem criticava como incompetente a Ministra Zélia, que não espeitava o seu trabalho sério, com brasiliade e seriedade na defesa dos interesses nacionais, hoje, porque se atasta do Governo, porque o Governo encontra um homem da melhor qualidade, como é o ministro que vai assumir amanhã, vem com um discurso desfasado, antiquado, bolorento, que não cabe mais na atualidade mundial, até porque, a busca da modernidade, de atualização na solução dos problemas nacionais não permite esse tipo de diálogo e de discurso.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, terminando, fica aqui a palavra do Governo para que os Srs. Parlamentares que souberam tanto criticar a Ministra Zélia de ontem, não fiquem tristes tanto a política econômica quanto a política do Governo é estabelecida pelo Presidente da República. E o Presidente da República tem a responsabilidade, no regime presidencialista, de impor o seu perfil de Governo. E é este o perfil que vai perdurar durante o mandato do Presidente da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com a palavra o último Líder inscrito, nobre Deputado Roberto Freire, que falará pelo PCB.

O Sr. Carrion Júnior — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra

O SR. CARRION JÚNIOR (PDT — RS) — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, fomos citados no pronunciamento do nobre Líder do Governo e queremos reiterar que declaramos neste plenário que a Ministra caiu pelos seus erros e pelos seus acertos. Portanto, o nobre Líder do Governo não foi fiel ao se referiu ao nosso pronunciamento. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Aloizio Mercadante — Sr. Presidente, peço a palavra porque também fomos citados.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Líder Aloizio Mercadante, V. Ex^a já ocupou a tribuna como Líder do seu partido, e o fez com o brilho de sempre. V. Ex^a deseja ocupar novamente a tribuna. A Presidência concede a V. Ex^a esse direito porque já o fez em relação ao Deputado Carrion Júnior. Para igualitarialmente nesta Casa, a Presidência concede a palavra a V. Ex^a como também aos outros líderes que desejarem falar mesmo já tendo falado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT — SP) — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, tomou de fato neste plenário um muro ao Governo Collor, fizemos críticas duras e permanentes, mas, ao mesmo tempo, sempre apontamos uma porta e alternativas à política econômica. Nos nos pautamos pela análise seletiva e desdenhamos a modernidade. Mas moderno não é a recessão, o desemprego, o arrocho do salário nem a concessão aos credores. Moderno é distribuir renda, riqueza, poder, e modernizar as relações de trabalho, e este Governo jamais comprometeu-se com esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concede a palavra ao nobre Líder Roberto Freire, do PCB.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE) — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acredito que a queda da equipe econômica do Governo Collor dá hoje ao País melhor definição, maior transparéncia, dá a todo o Brasil a clara definição do que é o Governo Fernando Collor de Mello.

O processo a que tínhamos começado a assistir com a ascensão do Ministro da Justiça Jarbas Passarinho completa-se hoje.

A direita nacional que elegeu este Governo e que não o tinha sob seu controle, hoje pode afirmar que o tem.

Não se pode negar que a falsa idéia de que essa equipe econômica era "um estranho no ninho", embora tivesse algumas dessas características. Não era uma equipe econômica que representasse o pensamento nem da Oposição nem mesmo daqueles que imaginavam: veleidades de esquerda. Era uma equipe econômica do governo contraditório, neoliberal e de direita do Sr. Fernando Collor de Mello, com todas as suas contradições, que diminuem hoje. Passou o Governo Collor a ser mais homogêneo, melhor articulado

com a sua base de sustentação política. Basta ver-se, neste Congresso, como reagem os representantes do pensamento e da ideologia liberal e da direita nacional. Esse diálogo será mais fácil; este governo será mais homogêneo. Este Governo se define, nitidamente, a partir de agora, como o governo da direita nacional, que tem como base de sustentação o empresariado, principalmente a plutocracia paulista, o sistema financeiro e dentro deste, o sistema financeiro internacional, talvez o grande causador da queda dessa equipe econômica.

Era o que tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Há requerimentos sobre a mesa que serão lidos pelo 1º Secretário.

A Presidência solicita aos Srs. Parlamentares que se encontram nos seus gabinetes que venham ao plenário, pois será tentada pela Mesa a obtenção de **quorum**, embora seja visível, já a esta altura dos nossos trabalhos, que são poucos os deputados e senadores presentes para garantir o **quorum** de 252 Srs. Deputados e 42 Srs. Senadores. Será lamentável chegarmos a esse estágio da sessão sem que tenhamos o prazer de constatar a presença de deputados e senadores que permitam a apreciação, como fizemos ontem, de seis vetos presidenciais. Mesmo assim, o Sr. Secretário vai proceder à leitura dos requerimentos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 505, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, na forma Regimental, que os itens nº 5 e 10 da Pauta de hoje passem a ser os penúltimo e último itens da mesma.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1991. — Deputado Ricardo Fiúza.

REQUERIMENTO N° 506, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, a inversão da pauta da sessão de hoje, quinta-feira, 9-5-91, para apreciação na seguinte ordem:

Ítems 11 — 12 — 13 — 17 — 6 — 15 — 16 — 8 — 18 — 14 — 10 — 9 — 5 — 4 — 3 — 2 — 7 — 1.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1991. — Deputado João Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)

— Em votação o primeiro requerimento, na Câmara dos Deputados (Pausa.) Aprovado

Em votação no Senado Federal (Pausa.) Aprovado.

Em votação o segundo requerimento, na Câmara dos Deputados (Pausa.) Aprovado

Em votação no Senado Federal (Pausa.) Aprovado

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)
— Item 11:

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 112, DE 1990
(Nº 5.802/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1990 (nº 5.802/90, na Casa de origem), que aplica às organizações sindicais de trabalhadores rurais as disposições do art. 8º e incisos, da Constituição Federal.

(Mens. nº 20/91-CN.)

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

Srs. Deputados, a Mesa realmente se dispensaria de fazer essa votação porque é visível a inexistência de **quorum**, mas não poderíamos subtrair dos líderes partidários a oportunidade de se manifestarem em torno dos fatos políticos registrados desde ontem no País.

Se a Mesa tem apelado naqueles momentos que antecedem a votação de vetos ou de outras proposições constantes da Ordem do Dia, para que no período de breves comunicações haja realmente a dispensa pelos interessados das respectivas inscrições, em relação à inscrição de Líder, num dia de efervescência política, a Mesa não poderia absolutamente transmitir esse tipo de apelo às lideranças partidárias.

Lamentavelmente deixaremos de apreciar os vetos. Acredito que poderemos fazê-lo já na próxima semana com mais intensidade, já que na quarta-feira, por acordo de Lideranças deveremos apreciar um dos vetos reputados como polêmico. Trata-se do voto que incide sobre a gratificação da classe ferroviária brasileira.

A Presidência lastima não se ter podido votar nenhuma proposição constante da Ordem do Dia da sessão de hoje. Entretanto, vai ser convocada para a próxima terça-feira, às 18h30min, reunião do Congresso Nacional, quando deveremos apreciar, se isso for possível, o projeto de resolução que altera a composição da Comissão Mista e introduz inovação naquela importante matéria.

O Senado Federal está convocado para uma sessão a se realizar hoje, às 19h, destinada à leitura de mensagem de indicação do Sr. Francisco Ribeiro André Gross à Presidência do Banco Central do Brasil.

O Sr. Aloizio Mercadante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PT solicita verificação de **quorum** para que se possa, de fato assegurar que não há condições de se votar hoje a matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência vai atender à solicitação do nobre Deputado Aloizio Mercadante. S. Exª deseja que se processe a verificação de **quorum**. A Mesa, adotando prazerosamente essa solicitação, a terá, a partir de agora como praxe nas votações subsequentes.

Na história deste Parlamento ficará registrado que esta decisão que agora a Mesa chancela, com o maior prazer teve a paternidade do nobre Deputado Aloizio Mercadante. Todas as verificações da votação serão procedidas dessa forma.

Srs. Deputados, vamos proceder à verificação solicitada pelo Líder Aloizio Mercadante.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Pela ordem concedo a palavra V. Exª

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente é importante que o Congresso Nacional, que tem uma pauta de vetos extremamente volumosa, faça uma sessão extraordinária para aprovar a regulamentação do Orçamento. A LDO estará prejudicada se essa pauta dos vetos não for obstruída. Se o Congresso Nacional não tomar consciência de que temos número para votar esses vetos, poderemos ter uma situação extremamente grave em relação à pauta.

Por isso, será necessário um apelo de V. Exª ao Plenário no sentido de se votarem as matérias mais importantes. Era esta a justificativa da sessão do Congresso marcada para hoje à tarde, caso contrário teríamos feito os pronunciamentos em relação à crise do Governo Collor na sessão da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Líder José Genoíno, V. Exª realmente é testemunha do esforço imenso que a Mesa tem feito no sentido de garantir o maior rendimento possível aos trabalhos parlamentares. O Presidente tem-se desdobrado de todas as formas, em apelos constantes, para que deputados e senadores permaneçam em plenário para a apreciação dessa matéria. Porém, em um dia como o de hoje, com fatos políticos relevantes que convulsionam a vida política e administrativa do País, a Mesa não teria condições de transmitir apelos aos nove líderes partidários que ocuparam a tribuna, no sentido de que se dispensassem de comentar os fatos que se registram no País neste momento.

O Sr. Messias Góis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Messias Góis.

O SR. MESSIAS GÓIS (Bloco — SE. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, é um apelo à Liderança do PT. De qualquer forma vamos chegar ao mesmo resultado. Em vez de pedir uma verificação de **quorum** para iniciar a votação muito mais lógico seria colocar

em votação o item 1 da pauta, porque teríamos a sessão normal e, na verificação, averiguariam quem está presente e quem está ausente. O nobre Deputado José Genoíno concorda. Portanto, Sr. Presidente, vamos ao item 1 da pauta.

O Sr. Aloizio Mercadante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT — SP. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o pedido do nobre Deputado atende perfeitamente à expectativa da nossa proposta. Vamos votar o primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vamos votar. A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tome assento nos seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas, queiram registrar seus códigos de votação e selecionar seus votos.

O Sr. Messias Góis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Messias Góis.

O SR. MESSIAS GÓIS (Bloco — SE. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, se V. Exª me permite, solicito aos membros do Bloco partidário que mantenham o voto, votando “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vamos votar o item 11 da pauta: aplica às organizações sindicais de trabalhadores rurais as disposições do art. 8º, inciso, da Constituição Federal.

O PT, como vota?

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PR — PT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, vamos votar a questão da contribuição sindical?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Votação em turno único do projeto de lei da Câmara dos Deputados que aplica às organizações sindicais de trabalhadores rurais as disposições do art. 8º, inciso da Constituição Federal.

O Sr. Paulo Mandarino — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Paulo Mandarino.

O SR. PAULO MANDARINO (PDC — GO. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pelo que foi aprovado ontem, hoje votaríamos o item 17 da pauta, porque o último item votado dos vetos foi o de nº 16.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência explica ao nobre Líder do PDC que houve nova inversão de pauta. Portanto, o item preferencial para votação

de hoje é exatamente o nº 11, agora mencionado pela Mesa.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria muito de fazer uma homenagem ao nosso querido Deputado Euclides Scalco, mas nesta questão há uma divergência muito grande, porque somos contra a contribuição sindical compulsória. Defendemos a plena liberdade de autonomia sindical.

Por isso o nosso voto é “sim”, porque mesmo limitadamente o projeto de conversão não atende mais em relação à medida provisória, é pior do que a limitação imposta pela medida. Por esse motivo nosso voto é “sim”, apesar da autoria do projeto ser do grande colega Deputado Euclides Scalco.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como votamos Srs. Líderes?

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota “não”.

O SR. PAULO HARTUNG (PSDB — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esse projeto tem origem na Bancada do PSDB do nosso ex-Líder Euclides Scalco. Por isso queremos anunciar à bancada o voto “não” e apelar a todos os Parlamentares para que deem contribuição para a derrubada desse voto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como vota o PMDB?

O SR. JOÃO ALMEIDA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB mantém a coerência quando da votação do projeto e homenageia o Deputado Euclides Scalco votando “não”.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB vota “não”.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do Governo entende que é despropositada a renovação de dispositivos já prescritos na Lei Maior. Por esta razão, a Liderança do Governo pede que se vote “sim”.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente o PDS pede a seus companheiros que votem “sim”.

O SR. ALDO REBELO (PC do B — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota “não”.

O SR. PAULO MANDARINO (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDC vota “sim”.

(Procede-se à votação.)

VOTAM OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida;
Francisco Rodrigues;
João Fagundes;
Júlio Cabral;
Marcelo Luz.

Amapá

Eraldo Trindade;
Gilvam Borges;
Murilo Pinheiro.

Pará

Alacid Nunes;
Domingos Juvenil;
Gerson Peres;
Giovanni Queiroz;
Hilário Coimbra;
Mário Chermont;
Osvaldo Melo;
Paulo Rocha;
Paulo Titan;
Socorro Gomes.

Amazonas

Átila Lins;
Pauderney Avelino.

Rondônia

Edison Fidelis;
Jabes Rabelo;
Maurício Calixto.

Acre

Célia Mendes;
João Tota;
Mauri Sérgio.

Tocantins

Derval de Paiva;
Edmundo Galdino;
Freire Júnior;
Leomar Quintanilha.

Maranhão

Cesar Bandeira;
Costa Ferreira;
Eduardo Matias;
Haroldo Sabóia;
Jayme Santana;
José Burnett;
José Reinaldo;
Nan Souza;
Paulo Marinho;
Pedro Novais;
Ricardo Murad;
Roseana Sarney.

Ceará

Aécio de Borba;
Carlos Virgílio;
Ernani Viana;
Gonzaga Mota;
José Linhares;
Marco Penaforte;

Maria Luiza Fontenele;
Moroni Torgan;
Pinhero Landim;
Ubiratan Aguiar;
Vicente Fialho.

Piauí

Caldas Rodrigues;
Ciro Nogueira;
Jesus Tajra;
João Henrique;
José Luiz Maia;
Murilo Rezende;
Paulo Silva.

Rio Grande do Norte

Iberê Ferreira;
João Faustino;
Ney Lopes.

Paraíba

Efraim Morais;
Evaldo Gonçalves;
Ivan Burity;
Ivandro Cunha Lima;
José Luiz Clerot;
José Maranhão;
Rivaldo Medeiros;
Vital do Rêgo.

Pernambuco

Fernando Bezerra Coelho;
Gustavo Krause;
Inocêncio Oliveira;
José Moura;
Luiz Piauhylino;
Mavial Cavalcanti;
Nilson Gibson;
Renildo Calheiros;
Roberto Franca;
Roberto Freire;
Salatiel Carvalho;
Tony Gel;
Wilson Campos.

Alagoas

Mendonça Neto;
Olavo Calheiros;
Roberto Torres.

Sergipe

Benedito de Figueiredo;
Djenal Gonçalves;
Everaldo de Oliveira;
Messias Góis.

Bahia

Alcides Modesto;
Angelo Magalhães;
Aroldo Cedraz;
Benito Gama;
Beraldo Boaventura;
Clóvis Assis;
Eraldo Tinoco;
Geddel Vieira Lima;
Jabes Ribeiro;
Jairo Azi;
Jairo Carneiro;
João Almeida;

José Carlos Aleluia;
 José Falcão;
 Jutahy Júnior;
 Luís Eduardo;
 Luiz Moreira;
 Manoel Castro;
 Sérgio Gaudenzi;
 Waldir Pires.

Minas Gerais

Aécio Neves;
 Agostinho Valente;
 Aracely de Paula;
 Célio de Castro;
 Edmar Moreira;
 Elias Murad;
 Fernando Diniz;
 Humberto Souto;
 Israel Pinheiro;
 José Aldo,
 Luiz Tadeu Leite;
 Maurício Campos;
 Odelmo Leão;
 Paulino Cícero de Vasconcelos;
 Paulo Delgado;
 Pedro Tassis;
 Raul Belém;
 Ronaldo Perim;
 Sandra Starling;
 Sérgio Naya;
 Wagner do Nascimento;
 Zaire Rezende.

Espírito Santo

Aloizio Santos;
 Etevalda Grassi de Menezes;
 Jones Santos Neves;
 Jório de Barros;
 Nilton Baiano;
 Paulo Hartung;
 Rita Camata;
 Roberto Valadão.

Rio de Janeiro

Álvaro Valle;
 Artur da Távola;
 Carlos Lúpi;
 Carlos Santana;
 Cidinha Campos;
 Edésio Frias;
 Eduardo Mascarenhas;
 Fábio Raunheitti;
 Jair Bolsonaro;
 José Vicente Brizola;
 Laerte Bastos;
 Laprovita Vieira;
 Márcia Cibilis Viana;
 Marino Clinger;
 Paulo Ramos;
 Roberto Campos;
 Roberto Jefferson;
 Sérgio Cury;
 Sidney de Miguel;
 Simão Sessim;
 Vivaldo Barbosa;
 Vladimir Palmeira.

São Paulo

Alberto Goldman;
 Aldo Rebelo;

Aloizio Mercadante;
 André Benassi;
 Antônio Carlos Mendes Thame,
 Arnaldo Faria de Sá;
 Ary Kara;
 Cunha Bueno;
 Gastone Righi;
 Geraldo Alckmin Filho;
 Hélio Bicudo;
 Hélio Rosas;
 José Genólio;
 Jurandyr Paixão;
 Liberato Caboclo;
 Luiz Gushiken;
 Magalhães Teixeira;
 Manoel Moreira;
 Marcelino Romano Machado;
 Marcelo Barbieri;
 Roberto Rollemburg;
 Túga Angerami.

Mato Grosso

Oscar Travassos.

Distrito Federal

Augusto Carvalho;
 Chico Vigilante;
 Osório Adriano;
 Sigmaringa Seixas

Goiás

Antônio de Jesus;
 Antonio Faleiros;
 Lúcia Vânia;
 Luiz Soyer;
 Maria Valadão;
 Mauro Miranda;
 Osório Santa Cruz;
 Paulo Mandarino;
 Roberto Balestra;
 Ronaldo Caiado.

Mato Grosso do Sul

Flávio Derzi;
 Waldir Guerra.

Paraná

Antônio Barbara;
 Basílio Villani;
 Carlos Scarpelini;
 Delcino Tavares;
 Edesio Passos;
 Élio Dalla-Vecchia;
 Ivano Guerra;
 Joni Varisco;
 Luciano Pizzatto;
 Luiz Carlos Hauly;
 Munhoz da Rocha;
 Onaireves Moura;
 Otto Cunha;
 Pedro Tonelli;
 Reinhold Stephanies;
 Renato Johnsson;
 Romero Filho;
 Rubens Bueno;
 Said Ferreira;
 Werner Wanderer;
 Wilson Moreira;

Santa Catarina

César Souza,
 Dejandir Dalpasquale;
 Eduardo Moreira,
 Hugo Biehl;
 Neuto de Conto;
 Orlando Pacheco;
 Paulo Duarte,
 Vasco Furlan

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck;
 Adylson Motta;
 Amaury Müller;
 Arno Magarinos;
 Carlos Azambuja;
 Carlos Cardinal;
 Carrion Júnior;
 Celso Bernardi;
 Eden Pedroso;
 Fernando Carrion;
 Fetter Júnior;
 Germano Rigotto,
 Ibsen Pinheiro;
 Ivo Mainardi;
 João de Deus Antunes;
 Luís Roberto Ponte;
 Nelson Proença;
 Odacir Klein;
 Osvaldo Bender;
 Paulo Paim;
 Raul Pont;
 Victor Faccioni.

O SR. ADYLSON MOTTA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há pouco levantei uma questão de ordem. Embora com todo o respeito à decisão de V. Ex^a, pretendo recorrer à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Por isso encaminho a V. Ex^a um pedido nesse sentido, porque a comunicação de Líder está prevista no art. 84 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, onde expressamente é vedado o aparte.

Não existe a figura da comunicação de Líder, pelo menos expressamente, nem no Regimento Comum, nem no Regimento do Senado. Então, se for adotada a Comunicação de Lideranças, ela terá que ser regida pelas regras constantes do Regimento Interno da Câmara. Peço a V. Ex^a que subsidiariamente utilize o Regimento Interno da Câmara, não permitindo o aparte em Comunicações de Lideranças. Recorro à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Adylson Motta, entendo que, pelo espaço de tempo limitado de que dispõem as Lideranças, evidentemente não deveria ser permitido o aparte. Mas como não há uma vedação expressa e explícita no Regimento e a prática usual no Senado Federal é permitir intervenção no discurso do Lí-

der, regimentalmente nada impediria essa intervenção. Talvez em função disso, interpretando subsidiariamente como justa a norma constante no Regimento do Senado Federal, é que a Mesa agiu assim. Agora, entendo que a questão de ordem formulada por V. Ex^a tem grande procedência, porque o tempo que de dispõe o Líder é limitado a cinco minutos. V. Ex^a viu que fomos obrigados a conceder ao Líder do Governo, em razão do aparte do Deputado Genebaldo Correia, um tempo maior. S. Ex^a não pôde, por mais conciso que fosse, cingir-se aos cinco minutos de que dispunha regimentalmente para ocupar a tribuna como Líder do Governo.

Portanto, acho que S. Ex^a tem razão quando reclama dessa interpretação. Mas a Mesa o fez lastreada no Regimento do Senado Federal. Era este o esclarecimento que devia prestar a V. Ex^a.

Acho que deve recorrer à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. A Presidência apenas informa a V. Ex^a que, por não se tratar de matéria constitucional, talvez a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação não considere hábil o recurso que V. Ex^a tenciona impetrar àquele doutor colegiado.

O SR. ADYLSON MOTTA — Sr. Presidente, por duas vezes levantei a questão. Em primeiro lugar, tenho a convicção de que estou certo. Não podemos ter dois tipos de comportamento. A outra razão é que estamos consumindo todo o tempo da sessão em comunicações de líderes, prejudicando as votações, inclusive.

Se V. Ex^a conceder apartes nas Comunicações de Lideranças não teremos mais nada para fazer aqui senão ouvir líderes no plenário. É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Enquanto se conclui essa votação, a Presidência esclarece a V. Ex^a

“Art. 151. Nos casos omissos neste Regimento aplicar-se-ão as disposições do Regimento do Senado e, se este ainda for omissivo, as da Câmara dos Deputados.”

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência irá conceder dois minutos para que algum deputado que não tenha votado, se quiser, possa se dirigir aos postos avulsos. (Pausa.)

Não há mais nenhum deputado diante dos postos avulsos para votar.

(Prosegue a Votação)

O Sr. Pauderney Avelino — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PDC — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estamos todos fazendo esforços para tentarmos votar esta pauta. Como V. Ex^a sempre tem feito nas sessões de votação, sugiro que sejam chamados ao plenário os deputados que estão nos gabinetes e vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Encerrada a votação.

Vamos proclamar o resultado: votaram “sim” 136; “não”, 112, houve cinco abstenções. Total: 253. Portanto, o voto, mantido na Câmara dos Deputados, não será apreciado pelo Senado Federal.

O Sr. Aloizio Mercadante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quando solicitamos a votação, a Mesa se responsabilizou pelo risco e eventual prejuízo à instituição. Mas temos que acreditar neste novo Plenário. Vamos cumprir a pauta, assumir as responsabilidades de novos deputados do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Aloizio Mercadante, não sei se em matéria polêmica V. Ex^a adotaria idêntico procedimento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 12:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 117, DE 1990
(Nº 4.791, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1990 (nº 4.791/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a não incidência do Imposto de Renda sobre lucros ou dividendos distribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, doados a instituições sem fins lucrativos.

(Mens nº 21/91-CN)

Parte vedada:

— art. 7º

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como votam os Srs. Líderes?

O SR. MESSIAS GÓIS (Bloco — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Bloco Partidário, tendo em vista que o voto já está totalmente suplantado por uma lei, vota “sim” ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — V. Ex^a sabe, porém, que, mesmo perempto o voto não se pode arguir o instituto da prejudicialidade sobre esta votação. O voto terá de ser submetido a votos de qualquer maneira. Não há nenhuma alternativa regimental ou constitucional que permita à Mesa dispensar o Plenário de uma manifestação conclusiva.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS vota “sim”.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, votaremos contra este voto. Aliás, vamos votar contra uma obviedade, porque já existe uma lei que torna este voto sem nenhuma utilidade.

Sr. Presidente, aproveite este encaminhamento de votação contrário ao voto para lembrar à Mesa do Congresso Nacional da legislatura anterior que este deputado formulara uma questão de ordem sobre isto. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação levantei a questão da existência de uma lei que se antepõe a um voto. O que prevalece? Dizia isto em relação à lei dos salários. E lembro que vamos votar aqui alguns vetos de leis e projetos de medidas provisórias que já não existem mais. Aliás, nem a equipe econômica que produziu as medidas provisórias existe mais, Sr. Presidente.

O Sr. Miro Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na votação anterior meu voto foi “não”.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Registrada a presença do nobre Deputado Miro Teixeira.

O SR. JONES SANTOS NEVES (PL — ES. Sem revisão do orador.) — O PL vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PTB recomenda à sua bancada o voto “sim”.

O SR. PAULO MANDARINO (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — O PDC vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PAULO HARTUNG (PSDB — ES. Sem revisão do orador.) — O PSDB encaminha o voto “sim” Sr. Presidente.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — O PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vai-se processar a votação.
Em votação o voto. (Pausa.)

(Procede-se à Votação)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência verifica que o **quorum** caiu significativamente e, mesmo com a utilização dos votos nos postos avulsos, não há número que garanta o prosseguimento da votação.

Já demos, de qualquer forma, uma demonstração de participação garantindo aqueles 253 votos que permitiram a apreciação do voto.

A Mesa vai proclamar o resultado da votação.

Votaram 178 Srs. Congressistas. Não houve **quorum**. A votação da matéria fica adiada.

Adiada também fica a votação dos demais itens da pauta.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica adiada:

13

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 128, DE 1990
(Nº 5.973/90, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do voto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 128, de 1990 (nº 5.973/90, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e dá outras providências.

(Mensagem nº 22/91-CN.)

Prazo: 2-5-91.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 1991
(Nº 6.134/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1991 (nº 6.134/91, na Casa de origem), que define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis

(Mensagem nº 26/91-CN.)

Parte vetada:

— art. 3º

Prazo: 2-5-91.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 48, DE 1990
(Medida Provisória nº 248, de 1990)

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 48, de 1990, que dispõe sobre a comercialização e industrialização do trigo, e dá outras providências.

(Mensagem nº 239/90-CN.)

15

PROJETO DE LEI N° 20, DE 1990-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 20, de 1990-CN, que dispõe sobre o Plano Pluriannual para o quinquênio 1991/1995 e dá outras providências.

(Mensagem nº 24/91-CN.)

Partes vetadas:

— art. 2º;

— alínea f do § 3º do art. 5º;

— art. 7º e parágrafo único.

Prazo: 2-5-91.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

16

PROJETO DE LEI N° 19, DE 1990-CN

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN,

que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991.
(Mensagem nº 25/91-CN.)

Partes vetadas:

— art. 16; e

— itens de programação constantes dos Anexos I e II.

Prazo: 2-5-91.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

8

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 56, DE 1990
(Medida Provisória nº 267/90)

Votação, em turno único, do voto apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 55, de 1990, que modifica a Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana, e dá outras providências.

(Mensagem nº 13/91-CN.)

Partes vetadas:

— art 1º, e

— art. 5º

Prazo: 2-5-91.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

18

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 4, DE 1991
(Medida Provisória nº 291/91)

Votação, em turno único, do voto total apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 1991, que dispõe sobre o reajusteamento de aluguel na locação predial urbana.

(Mensagem nº 27/91-CN.)

Prazo: 2-5-91.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

14

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 176, DE 1989
(Nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola.

(Mensagem nº 23/91-CN.)

Partes vetadas:

— item V do art. 3º;

— item XII do art. 3º;

— itens I, II, V, XII do art. 5º;

— § 2º, do art. 5º;

— §§ 7º e 8º do art. 5º;

— item I do art. 6º;

— §§ 1º e 2º do art. 8º;

— art. 11;

— art. 15;

— art. 21;

— art. 24;

— art. 27;

— art. 28;

— art. 29;

— itens V, VII, VIII, X, XI, XII do art. 30;

— §§ 2º e 4º do art. 31;

— art. 32;

— art. 33, **caput**, e § 1º;

— art. 34;

— parágrafo único do art. 37;

— art. 38;

— art. 39;

— art. 40;

— art. 41;

— art. 43;

— art. 44;

— art. 46;

— item IV do art. 48;

— § 1º do art. 50;

— art. 51;

— art. 53;

— art. 54;

— art. 55;

— art. 57;

— art. 61;

— art. 62;

— art. 63;

— art. 64;

— art. 67;

— art. 68;

— art. 69;

— art. 70;

— art. 71;

— art. 72;

— art. 73;

— art. 74;

— art. 75;

— art. 76;

— art. 77;

— art. 78;

— art. 79;

— art. 80;

— itens I, VII, IX do art. 81;

— itens II e III do art. 82;

— item VII do art. 82;

— art. 83;

— art. 86;

— § 2º do art. 87;

— art. 88;

— art. 90;

— art. 91;

— art. 92;

— item V do art. 96;

— § 1º do art. 99;

— art. 100;

— art. 101;

— art. 105.

Prazo: 2-5-91.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

9

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 63, DE 1990
(Medida Provisória nº 273/90)

Votação, em turno único, do voto total apostado ao Projeto de Conversão nº 63, de 1990, que dispõe sobre a garantia de salário efetivo e dá outras providências.

(Mensagem nº 14/91-CN.)

Prazo: 2-5-91.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 48, DE 1990
(Nº 3.099/89, na origem)

Votação, em turno único, do voto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento e dá outras providências. (Mensagem nº 172/90-CN.)

Prazo: 10-11-90.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição

3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 97, DE 1989
(Nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, tendo

— Relatório, sob nº 8, de 1990-CN, da Comissão Mista. (Mensagem nº 159/90-CN.)

Partes vetadas:

- §§ 1º e 2º do art. 5º;
- inciso IX do art. 6º;
- art. 11;
- art. 15;
- art. 16;
- item II do § 2º do art. 26;
- parágrafo único do art. 27;
- § 1º do art. 28;
- § 4º do art. 37;
- inciso X do art. 39;
- art. 45;
- inciso V e § 3º do art. 51;
- § 3º do art. 52;
- § 1º do art. 53;
- § 5º do art. 54;
- § 2º do art. 55;
- §§ 2º e 3º do art. 60;
- art. 62;
- parágrafo único do art. 67;
- parágrafo único do art. 68;
- §§ 2º e 3º do art. 82;
- parágrafo único do art. 83;
- art. 85;
- art. 86;
- art. 89;
- parágrafo único do art. 92;
- art. 96;
- parágrafo único do art. 97;
- §§ 1º e 2º do art. 102;
- incisos X, XI e XII do art. 106;

- art. 108;
- art. 109.

Prazo: 8-11-90.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 49, DE 1990
(Nº 3.101/90, na origem)

Votação, em turno único, do voto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências. (Mensagem nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 50, DE 1990
(Medida Provisória nº 249/90)

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social, tendo

— Relatório, sob nº 3, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mensagem nº 10/91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 1º;
- art. 2º;
- art. 3º;
- art. 4º;
- art. 6º;
- art. 7º;
- art. 8º;
- art. 9º;
- art. 10; e
- art. 16.

Prazo: 28-3-91.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 21, DE 1990
(Medida Provisória nº 151, de 1990)

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal e dá outras providências. (Mensagem nº 71/90-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 1º;
- § 2º do art. 1º;
- § 3º do art. 1º;
- art. 3º;

- § 1º do art. 4º;

— art. 6º;

— parágrafo único do art. 6º;

— parágrafo único do art. 7º;

— alínea e do parágrafo único do art. 16;

— § 5º do art. 18;

— § 2º do art. 20;

— art. 25; e

— art. 26.

Prazo: 23-6-90.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 42, DE 1990
(Medida Provisória nº 237, de 1990)

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 42, de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. (Mensagem nº 227/90-CN.)

Partes vetadas:

- art. 4º;
- art. 5º;
- art. 6º;
- art. 7º;
- art. 12;
- § 1º do art. 14;
- §§ 4º e 5º do art. 18.

Término do prazo: 19-2-91.

— Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 82, DE 1990
(Nº 4.675/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do voto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1990 (nº 4.675/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a complementação de aposentadoria de ferroviários e dá outras providências, tendo

Relatório, sob nº 4, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mensagem nº 15/91-CN.)

Prazo: 2-5-91.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)

— A Presidência convoca sessão conjunta para a próxima terça-feira, às 18h30min, para que continuemos a apreciar as proposições constantes da Ordem do Dia de hoje. Lembra também aos Srs. Senadores que o Senado Federal tem sessão convocada para as 19h.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)

— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 46 minutos.)

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 3.519,65

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 3.519,65

J. avulso Cr\$ 71,93

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes — Brasília — DF
CEP: 70160.**

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS